



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO” Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais de Franca FCHS - SP

HELOÍSA FALQUETE

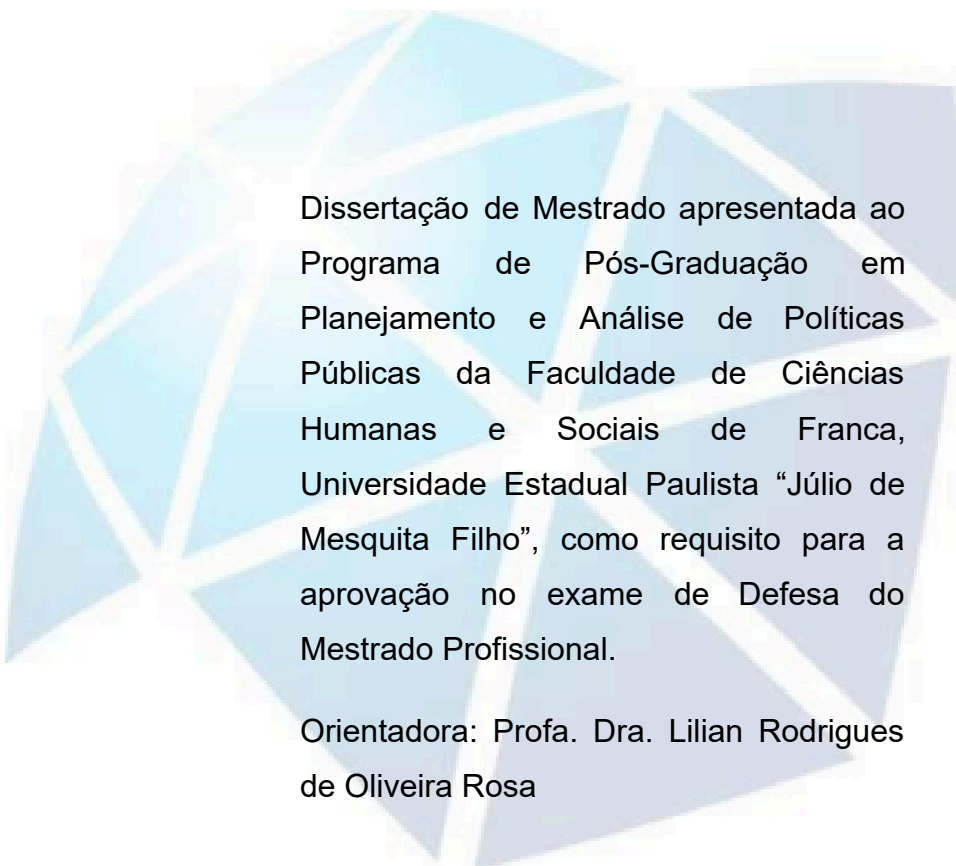
**A FEIRA DE SÃO JOAQUIM COMO OBJETO DE ESTUDO NO CAMPO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: REQUALIFICAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL**

FRANCA - SP

2024

HELOÍSA FALQUETE

**A FEIRA DE SÃO JOAQUIM COMO OBJETO DE ESTUDO NO CAMPO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: REQUALIFICAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL**



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a aprovação no exame de Defesa do Mestrado Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

FRANCA - SP

2024

HELOÍSA FALQUETE

**A FEIRA DE SÃO JOAQUIM COMO OBJETO DE ESTUDO NO CAMPO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS:
REQUALIFICAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca - SP, para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Desenvolvimento Social

Data da defesa: 02/09/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dr^a. Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
UNESP - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca - SP

Prof. Dr. Roberto Louzada
UNESP - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca - SP

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca
UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara - SP

Profa. Dr^a. Magda Maria de Oliveira Ricci
UFPA - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
UNESP - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca - SP

F196f

Falquete, Heloísa

A FEIRA DE SÃO JOAQUIM COMO OBJETO DE ESTUDO NO
CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS : REQUALIFICAÇÃO E
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL / Heloísa Falquete. -- Franca,
2024

164 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

1. Requalificação. 2. Feira de São Joaquim. 3. Políticas Públicas. 4.
Patrimônio Imaterial. 5. Salvaguarda Cultural. I. Título.

Impacto Potencial da Pesquisa

Este estudo tem como potencial ampliar os debates acerca das políticas públicas brasileiras voltadas à preservação do patrimônio histórico-cultural, especialmente no que se refere à categoria dos Lugare, possibilitando pensar projetos de requalificação de capazes de conciliar as melhorias estruturais implementadas com as dinâmicas socioculturais que constituem a imaterialidade do bem.

Potential Impact of This Research

This study has the potential to broaden debates on Brazilian public policies aimed at preserving historical and cultural heritage, especially regarding the category of Intangible Heritage Places, enabling reflections on cultural requalification projects capable of reconciling implemented structural improvements with the sociocultural dynamics that constitute the immateriality of the heritage asset.

IFÁ ENSINA QUE EXU é aquele que fuma o cachimbo e toca a flauta.

Ele fuma o cachimbo como metáfora da absorção das oferendas e toca a flauta como ato de restituição do axé, energia vital. Absorção, ingestão, doação e restituição são funções primordiais do Bará, o “Senhor do Corpo”, em sua dimensão de Enugbarijó (Boca Coletiva, ou A boca que tudo come).

É por isso que percebemos o campo da cultura como território de Exu: o ato cultural potente é o da disponibilidade de Bará ingerir o que chega como oferenda para devolver a oferta, redimensionada, como axé; aquela que sem a vitalidade não pode ser.

Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas, 2019.

À Feira de São Joaquim, o coração da África na Bahia.

À todos os feirantes que a compõe. Os *griots* guardiões de sua memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Olorum, e ao Pai Oxalá. À todos os guias de Aruanda, caboclos, boiadeiros, exus e tantos seres e Orixás que me concederam serenidade e força para concluir este trabalho. Odoyá, minha Mãe! Patacori, Ogum!

À minha família que é o meu maior orgulho, que me incentivou a cada desafio e me amparou nos momentos mais difíceis. Ao meu pai Renato que, com suas mãos calejadas de trabalho árduo, me ensinou o peso da caneta e dos livros. O sonho por justiça social, de alguém que nunca esteve em uma universidade, sempre foi a motivação mais bonita para que eu seguisse a minha caminhada acadêmica. À minha mãe Lucimara, cujo cuidado, paciência e força me nutrem dia após dia. À Vó Cida, que lá de cima, junto ao Pai Maior, está sorrindo orgulhosa de sua neta.

Ao meu companheiro de jornada, meu noivo Franklin, pela paciência, escuta e companheirismo. Você foi o “dendê” das minhas idas ao campo de pesquisa. Seu entusiasmo e amor pela cultura popular são inspirações para mim.

À Universidade Estadual Paulista, UNESP, especialmente à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca pela oportunidade de aprendizado e contribuição ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Agradeço à minha professora orientadora, Lilian Rodrigues De Oliveira Rosa, pelo conhecimento compartilhado, pelo suporte, pelo apoio e pela confiança. Foi um prazer trilhar essa jornada ao lado de uma professora e pesquisadora tão dedicada ao trabalho científico. Agradeço a todos os meus professores e professoras, com enorme carinho e admiração.

Que as futuras gerações possam desfrutar das oportunidades das Universidades públicas e que eu possa retornar para a sociedade o conhecimento que adquiri. Almejo trabalhar sempre para a construção de uma sociedade igualitária, a favor da justiça social e de políticas públicas eficazes à manutenção do bem estar coletivo de todos os brasileiros, visando, sobretudo, a efetivação dos direitos culturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural de nosso povo.

Por fim, agradeço a todos os mestres e mestras, fazedores de cultura, artistas, pesquisadores do campo e ativistas dedicados à esfera cultural.

Agradeço a todos que compõem a Feira de São Joaquim diariamente e que tecem sua ampla teia de mistérios e ritualística, preservando sua memória e resistindo enquanto um referencial cultural soteropolitano e brasileiro.

RESUMO

A Feira de São Joaquim destaca-se por resguardar a história e a memória da cidade de Salvador (BA). O bem cultural imaterial de São Joaquim é dotado de significados que persistem no tempo: feirantes, consumidores, babalorixás e ialorixás unidos por um espaço simbólico e pelas interações e trocas que ocorrem em seu ambiente. A partir da Constituição Federal de 1988, tornou-se dever do Estado brasileiro proteger e zelar pelas manifestações das culturas populares, garantir o pleno exercício dos direitos culturais e a proteção aos patrimônios de natureza material e imaterial. Este último, respaldado pela legislação regulatória do art. 216 da CF. No sentido de reconhecer a importância das relações sociais, econômicas e culturais de São Joaquim, emergem suas estratégias de salvaguarda. O pedido de número 01502.000028/2004-91 prevê o de Registro da FSJ enquanto Patrimônio Imaterial Brasileiro, solicitado em 2005 pelo Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (BA) e, paralelamente, o Projeto de Requalificação. Este, teve a sua primeira fase executada entre 2012 e 2015 a partir da parceria entre o Ministério da Cultura e secretarias do Governo do Estado da Bahia, e propunha melhorias na qualidade do trabalho dos feirantes, na infraestrutura e no circuito econômico. Entretanto, o cenário posterior às reformas parece ser marcado por duas realidades distintas: a parte reformada, minoritária, beneficiada pelas mudanças, e a parte não requalificada, espaço majoritário à margem da infraestrutura. Deste complexo cenário, emerge a pergunta que essa dissertação visou responder: Quais os limites do Projeto de Requalificação para com a esfera cultural da Feira de São Joaquim? Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é o de apresentar o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim e compreender os seus limites para a salvaguarda cultural da maior feira livre da Bahia. Para cumprir com os objetivos, a metodologia combinou a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos e o trabalho de campo, respaldado pela observação dos fenômenos. Dessa forma, esta dissertação espera ter conseguido averiguar as hipóteses de que: a) embora o Projeto de Requalificação tenha sido elaborado a partir de representantes de órgãos responsáveis pela Cultura, Turismo e Planejamento Urbano, a sua execução parece não ter contemplado as três esferas com equidade; e b) a Requalificação proporcionou benefícios na infraestrutura do espaço físico, mas apresenta limitações no que diz respeito à salvaguarda das dinâmicas culturais da Feira de São Joaquim. Assim, espera-se ter enfatizado a importância da atuação do poder público em espaços culturais, desde que operados a partir de ações estratégicas para a manutenção das dinâmicas características, priorizando a tradição cultural, os saberes populares e seus modos de fazer.

Palavras-chave: Requalificação. Feira de São Joaquim. Políticas Públicas. Patrimônio Imaterial. Salvaguarda Cultural.

ABSTRACT

The Feira de São Joaquim stands out for preserving the history and memory of the city of Salvador (BA). The immaterial cultural property of São Joaquim is endowed with meanings that persist in time: feirants, consumers, babalorixás and ialorixas united by a symbolic space and by the interactions and exchanges that occur in its environment. From the Brazilian Federal Constitution of 1988, it became the duty of the Brazilian State to protect and watch over the manifestations of popular cultures, to guarantee the full exercise of cultural rights and the protection of material and intangible heritage. The latter, backed by the regulatory legislation of article 216 of the CF. In the sense of recognizing the importance of the social, economic and cultural relations of São Joaquim, emerge his safeguarding strategies. The application number 01502.000028/2004-91 provides for the Registration of FSJ as Brazilian Intangible Heritage, requested in 2005 by the Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (BA) and, in parallel, the Project of Requalification. This, had its first phase carried out between 2012 and 2015 from the partnership between the Ministry of Culture and secretaries of the Government of the State of Bahia, and proposed improvements in the quality of the work of the fairmen, in the infrastructure and in the economic circuit. However, the post-reform scenario seems to be marked by two distinct realities: the reformed, minority part, benefiting from the changes, and the unclassified part, majority space on the margins of infrastructure. From this complex scenario, the question that this dissertation aimed to answer emerges: What are the limits of the Requalification Project with regard to the cultural sphere of the Feira de São Joaquim? Thus, the aim of this research is to present the Project of Requalification of the Fair of São Joaquim and to understand its limits for the cultural protection of the largest free fair in Bahia. To meet the objectives, the methodology combined bibliographic research, document analysis and field work, supported by the observation of phenomena. Thus, this dissertation hopes to have managed to find out the hypotheses that: (a) although the Requalification Project has been prepared from representatives of bodies responsible for Culture, Tourism and Urban Planning, its implementation does not seem to have considered the three spheres with equity; and (b) the ReQualification has provided benefits in the infrastructure of the physical space, but presents limitations in terms of safeguarding the cultural dynamics of the Feira de São Joaquim. Thus, it is hoped to have emphasized the importance of the performance of public power in cultural spaces, as long as operated from strategic actions for the maintenance of the characteristic dynamics, prioritizing the cultural tradition, the popular knowledge and their ways of doing culture.

Keywords: Requalification. Feira de São Joaquim. Public policies. Intangible heritage. Cultural Safeguard.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1: Localização da Feira de São Joaquim.	72
Figura 2: Vista aérea da Feira de São Joaquim, às margens da Baía de Todos os Santos.	73
Figura 3: Fluxograma - Projeto de Requalificação: Modelo de gestão.	87
Figura 4: Atividades da Feira de São Joaquim.	99
Figura 5: Cobertura - Projeto de Intervenção da FSJ.	99
Figura 6: Cobertura dos corredores principais - Projeto de Intervenção da FSJ.	100
Figura 7: Frente da Feira anterior à Requalificação.	101
Figura 8: Maquete virtual - Frente da Feira proposta na Requalificação.	101
Figura 9: Corredor principal da entrada da FSJ.	102
Figura 10: Visão do corredor central.	102
Figura 11: Corredores não contemplados pela Primeira Etapa da Requalificação	103
Figura 12: Fundo da feira: maquete virtual de estudo e situação antes da Requalificação.	104
Figura 13: Fundo da feira após a Requalificação.	104
Figura 14: Frutos do Mar na FJS antes da Requalificação.	105
Figura 15: Projeto de Intervenção - Setor de Frutos do Mar da FJS.	106
Figura 16: Galpão de frutos do mar após a Requalificação.	106
Figura 17: Galpão Água de Meninos - Vista lateral.	110
Figura 18: Galpão Água de Meninos - Vista da fachada.	111
Figura 19: Fluxo de saveiros e trabalhadores na região portuário.	116
Figura 20: Capoeiristas no Cais da Cidade Baixa.	118
Figura 21: Cesto de quiabo na Feira de São Joaquim.	119
Figura 22: Pintura “A Feira”.	122
Figura 23: A Feira de São Joaquim e a cidade de Salvador.	126
Figura 24: Píer da Feira de São Joaquim.	128
Figura 25: Colares de contas e ervas de uso ritualístico.	133
Figura 26: Assentamento de Exu em Água de Meninos.	135
Gráfico 1: Gráfico síntese Categoria de Atividades.	95
Gráfico 2: Categoria de Atividade da Feira de São Joaquim.	97

Quadro 1: Categorias de Atividades da Feira de São Joaquim (2010).	95
Quadro 2: Atividades Predominantes na Feira de São Joaquim.	96

LISTA DE SIGLAS

ASPFAS	Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes de Salvador
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDER	Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
FSJ	Feira de São Joaquim
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULT-BA	Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SETUR-BA	Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia
SINDIFEIRA	Sindicato dos Comerciantes Varejistas, Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador
SPHAN	Sistema do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. POLÍTICA PÚBLICA: DEFINIÇÃO DO CAMPO E CONCEITOS	22
1.1 Políticas públicas: à guisa de introdução	22
1.2. Tipologias e ciclo das políticas públicas	29
1.3 Políticas Pública: um campo de estudo multidisciplinar	41
2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	44
2.1 Estruturação histórica das políticas de cultura no Brasil	44
2.2 A trajetória das políticas patrimoniais no Brasil	51
2.3 Requalificação de espaços culturais	61
3. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM	70
3.1. Histórico da Feira de São Joaquim e sua relação com a cidade de Salvador	71
3.2. Complexidade do cenário de salvaguarda da Feira de São Joaquim	76
3.3 O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim	82
3.4 Elaboração do Projeto de Requalificação	90
3.5 Etapas do Projeto de Requalificação	94
3.6 Cenário atual da Feira de São Joaquim	107
4. A RESISTÊNCIA DA FEIRA: ENTRE O FOGO, A ÁGUA, O COMERCIAL E O CULTURAL.	113
4.1 Cultura, história e memória: A Feira do povo	113
4.2 A feira e seus significados afro-diaspóricos	130
4.3 Produto: Lista de recomendações para futuros projetos de requalificação de bens em processo de registro como patrimônio cultural imaterial.	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
Referências bibliográficas:	154

INTRODUÇÃO

A Feira de São Joaquim, o Registro e a Requalificação

A cultura natural, está aí: acontece no tempo, acontece porque existe vida, existe a matéria, existe o espírito. Existe porque o espírito é matéria sutil e a matéria é espírito denso. É por isso que eu digo: cultura é item da cesta básica, é alimento. (Gilberto Gil - Discurso pronunciado enquanto Ministro da Cultura, 2003).

A Feira de São Joaquim destaca-se por resguardar a história e a memória¹ (Le Goff, 2013) da cidade de Salvador, mantendo-se enquanto local de trocas de saberes e práticas culturais. Localizada às margens da Baía de Todos os Santos, a Feira integra um fenômeno de longa data, da manifestação do passado colonial, dos fluxos e refluxos portuários e da diáspora africana, e que hoje se traduz nos mais diversos produtos comercializados, como o intenso circuito de ervas e folhas ritualísticas das religiões afro-brasileiras.

O bem cultural imaterial de São Joaquim é dotado de significados que persistem no tempo: feirantes, consumidores, babalorixás e ialorixás unidos por um espaço simbólico, pelas interações e trocas que ocorrem em seu ambiente. Segundo a Constituição Federal de 1988, no Artigo 215, é dever do Estado proteger e zelar pela manutenção das “[...] manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” (Brasil, 1988). Ainda, o Artigo 216 explicita que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial”. Sendo assim, torna-se dever do Poder Público promover o reconhecimento do patrimônio cultural através de inventários, registros e tombamentos de bens de natureza material ou imaterial.

Desta forma, a partir da Constituição Federal de 1988, tornou-se dever do Estado brasileiro, conforme o Artigo 215, garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988). No sentido de reconhecer a importância das relações sociais, econômicas e culturais de São

¹Jacques Le Goff, em sua obra “História e Memória” defende que a história não é a memória e, não sendo sinônimas, não devem ser confundidas, de modo que a história leva em conta a memória, mas não se reduz a ela, e geram espaços de saber diferenciados (Le Goff, 2013). Pode-se ainda mencionar a importância da memória enquanto material para a história, como o valor da memória individual (para a história oral) ou da memória coletiva (pensando os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural e os lugares de memória).

Joaquim, emergem suas estratégias de salvaguarda, dentre elas o pedido de Registro da Feira enquanto patrimônio cultural imaterial brasileiro e, paralelamente, a elaboração e execução do Projeto de Requalificação, este último objeto de estudo deste trabalho.

O pedido de Registro da FSJ no Livro de Lugares do Patrimônio Imaterial² foi solicitado no ano de 2005 pelo Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (BA). A solicitação segue em situação de instrução pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Registro da FSJ visa reconhecer e zelar pela continuidade de suas manifestações culturais, resguardadas a partir dos instrumentos de salvaguarda do Estado brasileiro.

Como será abordado ao decorrer deste trabalho, a categoria do patrimônio imaterial veio a ser adotada nas últimas duas décadas da política patrimonial brasileira. A elaboração jurídica deste conceito expressa-se a partir do Decreto 3.551 de 4 de Agosto de 2000, cujas diretrizes institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a fim de reconhecer os bens culturais da cultura popular - como as danças, as festas, os modos de fazer, as feiras, etc. - e afastando-se da ideia de patrimônio apenas de “pedra e cal” (Gonçalves, 1996). O emprego dessa categoria dialoga com conceitos da antropologia sobre cultura e o tratamento dos seus objetos (Bitar, 2013, p. 86), principalmente no âmbito das políticas públicas voltadas aos direitos culturais.

Vale ressaltar que a ideia de “patrimônio” não é uma noção estrita e exclusivamente jurídica, uma vez que sua percepção de bem é produzida pela autopercepção na vida cotidiana através da relação com os processos de vivência, trocas e símbolos atribuídos diariamente pelos sujeitos envolvidos. Embora o Registro de São Joaquim ainda não tenha sido oficialmente inscrito no âmbito do IPHAN, a noção da Feira enquanto patrimônio cultural da cidade de Salvador já é produzida e reconhecida pela sociedade.

Paralelamente ao Registro, em 2009 iniciou-se a elaboração do Projeto de Requalificação da FSJ, visando a manutenção de seu espaço físico e de suas dinâmicas culturais. O Projeto de Requalificação, que teve a primeira fase das obras executada entre 2012 e 2015, a partir da parceria entre o Ministério da Cultura e

² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portal Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>. Acesso em: 22 jul. 2024.

secretarias do Governo do Estado da Bahia, propunha melhorias na qualidade do trabalho dos feirantes, na infraestrutura e no circuito econômico (Brasil, 2010).

Entretanto, o cenário posterior às reformas parece ser marcado por duas realidades distintas: a parte reformada, minoritária, beneficiada pelas mudanças, e a parte não requalificada, espaço majoritário à margem da infraestrutura.

Partindo desta hipótese, o objetivo geral desta pesquisa é o de apresentar o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (cuja primeira etapa da reforma ocorreu entre 2012 e 2015) a fim de compreender seus limites para a salvaguarda cultural da maior feira livre da Bahia.

De forma mais específica, objetiva-se realizar um breve panorama das discussões no campo das Políticas Públicas; identificar o contexto histórico, social e cultural da Feira de São Joaquim e sua inserção no campo das Políticas Públicas; apresentar quais metas o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim visava atingir em relação aos indicadores da área, infraestrutura e cultura.

O Projeto de Requalificação teve a execução das obras iniciada em 2012, tendo como agentes de planejamento e operação órgãos das três instâncias político-administrativas envolvidas. Isto é, o projeto foi capaz de envolver a esfera municipal, estadual e federal na mobilização de recursos, no diálogo com os feirantes, na gestão e no processo de trabalho, conforme constam os dados dos relatórios “Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” (2010), produzido pelo IPAC-BA e “Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim” (2018), realizado pela CONDER.

Inicialmente pensada a fim de manter a dinâmica sociocultural do local, a requalificação não cumpriu com o prazo do cronograma de execução e se estende até os dias atuais, em que a Feira se prepara para iniciar, no ano de 2024, a 2ª etapa de realização de seu projeto de reformas, em que os feirantes serão remanejados para o “Galpão Água de Meninos”, como observado nas últimas idas ao trabalho de campo.

O atraso do cronograma e outras problemáticas encontradas impulsionaram os questionamentos desta pesquisa acerca da eficácia do plano de requalificação pública para a sobrevivência da feira a longo prazo, ao passo que evidencia seus possíveis limites para a salvaguarda da esfera cultural da feira, um bem de valor cultural para o povo baiano e brasileiro.

O amplo e complexo cenário do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, objeto de estudo desta pesquisa, engloba ao menos três campos de ações das políticas públicas.

A primeira refere-se ao campo do planejamento urbano, uma vez que a execução das reformas teve como um dos órgãos responsáveis a Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER - BA), visando solucionar os problemas de ordem da infraestrutura.

A segunda relaciona-se às políticas de promoção do turismo e desenvolvimento econômico, a partir da ação da Setur-Ba que coordenou, juntamente à Conder, as obras. A Setur-Ba operou nas ações, tendo em suas metas a articulação da feira com o circuito turístico local, a fim de torná-la um “cartão postal” da cidade baixa (Bahia, 2018).

A terceira ação corresponde às políticas culturais e de patrimônio cultural, ao passo que o espaço da feira corresponde a um bem cultural em processo de instrução de registro junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e teve o amparo do Ministério da Cultura na elaboração do Projeto de Requalificação.

O convênio estabelecido entre a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e o Governo Federal, através do MinC, concedeu recursos para a elaboração do Projeto, tendo como órgão responsável pela supervisão e gestão dos recursos o Instituto Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA).

Assim, é possível identificar nos documentos³ analisados que Conder, Setur e Ipac cooperaram nas propostas de elaboração do Projeto, o que não se traduz, na prática, que os pilares (desenvolvimento urbano, turismo e desenvolvimento econômico e preservação da esfera cultural) tenham sido contempladas com equidade. Isto porque a maior feira livre da Bahia, ao longo de sua extensão de aproximadamente 40 mil metros quadrados, se torna um desafio em termos de planejamento urbano estratégico e das políticas culturais.

Fruto de ocupações populares e do improviso típico das feiras-livres, o desafio de iniciar reformas, deslocar feirantes e consumidores e não interferir na

³Bahia. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. **Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim**. 2018. Disponível em: www.conder.ba.gov.br/biblioteca. Acesso em: 27 ago. 2021. Brasil. Ministério da Cultura. Ministério do Turismo. Governo do Estado da Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC. **Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim**. Referencial de memória, cultura e resistência. Salvador: [s.n.], 2010.

dinâmica sociocultural do espaço soma-se às preocupações de afastar a possibilidade de transformar a feira em um não-lugar⁴, distante de seu sentido popular a partir de uma nova configuração.

Dessa forma, essa pesquisa visa pensar a requalificação enquanto política pública, ponderando seus possíveis limites para a salvaguarda cultural da Feira de São Joaquim.

Esta pesquisa justifica-se ao buscar enfatizar a importância da atuação do poder público em espaços culturais. Assim, torna-se necessário estudos que visem compreender o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, a fim de verificar se as ações de intervenção em seu ambiente foram e estão sendo operadas a partir de ações estratégicas para a manutenção das dinâmicas características da Feira, priorizando a tradição cultural, os saberes e modos de fazer, determinando também os limites e os desafios da requalificação para a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial da Feira.

A escolha pela Feira de São Joaquim advém de estudos anteriores realizados no âmbito da graduação em Ciências Sociais acerca dos instrumentos de salvaguarda de bens culturais imateriais, sobretudo no estado da Bahia⁵. O contato com a bibliografia, a proximidade com os estudos acerca das manifestações culturais baianas e o interesse em compreender as reformas que incidem sobre o ambiente da FSJ motivaram a escolha pelo campo. Sendo assim, desde o ano de 2019 a Feira de São Joaquim tem sido visitada como sensibilização para o campo de pesquisa e, mesmo perante as dificuldades encontradas no contexto da pandemia do COVID-19, foram realizadas quatro visitas ao longo dos anos de 2020 a 2022.

Em um único objeto de pesquisa tornou-se possível equacionar diferentes abordagens das Políticas Públicas que o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise em Políticas Públicas pôde proporcionar, juntamente aos estudos da graduação em Ciências Sociais, com base na antropologia, na sociologia e na ciência política. Embora seja um objeto de estudo desafiador, é possível

⁴O conceito de “não lugar” empreendido no texto diz respeito à teoria de Marc Augé que refere-se ao espaço em que os indivíduos permanecem anônimos e que não possuem significado suficiente para serem considerados “lugares”, pois os laços de familiaridade e ao sentimento de pertencimento foram perdendo a força.

⁵Falquete, H.. Gileno, C. H.. Estado, Cultura e Políticas Culturais: Patrimônio cultural imaterial na celebração do *Bembé do Mercado*. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Abi - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

justificá-lo ao passo que o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, ao ser analisado, poderá ajudar a embasar futuros estudos ou propostas de políticas de reestruturação de feiras brasileiras em processos de registro ou tombamento enquanto patrimônio cultural.

Desta forma, o produto final deste Mestrado está em consonância com a justificativa, uma vez que corresponde a publicação de uma Lista de recomendações para Projetos de Requalificação de feiras consideradas Patrimônio Cultural, tendo como base o estudo de caso realizado na Feira de São Joaquim.

Os instrumentos e ferramentas institucionais para a proteção do Patrimônio Cultural são recentes na história das Políticas Públicas no Brasil. Daí também a importância de estudos que versam a respeito dos Lugares do Patrimônio Imaterial a fim de auxiliar na construção de bibliografias e pesquisas baseadas em estudos de caso, como é o caso no estudo acerca da Requalificação da Feira de São Joaquim.

A escolha pelo recorte do Projeto de Requalificação justifica-se, pois trata-se de uma política pública capaz de envolver as três instâncias, ou seja, o poder municipal, estadual e federal, articulando o tema do planejamento urbano, do turismo e das políticas culturais. Apesar de sua complexidade, o diálogo transdisciplinar e de áreas torna o objeto de estudo interessante do ponto de vista científico e metodológico. Compreender como foram adotados os procedimentos para realização das intervenções no ambiente da feira articulando os diversos interesses que envolvem o Projeto pode auxiliar em estudos futuros ou projetos de políticas semelhantes.

Vale reiterar que o campo da preservação de espaços culturais diz respeito, dentre os seus mais diversos aspectos, à garantia do direito à cultura e do cumprimento dos direitos dispostos na Constituição Federal (Artigo 215 e 216), tais como a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a democratização do acesso aos bens de cultura e a valorização da diversidade étnica e regional.

Como já mencionado, a Feira de São Joaquim, referência cultural da cidade de Salvador, passa pelo processo de reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural brasileiro, em processo de instrução pelo IPHAN ao ser indicada para registro no Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial. Entretanto, o processo iniciado em 2005 continua em análise pelo Instituto, enquanto o ambiente de São Joaquim ressignifica suas estratégias de permanência, visto que a feira não é imune às transformações

sociais e econômicas da cidade de Salvador, bem como à especulação imobiliária, o turismo e demais categorias que continuam modificando a paisagem da Cidade Baixa e podem vir a interferir ou se sobrepor à feira.

Deste complexo cenário, emerge a pergunta que essa dissertação visa responder: Quais os limites do Projeto de Requalificação para com a esfera cultural da Feira de São Joaquim?

Dessa forma, esta dissertação espera ter conseguido averiguar as hipóteses de que: a) embora o Projeto de Requalificação tenha sido elaborado a partir de representantes de órgãos responsáveis pela Cultura, Turismo e Planejamento Urbano, a sua execução parece não ter contemplado as três esferas com equidade; e b) a Requalificação proporcionou benefícios na infraestrutura do espaço físico, mas apresenta limitações no que diz respeito à salvaguarda das dinâmicas culturais da Feira de São Joaquim.

Desta forma, torna-se também papel das pesquisas em análise de políticas públicas adentrar o universo simbólico das representações sociais, de memórias, cultura e identidades, visando atingir o campo interdisciplinar. Isto porque compreender as mudanças causadas pela ferramenta da Requalificação na Feira de São Joaquim abre espaço para discutir também as suas possibilidades dentro do campo das políticas patrimoniais.

Espera-se, a partir da publicação desta dissertação, contribuir para a continuidade dos estudos já desenvolvidos no bojo do Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento de Políticas Públicas de Franca - SP. Espera-se, também, enfatizar a importância da atuação do poder público em espaços culturais, desde que operados a partir de ações estratégicas para a manutenção das dinâmicas características, priorizando a tradição cultural, os saberes e seus modos de fazer.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Pesquisas qualitativas podem ser entendidas como os estudos que não empregam um instrumental estatístico como base do processo de análise do problema (Godoy, 2005). Ainda, a abordagem qualitativa envolve a “obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (Godoy, 2005, p. 58). As pesquisas que têm como base a análise de dados

qualitativos ocupam uma dentre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais.

Quando pensamos na metodologia do trabalho científico, podemos afirmar que o rigor metodológico não se reduz apenas à indicação do tipo de pesquisa, mas engloba toda a descrição clara e detalhada do caminho percorrido e das decisões tomadas pelo pesquisador ao conduzir seu estudo. Desta forma, para atingir os objetivos expostos anteriormente, variados procedimentos metodológicos têm sido empregados.

Tratar das políticas públicas que combinam os direitos culturais e os direitos urbanísticos, e que têm o propósito analisar o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, na cidade de Salvador (BA), conduziu à construção metodológica deste presente estudo de caso. Conforme Yin (2001, p. 19), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que indica “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Portanto, este estudo de caso combina três abordagens diferentes e complementares para aferir os resultados da pesquisa: a) a revisão bibliográfica; b) a recolha e análise de dados documentais (análise do conteúdo dos documentos) e c) a técnica de observação, na etapa do trabalho de campo.

Valendo-se de metodologias e de técnicas de pesquisa complementares, este trabalho configura uma triangulação metodológica (Denzin; Lincoln, 2005), que pode ser pensada como uma alternativa de pesquisa qualitativa que se vale de variados métodos de pesquisa a fim de compreender o objeto investigado.

A etapa de revisão bibliográfica (Bocato, 2006) foi o ponto de partida desta dissertação e ocorreu a partir dos referenciais teóricos e bibliográficos obtidos. A bibliografia foi coletada a partir de diferentes referenciais teóricos, tais como artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, reportagens jornalísticas publicadas, produções audiovisuais, etc. O critério de busca dos artigos e dissertações que foram utilizadas se deu a partir de quatro principais plataformas de busca: o Acadêmico - Google Scholar -, o Repositório Institucional da UFBA, o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal de Periódicos da CAPES, selecionado trabalhos a partir das palavras-chave: “Feira de São Joaquim”, “Requalificação de feiras livres” e “Patrimônio Cultural Imaterial”.

Seguindo o método de pesquisa bibliográfica (Bocato, 2006) após a localização e escolha das fontes bibliográficas, realizou-se a leitura, sumarização e sistematização da bibliografia. No primeiro capítulo os principais trabalhos que ajudaram a construir esta etapa serão apresentados.

No que diz respeito à pesquisa documental, ao método de recolha e análise de dados (Calado; Ferreira, 2005) e análise do conteúdo (Flores, 1994) ocorreu a partir de dois documentos selecionados.

O primeiro documento está disponível no site da Conder-Ba (Companhia do desenvolvimento Urbano da Bahia) na categoria de “Projetos” / “Documentos sobre a Requalificação da Feira de São Joaquim” . O documento selecionado é intitulado “Apresentação do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim”⁶. A razão da escolha se dá pelo fato de o documento escolhido contemplar os dados pretendidos acerca da área e da infraestrutura da reforma e por ter sido elaborado e disponibilizado pela Companhia responsável pelas obras do Projeto de Requalificação.

O segundo documento trata-se de um documento físico, intitulado “Projeto de Requalificação da Feira De São Joaquim: Referencial, Cultura e Resistência”⁷ . Trata-se de uma Cartilha produzida pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A cartilha foi elaborada a partir dos relatórios do Projeto Arquitetônico e Urbanístico de Requalificação da Feira de São Joaquim, sob a coordenação do IPAC-BA. A razão de escolha justifica-se pelo fato de o documento contemplar as propostas em relação à esfera cultural e estratégias de manutenção das dinâmicas simbólicas a partir do Projeto de Requalificação.

A segunda etapa, que consistiu no trabalho de campo, ou seja, no contato direto com o campo de pesquisa (a Feira de São Joaquim) e a coleta de dados, a partir da metodologia de observação (Moura, et. al., 1998) cujas impressões encontram-se distribuídas ao longo dos capítulos.

Na técnica de observação, que é realizada “ao vivo” no campo de pesquisa, é preciso que haja diversas interações observacionais, a fim de não deixar passar

⁶ Bahia. Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. **Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim**. 2018. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/biblioteca/requalificacao-da-feira-de-sao-joaquim>. Acesso em: 27 ago. 2021.

⁷ Brasil. Ministério da Cultura. Ministério do Turismo. Governo do Estado da Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC. **Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim**. Referencial de memória, cultura e resistência. Salvador: [s.n.], 2010.

despercebido detalhes que podem não ser observados em uma primeira vez ao campo (Belei et al, 2008). Para que uma pesquisa qualitativa de observação seja construída com rigor científico depende da observação do espaço do objeto (neste caso, a Feira de São Joaquim), assim como a qualidade da integração entre pesquisador e o que será observado (Kirki; Miller, 1986).

Tornou-se necessário, portanto, a elaboração do “roteiro de observação”, a fim de assegurar que os detalhes pretendidos fossem compreendidos. Esse instrumento, que foi construído e aplicado nesta pesquisa, teve como embasamento a pergunta de pesquisa (hipótese) a fim de testá-la, refutá-la ou, ainda, construí-la. O foco da observação não foi, portanto, as dinâmicas que ocorrem entre os sujeitos feirantes e consumidores no espaço da Feira de São Joaquim, mas as estruturas físicas, sobretudo aquelas ligadas ao Projeto de Requalificação, sendo estas contempladas, ou não, por ele. Fotografar as estruturas da feira, analisar seu funcionamento ou o dinamismo nos espaços requalificados ofereceram subsídios para uma interpretação mais coerente ao objeto de pesquisa.

Buscou-se evidenciar duas premissas: a) a estrutura da Feira de São Joaquim e a suposta dualidade do local, dividida entre parte requalificada, minoritária, em que há a presença de infraestrutura; e b) políticas voltadas à esfera cultural, ou iniciativas populares de manter as tradições vivas (como foi observado no Samba da Feira).

Essa dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro “Política Pública: Definição do campo e conceitos” aborda aspectos sobre o campo de estudos em políticas públicas, apresentando conceitos e definições que sustentam a construção da discussão e da análise realizada neste trabalho.

O segundo capítulo “Políticas Culturais no Brasil” apresenta um breve panorama da construção das políticas de patrimônio cultural no Brasil e seu paralelo com as políticas públicas de requalificação de bens culturais.

O terceiro capítulo “Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” está dedicado à apresentação do projeto de requalificação da feira enquanto uma política pública, perpassando suas etapas e o cenário atual.

Por último, o quarto capítulo “A resistência da Feira: entre o fogo, a água, o comercial e o cultural” visa demonstrar a importância social e cultural da feira para a sociedade soteropolitana, delimitando os entraves relacionados à preservação de sua dinâmica enquanto um bem cultural de importância local, regional e nacional. Ainda, apresenta o produto desta dissertação de mestrado profissional.

1. POLÍTICA PÚBLICA: DEFINIÇÃO DO CAMPO E CONCEITOS

Este primeiro capítulo tem como propósito visitar alguns conceitos de Políticas Públicas e explorar, de forma breve, a construção do campo de estudo das Políticas Públicas. Políticas públicas, de uma forma geral, podem ser entendidas como ações e decisões tomadas pelos órgãos governamentais para abordar questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Elas representam esforços sistematizados para lidar com desafios específicos e alcançar objetivos de interesse público. Dessa forma, este capítulo propõe levantar alguns entendimentos sobre as políticas públicas.

1.1 Políticas públicas: à guisa de introdução

O campo das Políticas Públicas é marcado pela interdisciplinaridade intrínseca ao seu estudo, planejamento e execução. Como menciona Faria (2018, p. 11), inúmeras questões hoje candentes na agenda pública demandam do tratamento interdisciplinar que as tradicionais instituições produtoras do conhecimento têm sido incapazes de ofertar. Temas como os problemas ambientais, por exemplo, ou, ainda no caso que nos interessa, as questões relacionadas à cultura, tange a necessidade de se explorar “problemas e questões que não estão confinados nos limites de uma única disciplina, demandando intervenção governamental e o reposicionamento dos produtores de conhecimento”, que possibilitam, portanto, a interdisciplinaridade (Faria, 2018, p. 12). Ainda, o campo das políticas públicas, paralelamente à interdisciplinaridade, constituiu-se por diversos conceitos e definições. Dessa forma, podemos pensar “política pública” conforme a literatura acerca do tema.

Lawrence Mead (1995) define o campo como o estudo da política capaz de analisar o governo à luz de grandes questões públicas. Guy Peters (1986) definiu política pública como a soma das atividades dos governos que influenciam na vida dos cidadãos. Thomas Dye (1984), por sua vez, sintetizou a definição, definindo as políticas públicas como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Conforme Souza (2007), a Política Pública pode ser compreendida como o ramo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação ou, ainda, analisar essa ação e, se necessário, pensar mudanças no curso dessas ações. Para Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2012) às Políticas Públicas podem ser

conceituadas enquanto instrumento ou o conjunto de ações dos governos, sendo essas ações elaboradas no sentido de enfrentar um problema público.

Segundo Secchi (2010), a política pública corresponde à diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Nesse sentido, pode-se dizer que a Política Pública resulta da atividade política e requer várias ações estratégicas a fim de implementar os objetivos desejados a partir de um conjunto de decisões e ações que visam a resolução de problemas públicos. Ainda segundo Secchi (2010), uma política pública constituiu-se por ao menos dois elementos que são fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Dessa forma, o autor propõe três questões para aprofundar e ajudar na reflexão sobre a área: a) políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? b) políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência? c) apenas diretrizes estruturantes são políticas públicas? A partir dos “três nós” propostos por Secchi para se pensar as Políticas Públicas, algumas reflexões podem ser consideradas a seguir.

Embora o Estado possa ser pensado enquanto o ator político mais apropriado e relevante para a construção das Políticas Públicas, é preciso também considerar o papel de outros atores no processo de formulação, execução ou avaliação das políticas, como a participação do segundo e do terceiro setor e organismos multilaterais, organizações privadas, organizações não governamentais capazes de influenciar e participar do processo de execução de resolução de problemas ou demandas públicas, comuns aos cidadãos (Secchi, 2010).

A literatura acerca das Políticas Públicas apresenta diversas definições em que a omissão e a negligência em relação a um problema público são consideradas também uma forma de se fazer política. Por exemplo, Dye (1987, p. 01) diz que a política pública “é o que os governos decidem ou não fazer”. Nesse sentido, a política pública também pode ser vista como as escolhas que o governo opta por não fazer, sendo possível pensar que, não fazer política pública também é uma política.

Dentre as definições apresentadas, pode-se perceber o elemento comum: a presença do governo. Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2012) apresentam os elementos mais comuns às definições de políticas públicas, dentre elas, são mencionadas “a política pública é feita em nome do público”; “é geralmente feita ou iniciada pelo governo”; “é interpretada e implementada por atores públicos e

privados”, “é o que o governo pretende fazer” e, por fim, “a política pública é o que o governo escolhe não fazer” (p. 13).

Como mencionado, podemos encontrar na literatura acerca das Políticas Públicas definições em que a omissão (o que o governo decide não fazer) em relação a um problema público, é considerada também uma forma de se fazer política. No caso da Feira de São Joaquim, é importante ressaltar que o Projeto de Requalificação surge após décadas de aparente omissão das autoridades públicas para com o ambiente da feira, marcado até então pela insalubridade, pela falta de infraestrutura necessária e de precárias condições de trabalho aos feirantes, para além dos riscos relacionados à esfera cultural em casos de possíveis incidentes que poderiam acometer a Feira, tal como incêndios espontâneos ou não.

As políticas públicas são, portanto, o resultado da atividade política, requerendo ações estratégicas que são voltadas à implementação dos objetivos desejados, sendo assim, envolvem mais de uma decisão política (Dias; Matos, 2012, p. 13). Compreender os processos que envolvem as políticas públicas torna-se necessário para entender como estas impactam a vida cotidiana da sociedade civil.

Para melhor compreender o campo, se faz necessário um olhar histórico para o processo de consolidação do conceito.

Ao longo do século XIX, no contexto de racionalização da concepção de Estado e da política, os estudos sociais foram assinalados pela ideia de que os problemas sociais poderiam ser resolvidos a partir do conhecimento adequado e, consequentemente, da aplicação de técnicas específicas (Capella, 2018, p. 14). Naquele contexto, segundo Parsons (2007, p. 51 apud Capella, 2018, p. 14), “a noção segundo a qual o mundo estava cheio de enigmas e problemas que poderiam ser resolvidos por meio da aplicação de razão e do conhecimento humano está na base do desenvolvimento do enfoque de políticas públicas”.

Conforme Ana Cláudia Capella (2018), a partir de modelos advindos dos estudos das ciências naturais, os estudos que passaram a ser desenvolvidos ainda no século XIX buscavam compreender os problemas sociais a fim de formularem respostas adequadas que pudessem amparar a tomada das decisões dos governos com conhecimentos especializados (2018, p. 15). No século XX, a perspectiva positivista/funcionalista definiu-se pela compreensão de que tais problemas (sociais) seriam “fatos” passíveis de serem mensurados e, consequentemente, de solução,

ou, ainda, os problemas seriam “disfunções” do sistema social (Parsons, 2007). Dentro dessa perspectiva, Capella declara que:

Nessa perspectiva, o papel do analista de políticas públicas seria fundamentalmente encontrar evidências de problemas sociais, para então analisar suas causas e propor a adoção de medidas necessárias para sua resolução. Portanto, durante décadas entendeu-se que problemas sociais tinham existência objetiva, bastaria capacidade técnica para a realização de estudos que pudessem coletar dados e Analisa-los em busca de soluções capazes de resolvê-los. (Capella, 2018, p. 15).

No surgimento da área das políticas públicas podemos observar o pressuposto de que em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisada por pesquisadores independentes. Por décadas, conforme a citação de Capella acima, os problemas sociais eram entendidos de forma objetiva e suas resoluções bastariam de capacidade técnica. Tal abordagem tecnicista desconsiderava fatores externos aos “fatos” dos problemas, resumindo-se a teorias bastante objetivistas.

Eduardo Marques (2013) destaca como alguns “pais fundadores” os behavioristas (das décadas de 1930, 1940 e 1950) em que a Ciência Política se adequa aos moldes das Ciências Naturais, tendo como base o racionalismo, o empirismo e cientificismo (p. 25). Marques ressalta a teoria de Harold Laswell (1902 – 1978), na qual introduz a expressão *policy analysis*, na qual o autor resume a sua defesa da constituição de uma análise científica do governo, uma certa “ciência do governo” (Marques, 2013, p. 26) capazes de conciliar a produção científica e a produção empírica dos governos, ao mesmo tendo que possibilitaria o estabelecimento de diálogo com as Ciências Sociais e a Ciência Política.

Conforme Marques (2013), a teoria proposta por Lasswell na década de 1940 buscava a “compreensão dos efeitos dos contextos sociais e políticos que cercam as políticas, assim como a centralidade da racionalidade nos processos de decisão” de forma que a racionalidade, no âmbito das políticas públicas, poderia possibilitar o acesso ao todo, de forma mais objetiva. Ainda, “a decisão, organizada a partir de tal racionalidade, era considerada como o mais importante momento da produção de políticas públicas”. (2013, p. 26).

O trabalho de Lasswell teria sustentado uma interpretação elitista da política (Marques, 2013), ao analisar a forma como as massas seguiam as lideranças, tendo desenvolvido conexões entre a psicologia e a questão da liderança política. A

política refere-se a “quem obtém o quê, quando e como”, em que é possível observar certa influência da teoria utilitarista (máximo de benefícios para maior número de pessoas possíveis).

Ao procurar observar o comportamento dos indivíduos, Lasswell (apud Marques, 2013) propõe uma análise científica do governo (*policy analysis*), em que as decisões devem ser tomadas de forma racional, a partir de um olhar sinótico (sintético, resumido do todo). Considerando objetivos e preferências preexistentes seriam escolhidos meios para a solução de um dado problema, obtendo-se o melhor a partir do cálculo racional sinótico. Eduardo Marques (2013), analisando a trajetória do estudo das Políticas Públicas, destaca outra contribuição fundadora que se desenvolveu paralelamente: os estudos de Hebert Simon (1916 - 2001).

Outra contribuição fundadora dos estudos que advém de Simon diz respeito ao campo da teoria das organizações. Simon, portanto, introduz o conceito de racionalidade limitada (*bounded*) na qual os decisores públicos (*policy makers*) agiriam. Essa racionalidade seria limitada por informação incompleta, falta de tempo para decisão, recursos limitados, auto interesse, etc. (Marques, 2013, p. 26). A teoria de Simon vai de encontro com a ideia de que as decisões devem significar sempre otimizar, ou que seria possível realizar escolhas racionais compreendendo e considerando todas as alternativas e cenários, visto que as ações são influenciadas pelas limitações humanas e pelas condicionantes organizacionais que cercam a decisão, chamadas por Simon de “estrutura do ambiente da decisão” (Simon, 1945 apud Marques, 2013, p. 26), embora tais condicionantes não tornassem a escolha irracional. Daí podemos chegar à compreensão de que, dentro da teoria de Simon, a racionalidade pode ser maximizada pela criação de estruturas que enquadre o comportamento dos atores políticos e encaminhem seus comportamentos na direção de resultados desejados.

Ainda dentro do behaviorismo, mas mais próximo da Ciência Política, Marques (2013) destaca as contribuições para a construção do campo a partir de David Easton nas décadas de 1940 e 1950. Easton definiu a política pública como um sistema “de comportamento aberto” que era influenciado pelas “dinâmicas de outros sistemas sociais” (Easton, 1970 apud Marques, 2013, p. 27). Portanto, a política pública, definida como um sistema, seria resultado entre formulação, resultados e o ambiente, aperfeiçoando a ideia de ciclos de produção de políticas públicas (Easton, 1970 apud Marques, 2013, p. 27).

Portanto, a produção de políticas seria impactada por *inputs* (entradas) de outros sistemas (sobretudo por reivindicações externas ou por grupos de interesses), assim como de dentro do próprio sistema (os *withinputs*). Dessa forma, “o sistema geraria *outputs* para os demais subsistemas e para si mesmo, gerando *feedbacks*” como explica Marques (2013, p. 28) a respeito da teoria de Easton. Segundo a teoria de Easton, as políticas públicas recebem *inputs* de partidos, da mídia e grupos de interesse, o que viria a influenciar no resultado. Assim, as políticas eram compreendidas como “respostas do sistema a impulsos de fora, sendo o Estado pensado como um alocador automático e técnico que responderia a conflitos e disputas externas a ele”, que fazia com que o processo de decisão não deixasse de ser racional, uma vez que “o elemento central das políticas a ser explicado continuava a ser a tomada de decisão sobre as políticas, entendida de forma técnica” (Marques, 2013, p. 28).

Dessa forma, as políticas públicas seriam explicadas pelas interações entre o sistema de políticas, o sistema político e os demais sistemas, no decorrer dos ciclos de produção de políticas, sendo as políticas respostas do sistema a impulsos de fora, e o Estado considerado como um alocador automático e técnico que responderia a conflitos e disputas externas a ele. Contudo, o processo de decisão continuava a ser considerado como racional, e o elemento central das políticas a ser explicado continuava a ser tomada de decisão sobre as políticas, entendida de forma técnica. A contribuição de Easton pode ser resumida em sua ideia de ciclo da Política Pública, em que a política é vista como um ciclo deliberativo.

Como mencionado por Marques (2013) e Capela (2018) as mudanças na compreensão das políticas públicas após a metade do século XX passou a indicar novas questões que seriam progressivamente mais elaboradas e abordadas nas décadas seguintes. Inicialmente a partir de críticas focadas ao caráter racional do processo de decisão, mas que se desenvolveria em outras diferentes percepções, “balizando estudos desenvolvidos sobre movimentos sociais, mídia, opinião pública, questões urbanas, entre outros” (Capella, 2018, p. 15), que suscitaria “vários outros deslocamentos, contribuindo para a formação de uma visão mais complexa e conflitiva do processo de produção de políticas” (Marques, 2013, p. 28).

De forma breve, com base em Marques (2013), podemos citar algumas críticas iniciais. Charles Lindblom (1917 – 2018), a partir de uma visão pluralista, questionou a ênfase na racionalidade de Laswell e Simon (apud Marques, 2013) e

propôs a incorporação de outras variáveis a formulação e análise de políticas públicas: o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Destacou a importância das relações de poder e da integração entre as diferentes fases do processo decisório, em que o processo de decisão é incremental e as decisões poderiam ser revertidas, ponderando as alternativas e os custos envolvidos. Para Lindblom (1959 apud Marques, 2013, p. 28), os meios e os fins seriam escolhidos de formas simultâneas, contrariando a ideia de que o momento de decisão é central.

Dessa forma, os decisores poderiam ajustar suas decisões levando em conta os movimentos incrementais de outros decisores, propiciando um “ajustamento mútuo entre parceiros” (Marques, 2013, p. 29), que envolve negociações entre os decisores. A interpretação que pode ser feita a respeito de Lindblom (apud Marques, 2013) é que, para o autor, os processos de decisões são continuados, isto é, repercussão em grupos de interesse e modificações. O “fazer política” é uma prática constantemente modificada, o que contraria a escolha política como algo essencialmente racional, uma vez que os grupos se influenciam mutuamente.

Eduardo Marques (2013) descreve que o caráter político foi tematizado também por Theodor Lowi (1964, apud Marques, 2013), ao passo que Lowi focalizou seu trabalho nos efeitos dos diferentes formatos institucionais das políticas, sugerindo uma classificação das políticas públicas, já que cada tipo de política pública irá encontrar, conforme Lowi (1964), diferentes formas de apoio, de rejeição e disputas em torno de sua decisão, passando por diferentes arenas.

Embora o Estado possa ser pensado enquanto o ator político mais apropriado e relevante para a construção das Políticas Públicas, é preciso também considerar o papel de outros atores no processo de formulação, execução ou avaliação das políticas, como a participação do segundo e do terceiro setor e organismos multilaterais, organizações privadas, organizações não governamentais capazes de influenciar e participar do processo de execução de resolução de problemas ou demandas públicas, comuns aos cidadãos.

A partir do que foi desenvolvido neste tópico, pode-se perceber que a literatura acerca das políticas públicas apresenta extensas discussões no que diz respeito a sua definição. O processo decisório de formulação de políticas envolve diversos fatores internos ou externos ao próprio governo, questões como prioridade, agenda política, clima político e clima público, atores envolvidos e coalizões.

Portanto, as políticas públicas também podem ser pensadas para além da macropolítica nos níveis da governança (governo federal, estadual e municipal), uma vez que as ramificações (programas, parcerias e projetos) que envolvem a resolução dos problemas identificados também correspondem às políticas públicas.

Nesse sentido, de forma geral, as Políticas Públicas podem ser compreendidas enquanto a soma de esforços governamentais e não-governamentais para a resolução de uma questão pública, sendo os atores governamentais (federal, estadual e municipal) os principais agentes para a articulação e execução em torno do problema ou da meta de interesse coletivo que se pretende atingir, mas não são os agentes exclusivos deste processo.

1.2. Tipologias e ciclo das políticas públicas

Para Theodore Lowi (1992), as tipologias das políticas públicas podem ser: políticas constitutivas, regulatórias, distributivas e redistributivas.

As políticas constitutivas estão associadas à criação e a transformação das próprias regras do jogo político (como o regimento das Casas Legislativas e do Congresso Nacional). Esta concepção antecipa o neoinstitucionalismo⁸ desenvolvido posteriormente nos anos de 1980. Corresponde às políticas, por exemplo, que estabelecem e distribuem a responsabilidade entre municípios, estados e o Governo Federal e estipulam competências e formas de participação social nestas ações.

Nas políticas regulatórias, o Estado estabelece regras para o funcionamento e atividades produzidas externamente a ele (Marques, 2013, p. 30). Trata-se do arcabouço legal que regula o setor de intervenção do Estado. Por exemplo, o Marco Legal da Cultura, instituído pela Lei 14.133/21 regula o setor, definindo-se como uma “caixa de ferramentas do gestor” público, com instrumentos adequados à implementação das políticas públicas de cultura. Outro exemplo é o decreto-lei n. 25,

⁸Conforme o neoinstitucionalismo, as instituições importam, constroem e impõem comportamentos. Dessa forma, o neoinstitucionalismo enfatiza a importância das instituições e das regras para a decisão, formulação e implementação de Políticas Públicas. Conforme Marques, o neoinstitucionalismo pode ser compreendido enquanto uma “corrente recente das ciências sociais que têm ressaltado, de maneira enfática, a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais” (1997, p. 75). Sendo assim, o neoinstitucionalismo não se resume a uma única corrente teórica, visto que compõe um amplo arcabouço de produções teóricas. De forma geral, trata-se do percurso analítico e metodológico de estudiosos e teóricos de diferentes áreas disciplinares que buscam reinserir as variáveis institucionais nos debates sobre a política e a economia.

de 1937, que define as regras para o tombamento de bens de natureza material no Brasil.

As políticas distributivas são aquelas que alocam bens ou serviços mediante recursos provenientes das coletividades, do orçamento geral (como ocorre em implementação de hospitais e escolas, construção de pontes ou estradas, revitalização ou requalificação de áreas urbanas, etc.). Conforme Eduardo Marques “esse tipo de política tende a apresentar um padrão de negociação muito pluralista, assim como baixo potencial de conflitos” (Marques, 2013, p. 30), o que “não geraria jogos de soma zero, mas de soma positiva” (idem).

O quarto grupo é o das políticas redistributivas, definida a partir da redistribuição de recursos finitos. Este grupo tende a gerar muitos conflitos, pois para que um grupo receba certos benefícios, implica que outro grupo perderá ou deixará de recebê-lo. Neste caso, há jogos de soma zero, “de natureza intrinsecamente muito mais conflitiva” (Marques, 2013, p. 30).

Os tipos de políticas, dado seu formato e os benefícios por elas atribuídos, tendem a ter fortes consequências para a conformação dos jogos e dos ambientes políticos presentes em cada situação, influenciando o seu caráter mais ou menos conflitivo. Dessa forma, Lowi inverte a “estrutura causal entre política e políticas (*politics* e *policies*)” (Marques, 2013, p. 30). O desenho das políticas gera consequências sobre os conflitos políticos, dessa forma, *policies* também geram *politics* (Marques, 2013, p. 30).

Barach e Baratz, em 1963, apontam que “decisões em políticas deveriam ser analisadas também sob o ponto de vista do que não se decide, e não apenas a partir do que é decidido” (Marques, 2013, p.30). Isto porque defenderam que a luta pelo poder também é exercida em conflitos ocultos. Dessa forma, seria preciso também analisar aquilo que não entra na agenda, as não decisões que carregam sentidos e podem indicar conflitos ocultos. Este movimento observado pelos autores é denominado de “mobilização de viés”. O estudo das políticas públicas também deveria dedicar-se, portanto, às não decisões.

Outra contribuição apresentada por Eduardo Marques (2013) é a do “modelo da lata de lixo” (*garbage can*) desenvolvida por Cohen, March e Olsen na década de 1970. Os autores defendem que “dadas as restrições orçamentárias e operacionais que cercam a produção de políticas, o processo de decisão acarretaria ao contrário, com os gestores escolhendo o problema a enfrentar em função das capacidades

administrativas já instaladas e existentes” (Marques, 2013, p. 32). Assim, as escolhas de política pública seriam feitas como se as alternativas estivessem em uma lata de lixo, em que há diversos problemas e poucas soluções. Portanto, o processo teria um caráter inercial e direcionado pela capacidade do Estado, em que a existência de soluções prévias levaria à escolha de certos problemas e não ao contrário, como defendido até então pela literatura (Marques, 2013). Para Capella, “uma tradição de pesquisa, especialmente influente para os estudos sobre formulação de políticas públicas, origina-se na Ciência Política, nos trabalhos de Schattschneider (1960), Cobb e Elder (1971) e Kingdom (2003)” (Capella, 2018, p. 16).

Segundo Schattschneider (1960), os conflitos estão na base de toda atividade política e as expansões destes conflitos foram denominadas de “mobilização de viés” (*mobilization of bias*). Os interessados em explorar o conflito poderão, a partir de mobilização, transformá-lo em uma questão política, visando torná-lo cada vez mais politizado por meio do engajamento daqueles que inicialmente não estavam envolvidos (Capella, 2018, p. 16). Conforme Schattschneider, a noção de política é a de que a “política é a socialização do conflito” (Schattschneider, 1960, p. 38 apud Capella, 2018, p. 16) demonstra o processo de mudança pela qual uma questão que antes era “privada”, ou seja, um conflito restrito a um grupo inicial, passa a ter um alinhamento político a partir do envolvimento de maior público.

Ana Cláudia Capella explica que, na teoria de Schattschneider:

Por meio da mobilização, os conflitos são socializados e se tornam rotineiros e/ou institucionalizados no sistema político. Uma vez que diversos outros conflitos também têm potencial para seguir o mesmo caminho, o autor mostra que os atores políticos procuraram levar seus conflitos adiante de forma a impedir que outros mobilizem a atenção e obtenham o engajamento do público. [...] Quando um grupo de formuladores de políticas pretende levar adiante sua visão sobre um problema, buscará expandi-lo, mobilizando o grupo maior de indivíduos que compõem a audiência (muitas vezes externos ao governo). Esse processo é essencial para a formação das políticas, na visão do autor. (Capella, 2018, p. 17).

A teoria de Schattschneider inaugura a preocupação em torno do processo de construção de agenda política, indicando a etapa da formulação de problemas e soluções como processo central do processo político. O conceito de mobilização de conflito embasou o desenvolvimento de outra perspectiva acerca dos problemas, exposto por Cobb e Elder (1971; 1972), conforme atesta Capella (2018, p. 17).

Por sua vez, Cobb e Elder chamam a atenção para a desigualdade no acesso aos recursos de acesso ao sistema político, isto porque enquanto alguns problemas são transformados em problemas públicos, outros são mantidos fora do debate político (Capella, 2018, p. 17). Para os autores, seria preciso compreender como um problema se torna ou não foco da preocupação e interesse dentro de uma política.

Tanto Capella (2018) quanto Marques (2013) discorrem sobre as contribuições posteriores realizadas por John Kingdon para a construção do campo de estudos e análise de Políticas Públicas. John Kingdon desenvolveu, a partir dos anos de 1980, um modelo de análise que pretende explicar “ao mesmo tempo a manutenção e os momentos de mudança em políticas, com a entrada de novas temáticas na agenda” (Marques, 2013, p. 40). Conforme explica Marques (2013), para Kingdon as políticas deveriam ser analisadas a partir da visualização das trajetórias de médio prazo de três dinâmicas independentes, mas que se inter-relacionam. A este processo, Kingdon chamou de “*policy streams*”, que seriam os fluxos dos problemas a serem objeto de políticas públicas, as soluções de política que podem tratar de tais problemas e da própria dinâmica política (*politics*). Como pontua Marques (2013), “a dinâmica da política envolveria a ação dos atores, os conflitos, alianças e negociações típicas da “*politics*” (p. 40).

O modelo de múltiplos fluxos (*multiple streams model*) das políticas públicas que Kingdon defendeu era composto pelo que o autor chamou de “janela de oportunidades” (*windows*), como é explicado por Capella (2007)⁹. Ana Cláudia Capella (2007) disserta sobre como o modelo de Kingdon pode auxiliar na análise de como ocorre o processo de formação da agenda de políticas governamentais (a *agenda-setting*), visando a investigação de como uma questão específica se torna importante em determinado momento, chamando para si a atenção do governo e passando a integrar sua agenda de políticas.

A concepção trabalhada por Kingdon e discutida por Capella (2007) nos ajuda a compreender e buscar responder porque alguns problemas públicos se tornam importantes dentro da pauta de um governo. Isto é, como ocorre a entrada de um problema público na agenda governamental a fim de que sejam formuladas

⁹Para maior compreensão e aprofundamento a respeito da teoria de Kingdon, visitar a bibliografia de: Capella, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: Hochman, G. et al. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-121.

respostas (políticas) para solucioná-lo, ou, ainda, responder tais problemas a partir dos formuladores de políticas, transformando-os, enfim, em política pública.

Conforme Capella, o modelo de Kingdon concebe as políticas públicas enquanto um conjunto formado por quatro processos como o "estabelecimento de uma agenda de políticas públicas", a "consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas", por meio no qual as escolhas serão realizadas, a "escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis" e, por fim, a "implementação da decisão" (Capella, 2007, p. 25).

Dessa forma, no modelo de *multiple streams* de Kingdon há uma preocupação especial em relação aos dois primeiros processos, considerados estágios "pré-decisório", nos quais são a formação da agenda, a *agenda-setting*, e as alternativas para a formulação das políticas, ou seja, a *policy formulation* (Capella, 2007, p. 25).

O modelo de John Kingdon nos remete ao debate sobre a definição de problemas, voltando a atenção para a diferença entre as condições e problemas (Capella, 2018). Importa dizer que, na bibliografia atual sobre formulação de políticas públicas, "os problemas não correspondem simplesmente a fatos ou disfunções (como na perspectiva positivista-funcionalista) e não se resumem a um exercício técnico de diagnóstico e análise formal" (Capella, 2018, p. 18).

Como atesta Capella (2018), a literatura mais recente tem mostrado que a definição dos problemas constitui elemento central do conflito político (p. 18), elucidando sua colocação a partir de Deborah Stone (2002 apud Capella, 2018). Para Stone, a definição de problemas equivale a uma "representação estratégica de situações". Fala-se em "representação", pois todo retrato de uma situação prioriza um ponto de vista específico, entre os outros tantos possíveis e tal representação é "estratégica", visto que tal descrição é escolhida para propiciar um determinado curso de ação. Dessa forma, a escolha dos problemas seria, portanto, essencialmente política (Capella, 2018, p. 18).

A definição de problemas estaria, portanto, no centro do conflito da atividade política e, dependendo da forma como os problemas são definidos, a disputa que os envolve pode criar grupos tidos como vitoriosos ou perdedores (Stone, 2002 apud Capella, 2018, p. 19). Vale ressaltar o uso da linguagem e a construção de narrativas que marcam o processo deliberativo de legitimar ou reafirmar a definição de um problema público:

Para a autora [Stone], as linguagens mais elementares para definir um problema são as linguagens simbólicas, que podem assumir a forma de narrativas simbólicas (narrativas de declínio, de progresso, de controle, ou seja, histórias com começo, meio e fim; vilões e heróis; envolvendo mudanças ou transformações, que representam o problema de acordo com os objetivos dos atores que buscam influenciar a definição de problema) e narrativas numéricas (que se utilizam fundamentalmente de medidas baseadas em categorias empregadas deliberadamente para legitimar e reafirmar a definição de um problema). (Capella, 2018, p. 19).

Ainda sobre os problemas públicos, Ana Cláudia Capella traz as contribuições de Rochefort e Cobb (1984), no qual os autores compreendem que a atividade governamental - ou seja, a produção de políticas públicas - relaciona-se com a definição de problemas. Esta definição, portanto, surge a partir da percepção dos atores políticos sobre problemas públicos e pelos interesses que estão em jogo. Para Rochefort e Cobb, a definição de problema também acaba por se manifestar no discurso político, sendo utilizada para recomendar, explicar e persuadir (Rochefort; Cobb, 1984, p. 15 apud Capella, 2018, p. 20). Capella destaca que, conforme os autores, podemos inferir alguns elementos que são frequentemente empregados quando há a definição de um problema público: causalidade, gravidade, incidência, novidade, proximidade, crise, público-alvo, meio *versus* fins e soluções.

A causalidade diz respeito às causas que são apresentadas, geralmente de forma objetiva. Identificar as causas de um problema corresponde ao recurso possível para o desenvolvimento de alternativas de ação governamental a fim de atingirem o problema, neutralizá-lo ou até mesmo extingui-lo (Capella, 2018, p. 20).

A percepção da gravidade, por sua vez, corresponde a um elemento de suma relevância no jogo das políticas públicas, visto que, por meio de sua percepção, é possível capturar a atenção dos atores dentro do processo de formulação de políticas. Entretanto, é possível dizer que a intensidade da gravidade de um problema pode ser percebida de formas distintas por grupos de interesses diversos, envolvidos direta ou indiretamente ao assunto (Capella, 2018, p. 20).

Quando ocorre a identificação de um problema, este processo envolve a sua descrição: quem ou quais grupos é afetado, em que extensão e com qual gravidade (Capella, 2018, p. 21). Dentre as ferramentas utilizadas para evidenciar a incidência de um problema estão as estatísticas, selecionadas com o fim de representar o problema e delimitando, com melhor precisão, os seus efeitos. Capella também aponta que, em “situações que ocorrem com frequência ou que são percebidas como eventos que se intensificam ao longo do tempo tendem a ser rapidamente

identificadas como problemas públicos, gerando pressão por intervenção rápida” (Capella, 2018, p. 21).

A novidade pode ser entendida a partir da constatação de Anthony Downs (em Capella, 2018, p. 22), em que o autor mostra que os problemas que envolvem a sociedade e conseguem mobilizar a opinião pública tendem a alcançar a atenção do público, levando a demandas por ações governamentais. Entretanto, essa atenção não permaneceria por muito tempo, sendo deslocada para novas questões que surgirem.

Já a proximidade tende a explicar que, nos estudos acerca das políticas, as situações que afetam diretamente a realidade das pessoas - ou que afetam seus interesses - tendem a serem percebidos com maior frequência como problema público, isto porque “problemas em políticas públicas podem ser entendidos como mais importantes quando entendidos dentro dessa relação de proximidade, especialmente se as pessoas envolvidas têm a habilidade de expressar suas preocupações politicamente” (Capella, 2018, p. 22).

Como já mencionado anteriormente, a ideia de crise é muito utilizada na linguagem política, sobretudo a fim de narrar uma situação como grave e conseguir a atenção e a ação para corrigi-la. Como ressaltaram Rochefort e Cobb (1984), a noção de crise é um elemento central na “retórica da calamidade” (apud Capella, 2018, p. 23). A utilização da retórica da crise visa, portanto, alcançar uma ação urgente, reafirmando a existência de um problema público que necessita de políticas para alcançá-lo.

A percepção do público-alvo diz respeito aos sujeitos que são diretamente ou indiretamente afetados por problemas, e tal indicativo constitui elemento importante na definição dos problemas públicos, principalmente quando está relacionado à esfera das políticas sociais. Bem como aponta Capella “a percepção social sobre esses grupos, presente no discurso e baseada em valores culturais, históricos, sociais e econômicos, pode fazer com que situações a eles relacionadas sejam entendidas como mais (ou menos) legítimos de atenção” (2018, p. 23). O reconhecimento do público-alvo usualmente inclui a construção de narrativas acerca das características que lhes são atribuídas, podendo, tais construções, serem positivas (grupos vistos como merecedores e honestos) ou negativas (vistos como desonestos, não dignos, etc.), que irão interferir na definição do problema (Capella, 2018, p. 23).

Ainda, Capella destaca que os grupos sociais ainda possuem acesso a um grau maior ou menor de recursos de poder (que podem ser entendidos como a riqueza, a capacidade de mobilização, o entendimento político e a possibilidade de eleger políticos que os representem, etc.). Retomando Schneider e Ingram (1993; 1997), Ana Cláudia Capella aponta que esses fatores relacionados - a construção social e o poder - são características básicas para que possamos identificar quatro tipos de “públicos-alvo” na literatura das políticas públicas, sendo eles:

a) grupos favorecidos (positivamente representados e detentores de recursos de poder, como idosos e empresários); grupos competidores (negativamente construídos e detentores de recursos de poder, como sindicatos); grupos dependentes (construídos positivamente e politicamente fracos, como crianças e mães); e grupos desviantes (negativamente representados e sem acesso a recursos de poder, como criminosos). (Capella, 2018, p. 24).

Assim, conforme atestam Schneider e Ingram (apud Capella, 2018, p. 24), na definição de políticas, os diferentes grupos de público-alvo são também tratados de formas distintas, divididos entre os grupos que recebem tratamentos positivos, tidos como merecedores, e grupos que possuem tratamentos negativos, tidos como indignos. Dessa forma, os problemas que envolvem determinados grupos possuem maiores chances de concentrar em suas questões a atenção pública, ao passo que outros problemas tendem a ser sistematicamente ignorados.

Quando nos referimos ao “meio-versus fins”, é possível dizer que, conforme Capella (2018), problemas sejam definidos privilegiando ambas as perspectivas. Assim, pode haver premissas para a definição de um problema levando em consideração os seus fins, tendo bases instrumentais, com foco em um objetivo específico e definido de alcançar. Ainda, porém, há a definição de problemas com base nos meios, como se o seu processo de implementação “balizasse a percepção sobre a questão” (Capella, 2018, p. 24). Neste último caso, podemos pensar quando ocorrem políticas que pretendem pensar “soluções que surgem antes de problemas” (idem).

Outro componente relevante no que diz respeito à definição de problemas é o das soluções, já que a ação dos governos envolve o entendimento político a respeito das soluções possíveis que permeiam determinada questão. Dessa forma, destaca-se três aspectos fundamentais: a disponibilidade de recursos, a aceitabilidade (que se relaciona aos valores éticos), e a capacidade, sobretudo

ligada à questão do orçamento público e planejamento financeiro relacionado aos custos envolvidos na solução (Capella, 2018, p. 25).

Como dissertado por Guy Peters (apud Capella, 2018), são diversos os tipos de problemas que chegam aos formuladores de políticas. Dentre algumas características que o autor identificou, estão os problemas sem clara delimitação, os problemas relacionados aos bens públicos, problemas que envolvem escalas diferenciadas (inclusive de execução), problemas complexos do ponto de vista técnico, problemas que envolvem redistribuição de renda, etc. Essas diversas características apontam os desafios que são enfrentados pelos formuladores de políticas públicas, tais quais os chamados *wicked problems*¹⁰, que desafiam usualmente os analistas de políticas públicas.

Por fim, outro aspecto importante a ser mencionado a respeito do desenvolvimento do campo de estudos das políticas públicas é a ideia de agenda. O intuito não é o de esboçar, de forma minuciosa, o tema da agenda, visto que se trata de um assunto complexo no campo das políticas públicas. Porém, podemos apresentar, brevemente, três definições desenvolvidas acerca do tema: a de agenda sistêmica, agenda governamental e agenda decisória.

Para Cobb e Elder (1971, p. 905 apud Capella, 2018, p. 28), a agenda pode ser pensada como um conjunto de discussões políticas, tidas como legítimas, e que captaram a atenção do sistema político. Para os autores, é possível distinguir a agenda sistêmica e a governamental. Por “agenda sistêmica”, podemos entendê-la como o conjunto de questões que conseguem chamar a atenção da sociedade e, por isso, passam a ser compreendidas como assuntos que competem às autoridades governamentais.

Dessa forma, é possível dizer que as questões da agenda sistêmica despertaram, portanto, a atenção da opinião pública, ou, ao menos, parcela considerável tenha demandado ações concretas por parte do Estado em relação à questão identificada. Entretanto, é preciso destacar que não são todas as questões que conseguem a atenção da opinião pública que irão, também, atrair a atenção das autoridades governamentais. Assim, “nem todas as questões presentes na agenda

¹⁰Termo utilizado pela primeira vez por Rittel e Webber (1973) no contexto dos estudos sobre planejamento público. As autoras buscaram mostrar que os problemas encontrados por, por exemplo, engenheiros e cientistas são “domesticáveis”, mais exatos e racionais, enquanto os problemas de planejamento público seriam *wicked problems*, ou seja, mal definidos, difíceis de possíveis descrições e longes de soluções objetivas e completas (Capella, 2018, p. 27).

sistêmica concentrarão a atenção governamental e terão espaço no segundo tipo de agenda identificado pelos autores: a agenda governamental” (Capella, 2018, p. 27).

A “agenda governamental”, também chamada de agenda institucional ou formal, corresponde às questões que passam a serem consideradas de relevância pelos atores, ou seja, os tomadores de decisão, nas diferentes esferas (local, estadual ou federal).

Outra contribuição ao campo das políticas públicas foi trazida por John Kingdon (2003) ao realizar a diferenciação entre o que seria a “agenda governamental” e a “agenda decisória” (Capella, 2018). Para Kingdon, a agenda decisória seria um subconjunto da agenda governamental, isto porque, para o autor, mesmo embora diversos assuntos possam despertar a atenção dos formuladores de políticas (entrando para a agenda governamental), apenas alguns poucos temas, em determinados momentos, serão de fato contemplados pelo Estado. Dessa forma, essas poucas questões que serão seriamente consideradas passam a compor o que Kingdon chamou de agenda decisória, que contempla “questões que estão prontas para a tomada de decisão pelos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornarem políticas públicas” (Capella, 2018, p. 29).

Birkland (2005, p. 111 apud Capella, 2018, p. 29), por sua vez, organizou esses conceitos em termos diferentes e em níveis de agenda. Para Birkland podemos pensar em “universo de agenda”, que corresponde às questões possíveis de serem contempladas ou debatidas em um sistema democrático. Um subconjunto do universo seria a “agenda sistêmica”, em que estão as questões mais pleiteadas, do ponto de vista da opinião pública. Em nível mais reduzido, está a “agenda governamental”, em que algumas questões serão selecionadas pelos tomadores de decisão. Porém, poucas questões passariam para a “agenda decisória”, momento em que estariam prontas para a tomada de uma decisão ativa a respeito do tema.

Dessa forma, é possível afirmar que, a partir da construção do campo de estudo das políticas públicas e das contribuições produzidas pelos diversos autores apresentados, podemos perceber que a formação da agenda não ocorre sem sofrer interferências de diversos setores da sociedade civil. Refletir sobre quais problemas chegam aos formuladores de políticas, e como estes chamam atenção e motivam a formulação de propostas políticas destinadas a sua resolução, constituem temas do trabalho do analista de políticas públicas.

Ao olhar para a agenda, podemos perceber como determinados temas são contemplados ao mesmo tempo em que outros não, a depender do momento da história e do clima político. Conforme a definição de Carlos Matus (1991), podemos pensar que o Planejamento enquanto o cálculo que precede e preside a ação. O planejamento é um cálculo, que não necessariamente se resume às contas propriamente ditas. O planejamento envolve o cálculo, a ponderação e a observação de diferentes alternativas e a busca por verificar quais são as melhores possibilidades e caminhos que reduzem os riscos, em que o objetivo seja alcançado da melhor forma ou com o menor esforço. Esse cálculo não ocorre aleatoriamente, este cálculo precede a ação da Política Pública. Dessa forma, o que define uma política como pública é a sua questão de fundo. Isto porque as políticas públicas são todas aquelas que buscam dar resposta aos problemas públicos. Essa abordagem amplia significativamente o campo de estudo da política pública, a tornando muito mais diversa. De modo geral, decisões e análises sobre políticas públicas devem responder às seguintes perguntas: quem ganha? O que ganha? Como ganhar? Que diferença faz? Para todas as questões, é possível dizer que o planejamento se torna fundamental para colocar em prática as ações dos governantes.

Para dar um contorno a essa, cabe uma definição do ciclo de Políticas Públicas em uso nesta pesquisa, que corresponde aos esquemas de visualização e interpretação. Para Celina Souza (2006), “esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado” (p. 29). Os esquemas são organizados em fases sequenciais: a) identificação do problema; b) formulação de uma agenda; c) formulação de alternativas; d) tomada de decisão; e) implementação; f) avaliação; g) extinção (Secchi, 2018, p. 46). Entretanto, os momentos de uma política não obedecem, necessariamente, a uma ordem cronológica e sequencial.

A primeira etapa corresponde à identificação do problema, ou seja, qual problema as ações dos governos visam atingir e modificar. Conforme Secchi, essa identificação é “geralmente feita pelos próprios grupos afetados, ou pelos meios de comunicação quando fazem denúncias de situações alarmantes ou de oportunidades de melhora, ou por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade pela causa” (2018, p. 45).

Após a etapa de identificação, há a formulação de uma agenda correspondente ao programa do governo, à agenda política e ao planejamento

orçamentário. A formação da agenda corresponde à “propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores de opinião, meios de comunicação, políticos, governantes), eleva o problema público à condição de merecedor de intervenção pública” (Secchi, 2018, p. 45).

Enquanto terceira etapa, destaca-se a formulação de alternativas: constitui a fase do planejamento das ações previstas na agenda, onde deve ser definidos os objetivos, os marcos jurídico, administrativo e financeiro. O estabelecimento de objetivos torna-se essencial para nortear a construção de alternativas e posteriores fases de tomada de decisão, implementação e avaliação da eficácia da Política Pública.

O momento posterior corresponde à tomada de decisão, sendo que o estudo do problema e das alternativas devem conduzir a tomada de decisão, correspondendo ao momento de enfrentamento do problema.

A etapa da implementação constitui a aplicação da política pela máquina burocrática dos governos, transformando intenções políticas em ações concretas. Já a avaliação ocorre após as etapas anteriores. Colocada em prática determinada política, torna-se necessário fazer a avaliação dos seus resultados e em que medida as metas foram atingidas ou não. A avaliação pode ser feita a posteriori ou até mesmo antes da sua implementação a fim de avaliar a efetividade de determinada ação. A partir de uma avaliação, obtém-se informações se a Política Pública pode ser extinta ou não, o que corresponde à etapa final do ciclo das políticas públicas.

A extinção de determinada política pública pode ocorrer por motivos diversos. Conforme Leonardo Secchi (2018), a Política Pública também tem um fim e o que pode determinar sua extinção são: a) quando o problema que a gerou foi percebido como resolvido; b) a partir de uma avaliação uma determinada política é percebida como ineficaz para solucionar o problema; c) mesmo o problema não tendo sido resolvido, a política perde importância para a agenda governamental do programa do governo e é extinta.

Esse ciclo pode não ser exato em relação à ordem das etapas. Isto porque, dependendo do contexto de uma ação determinada, pode ser necessário voltar para a etapa anterior. Por este motivo, o desenvolvimento de uma Política Pública é um processo iterativo, movido pela dinâmica das relações entre Estado, sociedade e

mercado. Portanto, a visão clássica funciona como um “tipo puro” e idealizador de guia para definir ações e estratégias no campo das Políticas Públicas.

Essas ponderações iniciais evidenciam que processo decisório de formulação de políticas envolve diversos fatores internos ou externos ao próprio governo, questões como prioridade, agenda política, clima político e clima público, atores envolvidos, coalizões e ciclo de políticas públicas. É possível afirmar que o tema deve ser pensado além da macropolítica nos níveis da governança (governo federal, estadual e municipal), uma vez que as ramificações (programas, parcerias e projetos) que envolvem a resolução dos problemas identificados também correspondem às políticas públicas. Sendo assim, é possível considerar o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim uma política pública.

1.3 Políticas Pública: um campo de estudo multidisciplinar

Conforme Celina Souza (2007), o campo das políticas públicas é um campo multidisciplinar ao passo que seus impactos “repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política e sociedade” (p. 69).

Carlos Aurélio Pimenta Faria (2018, p. 16) disserta que a abordagem realizada pela *Policy Sciences* se sustenta a partir de três bases. A primeira trata-se da perspectiva analítica (e intervenção), voltada para os problemas - sejam eles sociais e políticos - que devem ser contextualizados. Da contextualização, a necessidade de que a abordagem seja multidisciplinar nas articulações práticas e intelectuais. Por fim, Faria disserta que as *Policy Sciences* são “orientadas por valores”, em particular o ethos democrático e a busca por dignidade humana.

O crescente interesse no Brasil por estudos no campo das Políticas Públicas é defendido por Marta Arretche (2003, p. 07-08) como efeito das mudanças da sociedade brasileira. Conforme a autora, as mudanças ocorridas nas últimas décadas levaram ao “intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais”, despertando “uma enorme curiosidade sobre os micromecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo”.

Assim como em outras áreas de pesquisas em políticas públicas, os projetos que se relacionam às políticas culturais perpassam a multidisciplinaridade intrínseca ao campo, visto que seus impactos envolvem as interrelações entre Estado, política,

cultura e sociedade. Analisar, estudar e escrever sobre Políticas Públicas pelo viés da Cultura no cenário brasileiro nos remete a uma longa trajetória¹¹ no que diz respeito à relação entre política e cultura, Estado, sociedade civil, e cidadania.

Como será mencionado ao longo desta dissertação, a institucionalização da cultura (enquanto política pública) é algo recente na história do Brasil. Conforme Lia Calabre (2007), “o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais” (2007, p. 88). Tempos atuais estes, frutos sobretudo dos desdobramentos políticos possibilitados pela Constituição Cidadã de 1988, na qual abriu possibilidades para a institucionalização de políticas e programas voltados à política pública no Brasil nos anos subsequentes.

As políticas públicas de Cultura, nas quais se inserem os programas e projetos de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, carregam em si noções de cultura (e conseqüentemente, de política), que norteiam as ações da cultura no âmbito organizado, bem como a prioridade, o investimento e os recursos pretendidos. Essa noção pode partir de uma noção mais restrita à uma noção antropológica de cultura¹² (Rubim, 2006).

Portanto, é possível afirmar que a amplitude do debate acerca das Políticas Públicas de Cultura é capaz de englobar diversos conceitos, paradigmas e tipologias, relacionando-se, dentre outros aspectos, à garantia dos direitos culturais, aos direitos difusos, às questões do urbanismo e os limites que o Tombamento e o Registro podem impor à propriedade privada (Chuva, 2012).

¹¹A relação entre a Política e Cultura, no âmbito dos estudos das Ciências Humanas e Sociais, pode ser pensada a partir dos esforços realizados, ao longo da trajetória política brasileira, em buscar explicações acerca da formação da sociedade brasileira e de seu povo, sobretudo a partir dos chamados “intérpretes” do Brasil, presentes na literatura da Sociologia brasileira, como Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, dentre outros.

¹²A concepção antropológica de cultura como fator orientador das políticas culturais pode ser concebida a partir da percepção de cultura para além das belas-artes, dos museus, ou da cultura erudita. Essa noção antropológica de cultura foi propagada pela UNESCO no cenário mundial no final do século XX, abrangendo ao entendimento de cultura os mais diversos modos de produção da vida. Podemos dizer que a UNESCO foi o principal agente no direcionamento dos debates para o alargamento do conceito de cultura, propondo o seu direcionamento às políticas culturais. Nas mais diversas convenções, declarações e promoções de instrumentos jurídicos, a UNESCO conferiu à cultura maior densidade institucional, respaldada a partir de políticas públicas que deveriam promover maior diversidade cultural nos países do globo. Dentre as conferências que contribuíram para a ampliação da noção de cultura pela UNESCO, podemos citar a Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais (MUNDIACULT) ocorrida em 1982, em que há forte apelo para a ampliação do conceito de cultura atrelado a diversidade sociocultural (Alves, 2011).

Pesquisas e análises que têm como objeto de estudo universos simbólicos de representações - como é o caso das dinâmicas da Feira de São Joaquim, que são tema desta pesquisa - têm sido cada vez mais incorporadas às pesquisas de Políticas Públicas (Velho, 2011). A aproximação dos estudos de ambientes culturais e o valor de suas representações para as comunidades, juntamente ao campo do desenvolvimento, análise e planejamento de políticas públicas pode apresentar um dos caminhos possíveis para a promoção do desenvolvimento social e da garantia dos direitos constitucionais.

Ao escrever sobre sua área de atuação, a Antropologia Urbana, Gilberto Velho (2011) destaca como o encontro das pesquisas do universo simbólico, incorporada às pesquisas de Políticas Públicas, “trata-se de um dos caminhos mais importantes para o desenvolvimento e a maior relevância de nossa área de investigação, através da recuperação, da renovação e da aproximação das análises de significados e dos processos de ação e interação social” (Velho, 2011, p. 177).

Segundo o antropólogo, é “importante cruzar as fronteiras disciplinares e as tradições específicas, num esforço de aproximar diferentes contribuições que possam ampliar nossa concepção de trabalho intelectual” (idem).

Em consonância ao pensamento de Gilberto Velho (2011), podemos dizer que se torna papel das pesquisas e de programas em Análise e Planejamento de Políticas Públicas, adentrar o universo simbólico das representações sociais, das memórias, da cultura e das identidades sociais, visando atingir a interdisciplinaridade intrínseca ao campo das políticas públicas.

Ainda vislumbrando sobre o aspecto multidisciplinar do campo das políticas públicas, é possível afirmar que as políticas que visam salvaguardar espaços culturais no Brasil tornam-se instrumentos institucionais capazes de criar estratégias de identificação e valorização das identidades culturais. Conforme Botelho, a consolidação do campo das políticas culturais é a ferramenta “mais decisiva para a construção e o exercício da cidadania” (Botelho, 2007, p. 129). A multidisciplinaridade, neste caso, ocorre ao passo que as políticas públicas voltadas à esfera cultural dependem de estudos capazes de agregar às discussões os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais à esfera da coisa pública.

2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Neste capítulo pretende-se apresentar um breve panorama da construção das políticas culturais no Brasil. Como será mostrado, o entendimento por “cultura” embasou as diferentes discussões sobre as políticas culturais no Brasil. A ideia de cultura sempre esteve em disputa¹³. Dessa forma, muito mais interessa investigar as disputas dos conceitos de cultura do que buscar alcançar apenas uma única definição.

A cultura continua em disputa: “objeto de disputas discursivas, o conceito de cultura transita entre distintas visões e atua no reposicionamento do campo cultural ao longo do tempo”. (Brant, 2009) . Isto porque, independente do tempo histórico, “essa disputa semântica, inerentemente política e ideológica, foi e será definidora de um campo simbólico determinado para distinguir e identificar, para excluir e legitimar”. (Brant, 2009; Cuche, 1999). Portanto, torna-se mais vantajoso visualizar as disputas da cultura no campo das políticas públicas do que atingir uma definição.

2.1 Estruturação histórica das políticas de cultura no Brasil

Toda política cultural traz em si ao menos uma compreensão acerca do papel da política e da dimensão da cultura. Isso não é diferente das políticas patrimoniais: toda política de patrimônio cultural carrega, ao menos, um sentido de patrimônio - isto é, daquilo que deve ou não ser considerado patrimônio cultural - e um sentido de cultura e o que pode ser apreendido como cultura.

Conforme Botelho (2001), podemos distinguir a Cultura do seu significado sociológico - que corresponde às formas de organização no âmbito da sociedade - e antropológica, que compreende as expressões culturais. Já para Throsby (2001), a cultura pode ser vista a partir do seu aspecto antropológico ou sociológico, e seu aspecto funcional. O aspecto funcional, portanto, pode ser pensado como um elemento para a economia, com caráter de mercadoria ou caráter comercial. George Yúdice (2004), por sua vez, traz a definição de cultura como recurso, ou seja, um fim a ser atingido. A partir das breves definições, podemos pensar que o entendimento do que é cultura e o que pode ser considerado cultura sempre estiveram em disputa no cenário brasileiro. Assim:

¹³Conforme Terry Eagleton, “o choque entre a Cultura e a cultura, porém, já não é apenas uma simples batalha de definições, mas um conflito global. É uma questão de política real, não apenas de política acadêmica.” (Eagleton, Terry. **A ideia de cultura**. Unesp, 2006).

A noção de cultura é considerada, simultaneamente, o “argumento adequado para acabar com naturalizações” sobre como se organiza a sociedade (Cuche, 1999, p. 10) e o mais poderoso instrumento de dominação e manutenção da ordem social estabelecida. (Brant, 2009) Objeto de disputas discursivas, o conceito de cultura transita entre distintas visões e atua no reposicionamento do campo cultural ao longo do tempo. (Brant, 2009) Independentemente do contexto histórico, no entanto, essa disputa semântica, inerentemente política e ideológica, foi e será definidora de um campo simbólico determinado para distinguir e identificar, para excluir e legitimar. (Dellagnelo et al, 2019, p. 362).

Como mencionado na citação de Dellagnelo (2019) acima, a disputa em torno da noção de cultura foi e será definidora de um campo de disputas, ora a fim de distinguir e identificar, ora para excluir e legitimar. Portanto, muito mais interessa investigar as disputas dos conceitos de cultura - e como essa disputa embasou as Políticas Patrimoniais - do que definir uma noção precisa do que é a cultura. Isto porque a cultura continua em disputa, sendo “objeto de disputas discursivas, o conceito de cultura transita entre distintas visões e atua no reposicionamento do campo cultural ao longo do tempo”. (Xavier, p. 01, 2016).

Nesse sentido, torna-se vantajoso investigar as disputas no campo das Políticas Públicas - dentre, no caso, das Políticas Patrimoniais - do que buscar atingir uma definição universal de cultura. Conforme Dellagnelo, sobre a trajetória do campo político cultural brasileiro:

A cultura é parte fundamental de qualquer projeto político de sociedade, o qual expressa uma visão de mundo e se solidifica por meio da implementação de políticas públicas, dentre as quais as culturais. No decorrer do tempo, houve uma transitividade nesses conceitos, que se refletiram na construção e na implementação de políticas públicas que moldaram o campo cultural. Simões e Vieira (2010), ao analisarem historicamente o campo político cultural brasileiro, identificaram as transições da representação da cultura como projeto identitário (entre 1920-1945), como ideologia desenvolvimentista (entre 1945-1964), como estratégia ditatorial (entre 1964-1985) e como ativo mercadológico (entre 1985-2002). (Dellagnelo et al, 2019, p. 366).

O período referido “projeto identitário” na citação acima, que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1940, merece destaque, pois corresponde também ao momento em que é constituído, pela primeira vez no Brasil, um conjunto de ações de intervenção intencional do governo na dimensão social da cultura.

Segundo Rubim (2018), a “gestão inauguradora de Vargas cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas

culturais” (2007, p. 18). Entretanto, no contexto do período varguista houve a criação do Ince (Instituto Nacional de Cinema Educativo), do SNT (Serviço Nacional de Teatro) e do INL (Instituto Nacional do Livro) nos anos de 1937. Porém, “do outro lado da moeda”, Vargas também atuava no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), demonstrando a relação entre cultura e governos autoritários, constatada por Rubim.

Da “cultura como estratégia ditatorial” - em que projetos culturais foram criados, mas voltados para o objetivo do controle e repressão - à “cultura enquanto ativo mercadológico” - marcado pelo início da Lei Rouanet e outros investimentos do setor privado e leis de incentivos fiscais - podemos destacar um passo importante no que diz respeito aos avanços institucionais do campo cultural: a formação da Constituição Federal de 1988 em que uma visão mais ampla sobre cultura é trabalhada. Foi a partir da Constituição que ficou instituída a obrigatoriedade da criação do Plano Nacional de Cultura e abriu-se espaço para o novo caráter das Políticas Públicas brasileiras, incluindo as Políticas Públicas de Cultura.

A Constituição brasileira de 1988, em seu Artigo 215, declara que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” . Nos Artigos, institui:

- 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas, e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
- 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
- 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional. (Brasil, Constituição Federal de 1988).

Há, portanto, a partir da Constituição de 1988 uma ampliação do conceito de cultura e da responsabilidade do Estado brasileiro em zelar pela garantia dos direitos culturais dos seus cidadãos, o que marca uma ruptura com a ideia reproduzida nas décadas anteriores, de que a cultura é apenas aquela ligada à educação (das belas artes, monumental, musical, branca, católica, etc.), rompendo com o limite

discriminatório. Nesse sentido, as diretrizes propostas a partir da Constituição Federal - e consolidadas nas próximas décadas de sua promulgação - irão nortear a construção da ideia antropológica de cultura no Brasil, em que todos os sujeitos são fazedores de cultura.

Em seu discurso de posse enquanto Ministro da Cultura no ano de 2003, no primeiro mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Gil declarou que não cabe ao Estado - em questão, o Estado brasileiro - fazer cultura, mas criar condições de acesso universal à cultura, aos bens simbólicos e à garantia da cidadania cultural.

Nas palavras de Gilberto Gil “não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos e mentefatos” (Gil, 2003), ainda, Gilberto Gil declara que é dever do Estado promover o desenvolvimento cultural da sociedade, visto que a cultura é um direito básico dentro da cidadania, tão necessário quanto o direito à educação, à saúde e à vida.

Gilberto Gil é apontado pela literatura acerca das Políticas Culturais enquanto o gestor que buscou ampliar a noção de cultura no Brasil, trabalhando a partir da concepção antropológica de cultura em sua gestão. Conforme Botelho (2007, p. 128) a dimensão antropológica diz respeito à “dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico”.

A utilização da noção antropológica de cultura para orientar as políticas culturais compreende, como complementa Botelho, um espaço de realização da cidadania e estiveram refletidas, conforme o autor, nas ações e programas criados pelo Ministério da Cultura ao longo da gestão de Gilberto Gil.

Ao longo de sua gestão à frente do extinto MinC¹⁴, Gilberto Gil defendeu que a cultura deveria estar na cesta básica dos brasileiros. É justamente ao encontro do que propôs Gilberto Gil - da necessidade de pensar e afirmar as Políticas Culturais no país - que esta dissertação busca elucidar as discussões acerca da relação entre Estado, Políticas Públicas e Cultura no cenário brasileiro, trazendo o caso do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim para demonstrar como Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano relacionam-se no campo das públicas.

Gilberto Gil, em seu discurso de posse no Ministério da Cultura, também afirma que toda política cultural faz parte de uma cultura política e de seu tempo. Em suas palavras:

No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (Gil, 2003).

De uma maneira geral, vivemos desde 2016 uma crise nas políticas culturais que precede a pandemia da COVID-19. Desde então, estamos vivenciando o desmonte de políticas públicas, campanhas de difamação e tentativas de

¹⁴Vale ressaltar que ao longo do período de desenvolvimento desta dissertação, o Ministério da Cultura esteve majoritariamente do tempo extinto. Desde 2016 entre ameaças de extinção do Ministério, redução de pastas, orçamentos e funcionários, o fechamento oficial do MinC ocorreu no início da gestão do presidente da República, Jair Bolsonaro (2018-2022). O Ministério da Cultura é capaz de aglutinar as lutas culturais e as pautas dos direitos culturais, assim como os recursos pretendidos. Ao longo do período de desenvolvimento dessa dissertação, o MinC manteve-se extinto até janeiro de 2023, quando foi novamente reaberto o Ministério. O MinC foi fundado em 1985, fruto da redemocratização e é considerado por analistas um importante pilar das políticas públicas de cultura no Brasil. Em 2019, o status do MinC havia sido rebaixado à Secretaria Especial da Cultura e suas atribuições foram transferidas para o Ministério da Cidadania. Posteriormente, no mesmo ano, foram transferidas novamente as atribuições, passando a integrar o Ministério do Turismo, permanecendo assim até a retomada do Ministério com a posse do governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2023. Dentre os anos em que o Ministério foi extinto, havia se tornado responsável também do Ministério do Turismo a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pelas políticas de salvaguarda dos patrimônios culturais.

criminalização de artistas, somado a isso sucessivos cortes orçamentários, contingenciamentos de fundos e reformas administrativas, culminando na transformação no campo. A emergência cultural decorrente da pandemia é vivenciada globalmente, tanto pelos setores mais dependentes das políticas públicas quanto por aqueles voltados para o mercado (Semensato; Barbalho, 2021). O caso brasileiro, é ainda mais crítico devido a desresponsabilização do Estado em âmbito federal no que diz respeito à política cultural e pela fragilidade de diversos ramos e setores da economia.

No entanto, o desmonte institucional da cultura no qual vivenciamos seus efeitos atualmente, parece sustentar a narrativa de um “Estado anticultural” que tem como uma das suas marcas a “derrocada institucional da cultura [...] e o estrangulamento econômico do setor”. (Brant; Varella, 2020, p. 524). A agenda político-institucional que se configura tenta construir a narrativa da cultura como inimiga pública do Estado, perpassando as diferentes instâncias políticas, esferas e gestões do poder público.

O desmonte, como colocado por Brant e Varella (2020), perpassa alguns marcos institucionais, a mencionar o Decreto 8.837 de 17/08/2016, que extinguiu 117 cargos em Comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores-DAS, o que equivalia aos cargos comissionados de direção e assessoramento (Brant; Varella, p. 532). Nessa reestruturação, ficaram extintas a Secretaria de Políticas Culturais, a Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais e a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura. Também podemos fazer menção aos cortes orçamentários e a redução crescente dos recursos desde 2015. A aprovação em dezembro de 2016 da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 - estabelecia o teto dos gastos públicos, com amplos impactos na cultura, principalmente para realização de ações finalísticas, como editais, programas e políticas. Em 2017, o contingenciamento de 43% dos recursos ao MinC que, dois anos depois, foi extinto

Ainda sobre o caso brasileiro, vale ressaltar que após a Cultura passar quatro anos com o status de Secretaria Especial subordinada a outros órgãos, em janeiro de 2023 ocorreu a retomada do Ministério da Cultura (MinC).

Entre tensões e trocas de ministros foi-se desenhando a centralização na dimensão econômica da cultural, alinhado ao projeto neoliberal. A extinção de programas, o apagamento dos dados de acesso público ao site do MinC (impactando sobre as pesquisas), e o desmonte das instâncias de participação nos

leva a questionar: qual a importância da institucionalização da cultura no âmbito do Estado? A relação entre Estado, Cultura e Poder, como aponta Alexandre Barbalho (2018), é permeada por uma relação entre grupos de poder e o Estado, em que as disputas pelo controle do Estado como meta-capital “permite conservar e reproduzir diferentes tipos de capital” (p. 243). O desmonte do Ministério da Cultura se relaciona diretamente com o “desmonte/enfraquecimento da garantia” de instrumentos de promoção dos direitos culturais e a democratização da cultura.” (Barbalho, 2018).

Em 2019 foi extinto o MinC, deixando de existir um ministério que canalizasse as responsabilidades de formular políticas culturais amplas e voltadas para as demandas da população. O Ministério da Cultura, para além de ter cumprido o papel de repasse institucional de verbas e manutenção de programas, também constituía o canal possível de expressar, refletir e espelhar a sociedade brasileira, reconhecendo suas multi e plurais formas. A cultura, enquanto direito básico, deve ser pensada também a partir da ótica de emancipação do país e das possibilidades de prover desenvolvimento econômico local e regional, para além de também possibilitar meios de construir projetos que reforcem os valores democráticos e de tolerância.

Diante do exposto, é possível afirmar que, como as demais áreas que pensam, formulam, avaliam e discutem Políticas Públicas, as Políticas Culturais são marcadas pela multidisciplinaridade do campo capaz de gerar dualidades: de um lado, a contribuição de diversos campos de atuação; do outro, evidencia um campo de disputas.

Podemos ainda mencionar Rubim (2021) e sua proposição de que no Brasil há o “pandemônio” como estratégia política, em que a produção do caos não pelo puro caos, mas uma produção do caos enquanto estratégia política.

Reconhecer a Feira de São Joaquim enquanto patrimônio cultural nacional pode potencializar a atividade com foco no desenvolvimento econômico e na sustentabilidade da Feira, preservando suas características simbólicas para as futuras gerações. Isto porque o registro da FSJ como patrimônio cultural brasileiro “ênfatiza a necessidade de valorização da diversidade cultural do nosso país, cujas diferentes matrizes culturais constituintes a consagram como uma das mais sofisticadas culturas mundiais” (Brasil, 2010, p. 24). Entretanto, o processo de registro, iniciado em 2005, há dezessete anos, estagnou as chances da criação de instrumentos mais específicos para a esfera cultural.

Para compreender a importância da salvaguarda cultural, deve-se recorrer à compreensão do instrumento de salvaguarda e sua importância histórica, social e cultural na trajetória das políticas culturais brasileiras.

2.2 A trajetória das políticas patrimoniais no Brasil

Pensar como historicamente se constituiu a separação entre Patrimônio Cultural Material e Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil é pensar sua trilha retrospectiva a fim de compreender os motivos que levaram a esta distinção e a possibilidade de pensar, hoje, uma noção integradora para preservar o patrimônio cultural brasileiro. A noção de patrimônio cultural - noção esta essencial para pensar as ações que têm orientado as políticas públicas de preservação cultural - é historicamente construída.

Muitas vezes pensados como algo distante da realidade social, ou como fragmentos 'intocáveis' que pouco dialogam com o cotidiano, contrariamente, podemos pensar o Patrimônio Cultural enquanto referências culturais de uma dada sociedade. Por referências culturais, ainda, podemos pensar:

[...] são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (Corsino et al, 2000, p. 08).

A trilha retrospectiva da noção de Patrimônio Cultural no Brasil pode ser iniciada a partir de passos fundamentais que foram dados pelos artistas do Modernismo, fruto da Semana de Arte Moderna de 1922. Dentre as motivações que instigaram as inquietações dos Modernistas estava a busca por uma identidade nacional capaz de explicar os aspectos étnicos, raciais e culturais do sentido de brasilidade. Ainda nesta fase, os modernistas também se preocuparam em pensar meios de preservar as cidades históricas, sobretudo as cidades de Minas Gerais, como Ouro Preto e Diamantina, realizando visitas ao "Brasil de dentro". As arquiteturas dos casarões e Igrejas refletiam uma certa ideia de identidade e relacionava-se com as pautas levantadas pelos artistas modernistas. Dentre os pensadores, destaca-se a figura central de Mário de Andrade, que acabou por

personificar a ideia do surgimento da preocupação institucional com o trato do patrimônio cultural, atuando para criar mecanismos capazes de salvaguardar os bens culturais brasileiros, sobretudo aqueles de natureza imaterial, que configuraram o “folclore” e a “cultura popular”.

Mário de Andrade acreditava na possibilidade de fundar uma concepção integral de cultura no âmbito do Estado, em que o Patrimônio fosse concebido em todas as vertentes e naturezas a partir de uma óptica integradora de cultura. Essa visão integradora deve-se ao fato do interesse etnológico de Mário de Andrade pelo estudo do folclore brasileiro, no qual o concebia como ‘cultura popular’, que deveria ir ao encontro do patrimônio edificado-monumental no que diz respeito ao seu reconhecimento e registro. O patrimônio e o folclore (cultura popular) tiveram seus caminhos separados na origem dos instrumentos de proteção, voltando somente a se encontrarem no Brasil recente a partir das ações já no âmbito do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As pesquisas de Mário de Andrade em torno da busca da identidade nacional relacionam-se também às visitas de Mário e demais modernistas às cidades do interior do Brasil. Foi, no entanto, no âmbito do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, que inaugurou a sua missão de pesquisa folclórica, a fim de estruturar um inventário da cultura brasileira. Em São Paulo, Mário de Andrade pensou seu projeto ambicioso de construção de catalogação das expressões culturais brasileiras, com intuito de traçar “[...] um tratamento integral da cultura cuja trilha seria traçada na experiência, na metodologia de inventário, nas técnicas de registro, na noção de arte com que trabalhava” (Chuva, 2012, p. 153). Nota-se que Mário de Andrade possuía preocupação em relação à proteção das expressões culturais populares.

Na conjuntura política do Estado Novo varguista, dentre os marcos legais, destaca-se a criação da legislação de proteção ao patrimônio cultural, o Decreto-Lei Nº 25 de 30 de Novembro de 1937. No Artigo 1º, fica declarado que o patrimônio cultural brasileiro correspondia ao “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei nº25, 30 de novembro de 1937).

É fato que o início do século XX no Brasil é marcado por inúmeros debates acerca da identidade cultural e nacional do país. No campo da antropologia, da

medicina, da ciência e das artes em geral, a busca por um retrato de um país miscigenado havia se tornado principal preocupação para pensadores, afirmando, muitas vezes, estereótipos de um país mestiço e harmônico em suas diferenças (Schwarz, 1993). O que se traduzia, no âmbito das políticas governamentais, em ações que iam de encontro à ideia de valorização das composições étnico-raciais que permanecem marginalizadas e não contempladas na educação, na saúde, no acesso à serviços básicos etc. No campo da cultura este cenário não foi diferente.

A criação do Sistema do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) do Estado varguista não contemplou as percepções entre cultura popular e bens materiais - que estavam formuladas e unidas no pensamento de Mário de Andrade - deixando de contemplar a esfera da imaterialidade, do folclore, das expressões culturais populares, privilegiando uma noção restrita de cultura.

Nesse sentido, as intenções de proteger as edificações e monumentos dentro da política de preservação que se estenderam até a década de 1980 optaram por manter uma noção restrita de patrimônio e de cultura que privilegiava a reestruturação de monumentos da elite, tendo sido este período marcado por uma política limitada e muito pouco representativa. Visto que o SPHAN “opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial” (Rubim, 2007, p. 17).

Para além do âmbito institucional, vale ressaltar a existência de grupos organizados na sociedade civil que, nas décadas posteriores, reivindicaram o reconhecimento da cultura popular, seu estudo e preservação. O golpe militar, para além de suprimir a esfera cultural e silenciar artistas e censurar suas manifestações, acabou por impactar de forma negativa o cenário da trajetória da preservação do patrimônio brasileiro.

Seria, portanto, a partir da década de 1970 que novas ideias seriam germinadas, levando ao início - lento e gradativo - das mudanças na concepção de patrimônio cultural. Começaram a delimitar ao menos duas frentes de atuação: a frente executiva - a partir do surgimento da Fundação Nacional de Arte (Funarte), a incorporação do debate acerca do folclore com a criação do Instituto Nacional do Folclore (INF); e a frente patrimonial, que era monopolizada pelo Iphan e estava centrada na restauração de bens arquitetônicos, detendo a maior parte dos recursos institucionais (Chuva, 2012).

Destaca-se, neste cenário mudanças, a figura de Aloísio Magalhães que, no ano de 1975 fundou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que buscava compreender o Brasil 'de dentro' para criar modelos de desenvolvimento social e econômico que estivessem em consonância com a diversidade cultural existente. O designer brasileiro, nascido em Recife e formado posteriormente em direito, ganhou visibilidade com sua experiência de gestor cultural. Em 1979, quando finda a autonomia do CNRC, Aloísio Magalhães é nomeado diretor do Iphan e, no ano seguinte, também assume o cargo de presidente da Fundação Nacional Pós-Memória, conduzindo seus trabalhos até o ano de sua morte, em 1982.

Apesar de pouco tempo de atuação enquanto gestor cultural à frente do Iphan, as ações propiciadas por Aloísio Magalhães deixam mudanças e marcas nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Não à toa, sua gestão inaugurou o marco temporal na literatura acerca da história institucional do patrimônio cultural no Brasil, dando início à chamada “fase moderna” (Chuva, 2009), que sucedeu a fase anterior ligada sobretudo aos modernistas, denominada de “fase heroica”.

Com a precoce morte de Aloísio Magalhães, seu projeto político que visava uma noção integral de cultura, como havia preconizado Mário de Andrade, acabou por ficar inconclusa, mas despertaria novos olhares e abriria novos caminhos para as futuras mudanças que vieram a ocorrer, sobretudo no período de redemocratização. Podemos pensar que:

A nova política que foi se consolidando, com o ingresso de Aloísio de Magalhães no IPHAN, na década de 1970, e a ideia de se trabalhar com referências culturais, nasceu dos movimentos criados a partir de 1940, sobretudo em defesa do folclore e da cultura popular. Todas essas reflexões contribuíram para que o Estado se voltasse mais atentamente para a cultura de povos e comunidades de matriz indígena e africana, [...] os questionamentos surgidos no perpassar dos fatos históricos giravam em torno da necessidade e possibilidade de formulação de uma política de preservação que fosse culturalmente abrangente e socialmente representativa, evitando a preservação elitista e regionalista, bem como diminuindo experiências culturais de apenas uma fração dos segmentos sociais (Chuva, 2012, p. 160).

A partir da conjuntura interna de abertura política e dos movimentos sociais pelo fim da Ditadura Militar, junto ao engajamento político da classe de artistas e a pressão por transformações na esfera social, somada a influência da UNESCO e a

organização em torno das lutas culturais, o ano de 1984 marca grande passo na direção da transformação da noção de cultura e de patrimônio cultural que viria a ser contemplado pelas políticas públicas e pela própria constituinte: o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, na cidade de Salvador (BA), se torna o primeiro tombamento de Terreiro de Candomblé do Brasil.

No artigo “Patrimônio, negociação e conflito”, publicado no ano de 2008, o antropólogo Gilberto Velho relata sua experiência enquanto relator do processo de tombamento da Casa Branca do Engenho Velho. Em 1984, Velho havia deixado recentemente a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e encontrava-se no posto de chefia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) quando foi convidado para compor o processo de tombamento do Terreiro. Como o próprio título do artigo conduz, o processo de tombamento foi marcado por diversas negociações e conflitos, choques de opiniões que esboçaram uma visão excludente - doravante racista e discriminatória - do que deveria ou não ser considerado Patrimônio. Nas palavras de Velho:

É inegável que para a vitória do tombamento foi fundamental a atuação de um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que se empenharam a fundo na campanha pelo reconhecimento do patrimônio afro-baiano. Havia um verdadeiro choque de opiniões que não se limitava internamente ao Conselho da SPHAN. Importantes veículos da imprensa da Bahia manifestaram-se contra o tombamento que foi acusado, com maior ou menor sutileza, de demagógico. É importante rememorar esses fatos, pois a vitória foi muito difícil e encontrou fortíssima resistência. Foi necessário um esforço muito grande de um grupo de conselheiros, do próprio secretário de cultura do MEC e de setores da sociedade civil para que finalmente fosse obtido sucesso (Velho, 2008, p. 239).

As transformações na noção de patrimônio cultural passam a ser evidenciadas e legalmente asseguradas a partir da Constituição Federal de 1988 e a ampliação do conceito e entendimento de cultura. A Carta Magna, ao que diz respeito às Políticas Patrimoniais, declara que é dever do Estado zelar pelos bens de natureza material e imaterial. No inciso 3º do Artigo 215 da Constituição Federal, as ações do poder público devem valorizar o patrimônio cultural brasileiro a partir de uma noção ampliada de cultura que, conforme o mesmo Artigo, é responsabilidade do Estado brasileiro zelar pelas manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras.

Dessa forma, ficou estabelecido que o Estado brasileiro tem o dever de proteger os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc., garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e a proteção às manifestações das culturas populares, destacando a cultura afro-brasileira (Art. 215 e 216 - CF/88). Ainda, descentraliza as responsabilidades e estende aos Estados e ao Distrito Federal a capacidade de legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, cabendo aos Municípios as ações de promoção a proteção do patrimônio histórico-cultural local.

Também na Constituição de 1988 o Estado reconheceu a existência do patrimônio de natureza imaterial. Embora ainda com metodologias de salvaguarda distintas do patrimônio de natureza imaterial material, podemos perceber que o antigo projeto preconizado por Mário de Andrade ganhava formas e o que era considerado “cultura popular” ou “folclore” se encontra com os bens materiais, arquitetônicos e históricos na Constituição. Esse movimento estava em consonância com a ampliação do campo do patrimônio que ocorreu em diversos países sob influência da UNESCO, consolidando uma noção ampla e plural de identidade brasileira, ao passo que também reivindica jurídica e politicamente a noção de bens de natureza imaterial.

Entretanto, mesmo garantido constitucionalmente, apenas no início dos anos 2000 a categoria de Patrimônio Cultural Imaterial passa a ter mecanismos de salvaguarda e estratégias para sua real garantia. Isto demonstra que o trato do patrimônio cultural a partir de uma noção mais ampla e abrangente de cultura - capaz de reconhecer as manifestações indígenas, afro-brasileiras, os modos de fazer, feiras, celebrações, artesanatos etc. - somente ganha contornos na história recente.

Na década de 1990, o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e a Comissão de Assessoramento ao Grupo de Trabalho - ambos criados pelo Ministério da Cultura - iniciaram os debates sobre como deveria ser diagnosticado, zelado e salvaguardado os patrimônios de natureza imaterial no Brasil, previstos constitucionalmente enquanto responsabilidade do Estado. O Grupo ficou responsável por elaborar uma nova legislação capaz de atender as especificidades necessárias para salvaguardar os bens imateriais.

Assim, no dia 4 de Agosto do ano de 2000, foi assinado o Decreto nº 3.551, instituindo o Registro de Bens de Natureza Imaterial e criando o Programa Nacional

de Patrimônio Imaterial. Este esteve inicialmente ligado ao Ministério da Cultural e, em 2003, foi transferido para o Iphan, que passou a absorver e responsabilizar-se também a todas as atribuições relacionadas ao patrimônio imaterial. Condensados no Iphan, finalmente patrimônio imaterial e patrimônio material encontravam-se juntos sob uma administração unificada.

Embora o reconhecimento do patrimônio imaterial e os dispositivos capazes de tentar assegurar sua salvaguarda - como o Registro - representam gigantesco avanço na trajetória das políticas patrimoniais no Brasil, é preciso recorrer à Márcia Chuva, em que a autora defende que “a divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade” (2012, p. 164). Ainda, esta divisão falaciosa acaba culminando em uma política institucional marcada por uma distribuição desigual dos recursos, majoritariamente destinados aos bens materiais.

Como já mencionado, até a década de 1980 manteve-se uma política patrimonial pouco representativa. A urgente necessidade de formular políticas patrimoniais que, de fato, fossem condizentes com a realidade brasileira - plural e diversa - e socialmente representativa deixava evidente que as Políticas de Patrimônio Cultural até então tinham mantido em sua pauta uma noção elitista de cultura.

O Registro, eleito como instrumento jurídico à proteção do patrimônio imaterial, ocorre mediante a consequência imediata, que é a identificação, isto é, o reconhecimento e a valorização de tal bem imaterial. O Registro, por sua vez, difere-se do tombamento que pode ser, muitas vezes, um ato unilateral fruto da ação e dos valores do poder do Estado, ocorrendo independentemente da participação ou escuta da comunidade. Por outro lado, o Registro depende da participação da comunidade envolvida para ocorrer. A comunidade que permitirá, por exemplo, documentar, registrar falas, cantos e depoimentos, fotografar, filmar, etc. para que haja a identificação das práticas que são essencialmente praticadas pelos grupos e que compõem o patrimônio imaterial.

O tratamento dado ao patrimônio imaterial difere-se consideravelmente ao tratamento reservado ao material, com práticas, ações e abordagens distintas. O Registro tem como consequência a obrigatoriedade de o Estado construir um Plano de Salvaguarda: capaz de estabelecer objetivos e metas que deverão ser

alcançadas em relação ao bem imaterial em curto, médio e longo prazo. Dessa forma, o Plano de Salvaguarda realiza a divisão das responsabilidades dos segmentos públicos envolvidos, elabora um termo de cooperação, dispondo de ratificações e retificações periódicas na condução da política para que sejam feitas novas avaliações.

Como mencionado, por muito tempo privilegiou-se uma noção excludente - branca, católica, monumental e discriminatória - de cultura. Embora nas últimas duas décadas avanços importantes tenham sido realizados no que diz respeito à ampliação do conceito de cultura e a uma noção de patrimônio capaz de abranger as mais diversas manifestações populares enquanto bens culturais, ainda assim é mantida a dicotomia entre Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material. Esta divisão torna-se falaciosa ao passo que pensamos que todo bem material possui demarcações no tempo e na história, envolve atores, aspectos do simbólico e do empírico. De mesmo modo, as manifestações simbólicas também possuem marcadores temporais e espaciais. Sendo assim, é preciso e urgente repensar uma noção integral de patrimônio cultural.

Para elucidar a discussão acerca da perspectiva integral de patrimônio cultural, podemos elucidar duas citações de Chuva a respeito do tema, em que a autora defende que:

Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural (Chuva, 2012, p. 163).

Conforme a citação acima, os bens culturais possuem seus valores atribuídos pelos homens, isto é, pela comunidade e pela interação por entre os indivíduos. Sendo assim, não podem ser permanentes, ao menos fixos a objetos. Por este motivo, todo processo de patrimonialização deve levar em consideração os sentidos e os significados que são atribuídos ao bem em destaque pelos atores sociais que interagem e atribuem significado a ele. Ainda, podemos elencar:

Os sujeitos produtores de sentidos são vários, diferenciados e deveriam ser confrontados em fóruns de discussão. Nas ações de proteção e salvaguarda, os sujeitos a que nos referimos são aqueles cujas relações estabelecidas com os bens culturais os tornam constituintes e constituídos por tais bens, numa dialética construção de identidades por meio de elos comuns ao grupo. Por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas “lobistas” (Chuva, 2012, p. 163).

Como mencionado por Márcia Chuva, deve haver formas de equacionar a ação do Estado com a vivência dos sujeitos, a partir de fóruns ou outras formas de discussão. Os sujeitos envolvidos, que possuem relação com os bens, também são os próprios sujeitos que constroem tal bem e seus significados. Sendo o campo das Políticas de Patrimônio Cultural um campo de disputa, é preciso ser explicitado quem são os sujeitos que são privilegiados pelo tombamento ou registro a fim de que tais políticas públicas não se tornem políticas de cunho lobista, ou, ainda, que favoreça os setores privados e se torne um fator expulsivo para os sujeitos envolvidos.

Como possibilidades de superação da dicotomia entre patrimônio material e patrimônio imaterial, Chuva (2012) aponta para o próprio conceito de Referência Cultural, que foi amplamente difundida na década de 1970 - sobretudo pelo trabalho inaugurado no âmbito do CNRC - como uma possibilidade da inclusão dos grupos sociais enquanto atores no processo de reconhecimento do patrimônio cultural. Ainda, a autora pontua a possibilidade de trabalhar com o conceito de *paisagem cultural*, originalmente lançada pela UNESCO, pode vir a ser uma das principais possibilidades de romper a dualidade material-imaterial e estabelecer uma relação positiva entre homem e meio, à noção e apropriação do lugar “não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral” (p. 163).

No ano de 1992 a UNESCO instituiu o conceito de paisagem cultural, como uma categoria de inscrição de bens culturais no âmbito mundial, a fim de afastar-se da divisão dicotômica entre bens naturais ou culturais. O interesse pela categoria tem sido revisitado no âmbito das discussões acerca da preservação do patrimônio, “com sua qualificação como paisagem cultural, em que são ressaltados aspectos da integração entre o homem e a natureza, entre o patrimônio material e o imaterial, na definição e escolha dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem” (Ribeiro,

2007, p. 10). No Brasil, em 2009 foi consolidada a paisagem como instrumento de proteção ao patrimônio.

No mais, evidencia-se na trajetória brasileira o desafio de construir uma noção de patrimônio verdadeiramente democrática que dialogue com outras categorias, tais como as dos direitos culturais, da própria efetivação da cidadania, do direito à cidade, ao trabalho e ao desenvolvimento local. É preciso, portanto, que os sujeitos sejam amplamente identificados e participem de todos os processos, afinal, são eles próprios que atribuem sentido e valor simbólico e material aos bens em questão.

Uma das noções que respaldam as ações de salvaguarda dos bens imateriais é a própria dimensão de referência cultural do Iphan. A abordagem a partir da referência cultural ajuda a observar os valores e os grupos em torno do reconhecimento dos bens culturais, evidenciando a dimensão social e política dessa atividade de construção do Patrimônio. A noção ampliada de patrimônio dentro da noção de referência cultural proporciona instrumentos legais capazes de reconhecer “edificações, paisagens naturais, conhecimentos, modos de fazer, festejos, rituais e lugares” (IPHAN, 2019, p. 104) desde que seus valores sejam determinados grupos capazes de mobilizar “sentimentos de pertencimento e construam sentidos de identidade” (idem).

No Brasil, o Iphan reconhece quatro categorias dentro do chamado Patrimônio Cultural Imaterial. A categoria dos Saberes engloba os bens correspondentes aos conhecimentos, ofícios e modos de fazer que fazem parte do cotidiano das comunidades. Já a categoria de Celebrações refere-se aos bens que correspondem a festas, folguedos e rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, dos ciclos da natureza, do entretenimento e ou da vida cívica. Ainda, a categoria de Formas de Expressão engloba as das manifestações plásticas, cênicas, musicais, lúdicas, poéticas ou literárias. Por fim, a categoria de Lugares, capaz de englobar os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2019, p. 105).

Conforme a publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a categoria de Lugares foi criada devido a:

observação de que existem sítios naturais, espaços urbanos e outros, construídos ou não, que independentemente de possuírem valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico constituem “pontos

focais” da vida de um grupo ou localidade, dando suporte ou abrigando práticas sociais e atividades coletivas que são importantes para os contextos locais ou territoriais onde se localizam. Por essa razão, esses espaços adquirem um sentido cultural especial para os que os vivenciam ou utilizam, tornando-se diferenciados dos demais. Tornam-se, assim, “lugares” e suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam. (IPHAN, 2019, p. 105)

Essa breve apresentação da trajetória das políticas de preservação evidenciou a complexidade desse campo de intervenção do governo. Conforme Márcia Chuva, “no Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial”, não havendo, atualmente, contra-consensos na literatura de que esta se trata de uma falsa divisão (Chuva, 2012, p. 147). As instituições responsáveis pelo Patrimônio Cultural se estruturam a partir desta distinção, levando, assim, a diferentes instrumentos e metodologias para lidar e preservar as duas categorias de patrimônio, sendo o Tombamento resguardado aos bens materiais e o Registro para os bens imateriais.

2.3 Requalificação de espaços culturais

O Estado tem seu papel a ser cumprido no campo da Cultura desde que seja democrático e não impositivo. Determinadas manifestações culturais têm dificuldade de sobreviver apenas em função da lógica do mercado, sendo assim, o Estado tem papel primordial para manter a pluralidade e a diversidade das manifestações culturais da sociedade. O Estado deve ter papel ativo na preservação das múltiplas manifestações culturais populares, oferecendo subsídios políticos, de recursos e instrumentos hábeis para suas manutenções.

A relação entre cultura e política é uma relação muito antiga: a cultura historicamente foi um instrumento e um meio de legitimação da política e dos governantes. Entretanto, o que se difere na inauguração das Políticas Culturais, no século XX, é uma relação inversa: a política se torna o *meio* para a promoção e o desenvolvimento da cultura.

A cultura passa a ser o fim e não o meio da estratégia política. A relação entre cultura e política, do ponto de vista das Políticas Culturais, é uma relação recente, sobretudo na política brasileira. Dessa forma, somente podemos considerar “Política Cultural” as ações do Estado que tem como finalidade a cultura, e não o seu uso

voltado à determinadas causas em que a finalidade não seja propriamente a esfera cultural. A finalidade da Política Cultural sempre será a Cultura.

Requalificação, Revitalização, Renovação ou Reabilitação: palavras usualmente empregadas quando referidos em termos arquitetônicos, usados para definir as intervenções nos meios urbanos, com o intuito de reverter o processo de degradação ou deterioração de espaços. Nos casos de intervenções, torna-se essencial conhecer a história de onde a proposta está sendo desenvolvida a fim de compreender a relevância do espaço para a população e para a cidade e seu caráter funcional. Podemos observar as distinções das terminologias e suas aplicações em Vargas e Castilho (2015) e Moreira (2007).

Dáí a importância de estudos de projetos como o de Requalificação da Feira de São Joaquim, em Salvador/BA. Aprofundar os conhecimentos acerca de sua memória, sua historicidade, os sentimentos que a população tem em função da Feira e sua funcionalidade do ponto de vista econômico e comercial. Conforme Vargas e Castilho (2015), "intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção". (p. 03).

O meio urbano, assim como um organismo vivo, somente irá submeter-se a intervenções em seu espaço em situações como: a) para a recuperação da saúde do meio urbano ou manutenção da vida; b) para a reparação de danos causados por acidentes e pelo processo de desenvolvimento da cidade, e c) para atender às exigências dos padrões estéticos. (Vargas; Castilho, 2015, p. 03).

Começando pela Renovação Urbana, o processo pode ser encarado como similar ao processo de demolição, em que há a destruição da arquitetura existente e sua substituição por uma nova, demonstrando o ambiente construído, retirando sua história, e construindo uma nova arquitetura neste espaço com novos significados. Neste caso, não se reconhece o valor como patrimônio arquitetônico da área a preservar, "implicando geralmente na substituição dos edifícios existentes" (Moreira, 2007, p. 120)

Como exemplo de renovação urbana podemos citar o que ocorreu na Política Higienista do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, com as ações geridas pelo então prefeito Pereira Passos. Esta renovação tinha como objetivo "embelezar" a cidade, tendo como custo a expulsão das populações das

regiões centrais, demolindo suas moradias populares. Este processo é considerado crucial para o surgimento das periferias no Brasil, ao passo que as camadas populares foram privadas de suas moradias nas áreas centrais e precisaram ocupar áreas longínquas ao passo que não possuíam poder econômico para permanecer nas áreas que habitavam.

Por outro lado, o uso da Requalificação e da Revitalização, ainda com diferenças, podem ser considerados meios mais respeitosos de transformar a cidade, sem apagar a história, mas recuperando o contexto do ambiente a ser revitalizado ou requalificado, embora ainda haja ressalvas ao uso do termo “revitalização” relacionada aos patrimônios culturais. Subentende-se que os planos de intervenções, nestes casos, devem manter o respeito à tradição da comunidade e à cultura local, atentando-se às relações da área com seu entorno e os laços sociais existentes.

O objetivo deverá ser, portanto, a melhoria da qualidade de vida urbana: as edificações antigas, as pequenas propriedades, os usos e a população tradicional, procurando não descaracterizar o ambiente construído, mas dar um novo uso, ou melhorar o uso preexistente. A revitalização, portanto, não deve ser confundida com a requalificação urbana, isto porque a revitalização tende a ter uma conotação mais econômica do que social ou urbanística (Moreira, 2007, p. 119). Ainda assim, a revitalização compreende as operações destinadas a intervenções em edifícios degradados, recuperando suas características. Este processo, portanto, envolve riscos ao passo que se torna difícil conciliar as exigências contraditórias entre a conservação e a utilização do patrimônio edificado (idem).

O termo da Reabilitação Urbana, por sua vez, visa expressar a necessidade ou desejo de intervenção urbana, com o objetivo de superar passivos ambientais ou econômicos causados pelo processo negativo da industrialização e crescimento urbano acelerado. Pressupõe o respeito ao caráter arquitetônico dos edifícios

O instrumento da Requalificação, mais recentemente usado pela literatura, inclui uma abordagem de intervenção que visa diversos aspectos do espaço, tais como o caráter econômico, social, ambiental e físico (Moreira, 2007, p. 120). Podemos dizer que a Requalificação Urbana, enquanto instrumento de intervenção urbana, deve corresponder às ações focadas ao espaço público sem tirar a importância do patrimônio edificado como elemento básico para a composição da zona urbana, bem como dos sujeitos pré-definidos que envolvam o espaço.

Portanto, “Renovação” e “Requalificação” são termos antagônicos ao passo que expressam interesses distintos. A renovação assume a importância do capital imobiliário, estimulando a alta dinâmica do mercado imobiliário, prezando pela lógica do capital. A requalificação tende a prezar por valores mais solidários e de participação social, ao passo que deve compreender e valorizar em seus planos o que a sociedade precisa.

Em relação à requalificação de espaços culturais, podemos afirmar, conforme Chuva (2012), que os sujeitos precisam estar definidos nos projetos de requalificação a fim de explicitar o que está sendo privilegiado, “por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas lobistas” (Chuva, 2012). Podemos mencionar como exemplo o recente “Movimento dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia “Reforma sim, expulsão não!”, em Salvador (BA), em relação aos projetos arquitetônicos que envolviam a Ladeira da Conceição da Praia¹⁵.

No ano de 1985, quando a UNESCO declarou o Centro Histórico de Salvador Patrimônio Cultural da Humanidade, a Ladeira da Conceição da Praia foi incluída no Conjunto Arquitetônico tombado. Ao longo dos processos de reforma instaurados no Centro Histórico, iniciaram-se também as tentativas de expulsão dos artífices da Ladeira, local onde tradicionalmente ocupavam. A última tentativa de expulsão foi iniciada em 2014, quando foi instaurada a ordem de despejo em até 72 horas para a desocupação dos arcos.

A partir disso, iniciou-se uma intensa mobilização envolvendo artífices, a Universidade, pesquisadores e ativistas reivindicando a permanência dos mestres da Ladeira da Conceição da Praia. A luta contra a especulação imobiliária, pelo direito à

¹⁵A Ladeira da Conceição da Praia constitui uma das primeiras e principais rotas que conectam a Cidade Alta e a Cidade Baixa de Salvador. Utilizada entre os séculos XVII e XIX para levar as cargas e mercadorias que chegavam no porto e nos mercados portuários até a parte da cidade alta, utilizando, sobretudo, do trabalho da população escravizada que circulava pela ladeira diariamente. No ano de 1878 iniciou-se a construção da Ladeira da Montanha, cuja edificação modificou a Ladeira da Conceição da Praia, que recebeu os 23 arcos erguidos com o intuito de dar sustentação à Ladeira da Montanha. Inicialmente, os arcos abertos foram sendo ocupados pela população local, que se instalaram em 15 dos arcos, transformando-os em oficinas (de ferreiros, carpinteiros, marmoreiros etc.), sobretudo por escravizados libertos, filhos de escravizados e trabalhadores portuários, tendo uma relação estreita com as raízes afro diaspóricas. As oficinas, junto aos ofícios, foram passadas de geração em geração por entre mestres e aprendizes, levando à tradição dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia. Informações retiradas do portal do Projeto Alágbedé, disponível em: <https://alagbede.com.br/a-ladeira/>. Acesso em 23 de Jul. 2024.

cidade e pela manutenção dos saberes em seus locais históricos evidenciam a relevância do espaço e dos sujeitos como parte da cultura negra de Salvador. Depois de negociações envolvendo os artífices, o Iphan, o Ministério Público e a Prefeitura de Salvador, após quase quatro décadas de instabilidade, em Novembro de 2020 foi entregue os Arcos aos trabalhadores, após a realização da requalificação do local.

Este fato evidencia os processos de gentrificação¹⁶ que ocorrem nos sítios urbanos tombados. O paradigma da renovação urbana, da requalificação e do patrimônio cultural torna-se discussão de relevância quando pensamos nesse cenário de reformas e tombamentos no Brasil, fazendo com que essa problemática seja expressa no tecido urbano, marcado por rugosidades (Santos, 1996), desenhado por prédios antigos, justapostos por arquiteturas modernas e pela paisagem renovada.

Podemos dizer que:

[...] a patrimonialização de sítios históricos urbanos encontrou no atual uso turístico a contraditória e inevitável renovação das cidades. Ao mobilizar o imaginário social e suas representações sobre as paisagens históricas, o planejamento urbano concilia a preservação patrimonial à renovação. As intervenções modernizantes no tecido urbano, a gentrificação, os novos equipamentos e usos sociais, particularmente os turísticos, associam-se à preservação do patrimônio histórico (PAES, 2017, p. 668).

A percepção da “cidade histórica” restrita apenas como um patrimônio cultural material pode levar a um entendimento limitado do espaço, muitas vezes privando ou limitando a ação dos moradores ou sujeitos em que os modos de vida se vinculam ao espaço. Se parte da população local é expulsa de um sítio tombado, cabe a reflexão do que, de fato, se pretendia preservar do espaço e, ainda, a quem interessa preservar. Como colocado por Paes (2017), o conceito de gentrificação, criado pela socióloga Ruth Glass na década de 1960, foi utilizado pela primeira vez para analisar as transformações imobiliárias de bairros londrinos em que a alta burguesia urbana (a *urban gentry*) passou a se apropriar de bairros operários. Entretanto,

[...] após a adoção do termo por inúmeros autores e a deflagração dessa estratégia de intervenção urbana em inúmeras cidades em todo o mundo,

¹⁶Conforme Leite (2004), o termo “gentrificação” é utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais.” (p. 19 e 20).

os processos socioespaciais a ela inerentes passaram a ser mais estudados: a inversão privada de capital para a criação de novos espaços destinados ao comércio, aos serviços e às moradias; a atração dos grupos sociais de alto poder aquisitivo; a expulsão ou a remoção de grupos sociais populares; a especulação imobiliária e o aumento do preço do solo; a expansão do consumo cultural; a dissolução e a recriação de traços identitários associados ao lugar; a gentrificação simbólica do patrimônio cultural; as políticas e os mecanismos de facilitação dos investidores privados; a atividade turística como estratégia econômica e competitiva entre as cidades. (Paes, 2017, p. 668).

Podemos dizer que desde a década de 1990 a preservação dos patrimônios históricos urbanos no Brasil e na América Latina configurou-se como “âncora” para subsidiar a refuncionalização turística de tais espaços (Paes, 2012) e a valorização econômica de diversas cidades. Esse processo se articulou às políticas públicas de renovação urbana, que ganham novas nomenclaturas e usos em diferentes visões técnicas e teóricas em que variam os interesses políticos em jogo, como “enobrecimento”, “requalificação”, “reabilitação”, “revitalização” e até mesmo o conceito de “gentrificação” (Paes, 2017, p. 669).

Nas últimas décadas, esse processo articulou as políticas de patrimônio cultural, os incentivos ao turismo e a gestão da renovação urbana. A crítica levantada por Paes é a de que o urbanismo contemporâneo “não esconde o abandono da narrativa social e a sua substituição pela simulação das formas, da cultura e da história” (2017, p. 671), em que “essas são encenadas nas fachadas dos conjuntos paisagísticos e disfarçadas no discurso ambiental ensaiado da inclusão social das abstratas gerações futuras” (idem).

O patrimônio cultural de cunho arquitetônico, segundo Paes (2017) ganhou um papel de destaque com o instrumento da requalificação e da gentrificação simbólica, associado à novas formas de gestão sobre o território, com parcerias público-privadas, locais, nacionais e estrangeiras, dos órgãos de comunicação, de grupos organizados. Desta forma, “a paisagem, de fragmento da totalidade, ganhou maior poder analítico ao representar formalmente esta nova tendência do urbanismo e do processo urbano mundial” (Paes, 2017, p. 673). É possível afirmar que a tendência de requalificações urbanísticas gerou uma refuncionalização turística do patrimônio edificado no Brasil, sobretudo nas últimas três décadas, como é o caso da própria cidade de Salvador (BA).

O Centro Histórico de Salvador foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1985 e foi objeto da gestão pública do

governo do estado da Bahia a fim de realizar a recuperação da área, iniciando no início dos anos de 1990 o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, em que inicialmente foram criadas ações voltadas à criação de uma nova imagem, a partir de reformas fachadistas do patrimônio histórico, valorizando os aspectos formais do conjunto urbano.

Entretanto, a população residente do Pelourinho - ocupada majoritariamente por uma população pobre e afrodescendente - foi direta e indiretamente expulsa de seu local em função da apropriação pelo turismo. Conforme Nobre (20003, p. 09), apenas 16% dos imóveis naquela época permaneceram com fim residencial. Somente na última etapa do projeto de revitalização do Pelourinho constatou-se que o dinamismo das áreas históricas está marcado a partir da presença de seus sujeitos, produtores dos sentidos históricos de tais locais, fazendo com que fossem programados usos mistos, com comércio e residências (Berdoulay; Paes, 2008). Ainda assim, percebe-se grande apropriação do espaço em função do turismo, sem a presença da população local outrora expulsa.

Embora uma das premissas centrais do IPHAN seja a de tornar o patrimônio cultural eixo indutor e estruturante na geração de renda, de novos empregos e afirmação identitária, sabe-se que outros fatores incidem sobre as gestões do patrimônio, afetando seu aspecto cidadão, fazendo com que tais premissas não sejam por todo contempladas. Isto porque:

O tradicionalismo dos grupos políticos locais, a concentração de renda nas elites, a falta de políticas sociais distributivas e inclusivas, e uma mentalidade conservadora no que se refere à inserção do lugar nas políticas nacionais e nas redes modernas da cultura global são narrativas que insistem nas tramas convenientes da desigualdade social local e em um equivocado isolamento. (Paes, 2017, p. 675).

Ainda, vale ressaltar que o IPHAN somente teve sua política de patrimônio cultural a partir de uma visão antropológica e ampliada apenas nas últimas décadas a partir da multiplicação dos planos e dos orçamentos. A ação do IPHAN fomenta maior visibilidade aos centros históricos, auxiliando na construção de novas narrativas do patrimônio cultural a partir de novos instrumentos de salvaguarda e planos de ação. Operar planos de requalificação a partir das premissas da UNESCO e do IPHAN, somada a parceria com Secretarias, estados e municípios, interligando as políticas aos saberes locais, gerando renda e promovendo um turismo

responsável e sustentável é o caminho para políticas públicas no âmbito do património que versem sobre os bens culturais com responsabilidade.

Por isso, cabe a reflexão acerca da reestruturação das Políticas Públicas de Salvaguarda. Repensar as Políticas a fim de que os sujeitos atuantes desses processos sejam identificados, valorizados e atuam nos processos de salvaguarda de forma horizontal e democrática. Importantes avanços ocorreram na última década, com novas ações do IPHAN e a premissa da Educação Patrimonial, mas ainda é possível aperfeiçoar a partir de parcerias e elaboração de novos programas. Isto porque os valores que são identificados nos patrimônios culturais - e que visam sua patrimonialização - são produtos da ação humana, não sendo permanentes ou intrínsecos a objetos ou bens móveis. O processo que envolve a patrimonialização dos bens culturais - materiais ou imateriais - deve priorizar, portanto, os significados que são atribuídos pelos sujeitos, ou seja, pelo social que confere ao bem as identidades relacionadas a ele.

As motivações que devem conduzir um processo de requalificação urbana devem estar relacionadas às melhorias, na utilização dos espaços de uma forma mais racional, levando a maior valorização econômica. Devem visar, sobretudo, à qualidade de vida dos moradores e usuários, seja pela reinserção de novas atividades nesse ambiente, pela reconstrução de edificações mais modernas e valorizadas ou pela valorização, preservação e utilização como sítio histórico e cultural.

Este processo de preservação defende, em tese, a igualdade na contramão da especulação imobiliária da sociedade capitalista. Desse modo, prédios que fazem parte da história do lugar são preservados e restaurados, reinseridos na economia local. Geralmente, esses espaços passam a abrigar, assim, novos centros comerciais, lojas, museus, espaços para eventos, ainda, monumentos históricos, centros de cultura e lazer.

O principal motivo que deve conduzir os projetos de requalificação é o de fomento de melhoria da qualidade dos espaços da cidade de forma democrática. Entretanto, sabemos que a lógica da cidade enquanto mercadoria impulsiona reestruturações no espaço urbano que visam, muitas vezes, apenas a abertura de novos investimentos para o capital.

Dáí, pode-se constatar a ligação estreita nas discussões entre o direito à cidade, o patrimônio cultural e os projetos de requalificação dos espaços urbanos. A

produção das cidades de forma igualitária e democrática a partir do compromisso político da defesa do bem comum à sociabilidade, opondo-se, à ocupação mercantilizada do território urbano e especulação de seus espaços vitais, devem ser fatores primordiais no planejamento das políticas públicas e de projetos de gestão urbana.

Retornando à discussão dos processos de enobrecimento urbano e das propostas de requalificação e revitalização urbanas, pelas quais as cidades passam, podemos dizer que ele tem incidido também sobre os locais de trocas tradicionais: Mercados Municipais e, mais recentemente, as feiras-livres, como é o caso da FSJ. Podemos afirmar que os processos de enobrecimento urbano, conforme Leite (2004, p. 25), transformam o patrimônio cultural e moldam as cidades às práticas de consumo global, podendo esvaziar de sentido público os espaços urbanos. Conforme Leite:

[...] a política dos usos cotidianos e públicos do espaço e do patrimônio resultante dos processos de gentrification – que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter os usos esperados – constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os torna locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer, enfim, ter identidade e lugar. (Leite, 2004, p.25)

A dificuldade em que nos deparamos no ambiente da Feira de São Joaquim é o de equacionar, em sua estrutura física, as melhorias advindas de reformas e sua condição espontânea de feira livre. Conforme Cardoso (2011), tal “complexidade é potencializada pela tradição de ocupação irregular dos espaços de troca e pela tentativa de normatização a partir dos interesses do poder público.” (p. 36). Daí a complexidade de pensar estratégias de salvaguarda da Feira de São Joaquim de forma ampla, preservando sua estrutura de feira-livre, sua espontaneidade e feirantes, por outro, mantendo viva sua tradição enquanto espaço simbólico de trocas e modos de fazer da cultura afro-diaspórica.

3. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM

Como já mencionado no primeiro capítulo, o processo decisório de formulação de políticas públicas envolve diversos fatores internos ou externos ao próprio governo, questões como prioridade, agenda política, clima político e clima público, atores envolvidos e coalizões. As políticas públicas também podem ser pensadas para além da macropolítica nos níveis da governança (governo federal, estadual e municipal), uma vez que as ramificações (programas, parcerias e projetos) que envolvem a resolução dos problemas identificados também correspondem às políticas públicas.

Dessa forma, torna-se possível considerar o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim uma política pública e identificar as principais ações pretendidas em seu projeto de reformas sob a luz das discussões do campo de estudos das políticas públicas.

O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim não corresponde a uma política cultural de modo isolado. Todavia, a requalificação pode ser concebida, em seu projeto, como uma política pública transversal¹⁷ que objetivava “[...] sua preservação e valorização enquanto fenômeno cultural” (Brasil, 2010, p.7).

Como será demonstrado, o valor cultural imaterial de São Joaquim é composto de significados que persistem no tempo: feirantes, consumidores, babalorixás e ialorixás unidos por um espaço simbólico, pelas interações e trocas que ocorrem em seu ambiente. Desse modo, justifica-se pensar em uma feira correspondente a um bem cultural imaterial ao passo que a Feira de São Joaquim já é reconhecida popularmente pelos cidadãos soteropolitanos enquanto um patrimônio cultural da cidade de Salvador e, conseqüentemente, da cultura baiana.

¹⁷ Uma política pública transversal refere-se a uma abordagem que busca integrar e articular ações de diferentes setores e áreas governamentais para enfrentar questões interconectadas. Em vez de lidar com problemas de forma isolada, uma política transversal procura atravessar várias áreas de governo a fim de alcançar objetivos comuns. Essa abordagem é relevante quando se trata de desafios sociais, econômicos, culturais, etc., que não podem ser abordados por uma única área ou departamento. Ao invés de lidar com uma questão de maneira fragmentada, uma política pública transversal busca uma articulação entre diferentes setores do governo. O objetivo de políticas públicas transversais é promover uma abordagem mais integrada para resolver problemas públicos. Conforme S. Reinach, “A ideia de transversalidade, nos textos que usam o termo em português ou espanhol, frequentemente o tratam como uma tradução de *mainstreaming* do gender *mainstreaming*” (Reinach, 2013, p. 86). No que diz respeito à bibliografia sobre o tema em políticas públicas, pode-se mencionar que “a ideia de transversalidade está relacionada a uma forma de gestão de políticas públicas para problemas que não são efetivamente tratados somente com a estruturas e organizações tradicionais de gestão” sendo uma possibilidade de pensar respostas e soluções que “não seriam solucionados com uma estrutura vertical e setorial, mas que ao mesmo tempo precisa trazer um objetivo comum a essa estrutura governamental” (Serra, 2004, p. 03 apud Reinach, ano, p. 89).

A FSJ encontra-se em processo de Registro pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com o objetivo de reconhecer a importância das relações sociais, econômicas e culturais da feira e reconhecê-la, de forma oficial, Patrimônio Imaterial brasileiro, inscrita no Livro de Lugares do Patrimônio Imaterial. O pedido de Registro, iniciado em 2005, segue em instrução pelo órgão responsável, o IPHAN, em processo sob número 01502.000028/2004-91, que tem como proponente o Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (BA), como pode ser acompanhado em seu Portal¹⁸.

3.1. Histórico da Feira de São Joaquim e sua relação com a cidade de Salvador

A paisagem atual que compõem a Cidade Baixa de Salvador, capital do estado da Bahia, é diversa, mesclando pontos turísticos, Igrejas e prédios que preservam a arquitetura colonial. Também localizada na Cidade Baixa está a Feira de São Joaquim, a maior feira livre do estado e a mais tradicional para os soteropolitanos. Há mais de uma década, a feira tem passado por mudanças em sua estrutura a partir das reformas advindas do Projeto de Requalificação. No mapa abaixo (Figura 1), é possível compreender a área ocupada pela Feira (em vermelho) e o Galpão Água de Meninos, local de remanejamento dos feirantes utilizado ao longo das obras:

¹⁸ Para ter acesso a lista dos bens imateriais em processo de registro junto ao IPHAN e acompanhar o status do procedimento, é possível acessar o site do Portal, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>

Figura 1: Localização da Feira de São Joaquim.



Fonte: Feira de São Joaquim (Salvador - BA). (2022). *Google Maps*. Google. My Maps. Consultado em 25 Set. 2022.

Distribuída ao longo de uma área de 38 mil metros quadrados e mobilizando cerca de oito mil feirantes, conforme os dados¹⁹ ofertados pela Secretaria Estadual do Turismo (Setur) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder) da Bahia. Situada na Avenida Engenheiro Oscar Pontes, no bairro do Comércio, região convencionalmente conhecida como Cidade Baixa, a FSJ é cercada pelo mar da Baía de Todos os Santos, em uma região portuária permeada por novos e antigos prédios e investimentos, à margem da avenida que leva à Península de Itapagipe.

Como pode ser observado na imagem a seguir, a Feira de São Joaquim organiza-se às margens da baía de Todos os Santos:

¹⁹Dados obtidos a partir dos documentos “Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” (Brasil, 2010) e “Apresentação do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” (BAHIA, 2018).

Figura 2: Vista aérea da Feira de São Joaquim, às margens da Baía de Todos os Santos.



Fonte: Portal Bem Bahia, 2016. Disponível em: <http://bembahia.com/feira-de-sao-joaquim/>. Acesso em 23 de Jul. 2024.

Em uma área estratégica do ponto de vista comercial, a Feira está dividida em nove quadras, três ruas principais e 39 transversais. Em seu espaço, circulam aproximadamente 300 mil pessoas mensalmente, gerando renda para mais de sete mil trabalhadores feirantes, tendo com isso uma grande importância econômica para o estado da Bahia (Gazar, 2009, p. 08). Além disso, a Feira provém, de forma indireta, o sustento de tantos outros trabalhadores soteropolitanos, seja para as Baianas de Acarajé, vendedores ambulantes, restaurantes, etc., que procuram na feira os materiais necessários para a execução de seus ofícios formais ou informais.

O movimento de feirantes na região onde se situa a feira é de longa data, associado ao fluxo e refluxo dos navios e saveiros do período colonial brasileiro. Entretanto, é possível afirmar que desde a década de 1930 já se encontram relatos acerca do desenvolvimento da Feira que, com o passar do tempo, viria a se tornar a Feira de São Joaquim.

Embora o transporte para a chegada dos mais diversos gêneros de produtos historicamente tenha ocorrido a partir das vias fluviais, com destaque para os

saveiros e do intenso intercâmbio de mercadorias advindas da produção agrícola do Recôncavo baiano²⁰, hoje podemos encontrar uma transformação na chegada e na distribuição dos produtos, visto as mudanças nos novos padrões de consumo e transporte. A presença dos caminhões ao fundo da feira demonstra como a circulação dos produtos modificou-se. Entretanto, a função da Feira enquanto centro distribuidor manteve-se com o passar das décadas.

O fenômeno das feiras livres é fruto da manifestação do urbano no Brasil (Mascarenhas, 2008), e permanece em paralelo frente ao crescente avanço do desenvolvimento do comércio e outras formas de sociabilidade e consumo, como os supermercados, shoppings, serviços de *delivery*, etc. da tendência homogeneizadora²¹ da modernidade radicalizada²². As feiras livres são espaços diversificados, onde circulam mercadorias, vendedores, compradores, pessoas e uma infinidade de itens para atender às diversas demandas.

Para além, circulam saberes e encantos, visto que as feiras sobrevivem na contramão da dinâmica do modelo de desenvolvimento hegemônico. Trata-se, portanto, de uma outra forma de consumo e sociabilidade (Mascarenhas, 2008). Atualmente, frente às mudanças nas formas de logísticas e abastecimento das cidades, dos novos padrões de consumo e espaços de sociabilidade, dos conflitos entre os padrões sanitários, a ordem e a desordem (usualmente associada ao ambiente da feira), para continuar existindo São Joaquim depende de estratégias, sobretudo de Políticas Públicas amplas capazes de conservar sua estrutura física, mas também seu patrimônio cultural.

²⁰Área que compreende as terras ao redor da Baía de Todos os Santos. O Recôncavo tem sua história em função da colonização portuguesa iniciada ainda no século XVI a partir da intensa presença de Engenhos de Açúcar e outras formas de exploração por parte da Coroa Portuguesa para obtenção de renda, como o plantio de arroz, gengibre, fumo, dentre outros gêneros (Schwartz, 1988, p. 83). Ligando-se à Salvador sobretudo a partir das vias fluviais, compreendeu alicerce da exploração da metrópole sobre a colônia na região Nordeste, sobretudo no ciclo econômico de ascensão da cana de açúcar como principal produto de exportação colonial. Pelo fato de Salvador não ter tido nenhuma produção agrícola expressiva, dependia da produção rural do Recôncavo para o abastecimento comercial da cidade.

²¹A preocupação em torno da questão da cultura na sociedade pós-moderna e globalizada tem, dentre os referenciais teóricos mais contemporâneos, referências pioneiras nos teóricos da chamada Escola de Frankfurt. Nas críticas realizadas pelos intelectuais, em especial de Theodor Adorno (1975), o campo da cultura encontrava-se em preocupação frente à tendência de homogeneização cultural. Seguindo essa percepção, podemos citar a percepção de que a cultura global converge para um movimento de universalização, no sentido dos modos e estilos de vida, símbolos culturais, de convivência, consumo, etc., que impõem-se sobre as outras expressões culturais locais.

²²Pensando a modernidade radicalizada, podemos considerar que “as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1991, p. 13).

Conforme Mascarenhas (2008), o espaço das feiras-livres – como é o caso de São Joaquim – representa uma “experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, uma tradição urbana tornada obsoleta” (p. 72), mas que luta para persistir na atual paisagem urbana. Ainda segundo Mascarenhas (2008), o espaço das feiras-livres “[...] torna-se um território desprezado pelas políticas públicas por não estar em compasso com as novas tendências econômicas e culturais mundiais. Tornando-se uma área considerada sem valor na perspectiva do capitalismo informacional” (p. 81). São diversos os conflitos que parecem ameaçar a continuidade da Feira de São Joaquim em sua complexidade simbólica e material: problemas fundiários, propostas de remoções, reformas, interdições sanitárias e as tentativas de torná-la o “cartão postal” de Salvador, descaracterizando seus reais sentidos.

A Feira de São Joaquim permanece e indica um movimento de autossuficiência econômica ao passo que se torna também ponto turístico, reforçando a importância social, espacial e cultural das feiras livres. As forças expulsivas²³ da dinâmica do capital e do processo de urbanização contrastam com a ocupação de São Joaquim, localizada em uma importante área portuária e comercial de Salvador, capital do estado da Bahia em que parte significativa da atividade econômica está em função do turismo.

Milton Santos (2008), ao analisar as dinâmicas urbanas e geográficas da cidade de Salvador retratou que a capital do estado estava segregada sócio-espacialmente, atentando-se para a especulação imobiliária e a segregação. Com as reformas das décadas de 1960 e 1970, intensificou-se a ocupação do espaço de forma desigual. Assim, conforme Carvalho e Pereira (2008), foi por meio da Lei da Reforma Urbana de 1968 que a prefeitura de Salvador atendeu aos interesses do capital imobiliário e passou a transferir propriedades de terra para construtoras e incorporadoras, atribuindo-lhes poder especulativo e o direito de reservar áreas destinadas para empreendimentos elitizados.

Com o decorrer das décadas, outras políticas e empreendimentos do setor público ou privado se estabeleceram, produzindo um padrão de produção do espaço

²³O sentido de expulsões remete-se ao debate de Saskia Sassen em seu livro “Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global” lançado em 2014 que preconiza a ideia de ao invés de um espaço para incluir pessoas de várias experiências e culturas, a tendência das cidades globais é a lógica das expulsões, seja de pessoas ou de diversidades. Na expansão da economia globalizada, a exclusão das camadas sociais marginalizadas passa a ser uma constante em crescimento, seguida pela redução do papel do Estado em resolver este quadro.

urbano dualizado (De Santana, 2020). Turismo e investimentos *versus* conglomerados populares (como ocorre na região do Subúrbio), moradias precárias e concentração de centenas de conglomerados urbanos, popularmente denominados de favelas que, conforme dados²⁴ do IBGE, contabiliza 270 comunidades em Salvador, sendo a terceira maior marca entre as cidades em números absolutos, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Considerando o contexto de especulação imobiliária dos espaços urbanos da cidade de Salvador, somada ao estigma relacionada a ocupação da região portuária pela FSJ, podemos pensar o complexo cenário de debate público na elaboração do Projeto de Requalificação acerca das atribuições e dos usos da Feira de São Joaquim: o esforço em trazer a luz o reconhecimento da feira enquanto Patrimônio Cultural brasileiro e, através das reformas, valorizar o espaço da feira, local que historicamente sofreu tentativas de remoção, de intervenções sanitárias e até de desocupação.

3.2. Complexidade do cenário de salvaguarda da Feira de São Joaquim

Buscar expor sobre o cenário político, no campo das políticas públicas, diz respeito a procurar realizar uma breve análise prospectiva das condições políticas que cercam a formulação, implementação ou a avaliação de políticas públicas em um contexto determinado. Em termos de políticas públicas, o cenário visa compreender como fatores políticos (como, por exemplo, a distribuição de poder, coalizões, interesses de diferentes grupos, ideologias e dinâmicas políticas) podem influenciar o desenvolvimento e os resultados de políticas governamentais

Ao criar um cenário político, os analistas de políticas públicas tentam visualizar e avaliar diferentes possibilidades de evolução do ambiente político em que uma determinada política será implementada. Isso envolve considerar uma série de variáveis, tais como mudanças na liderança política, opinião pública, relações entre diferentes atores políticos e sociais, e a influência de fatores históricos e culturais.

²⁴ Em Salvador, 4 de cada 10 domicílios estão em favelas e assemelhados, de acordo com o IBGE. G1. Portal G1 BA. 19 Mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/05/19/em-salvador-4-de-cada-10-domicilios-estao-em-favelas-e-assemelhados-de-acordo-com-o-ibge.ghtml>. Acesso em 25 Set. 2022.

A Feira de São Joaquim, indicada à inscrição no Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial evidencia os avanços, mas também as fragilidades do campo das políticas públicas de cultura no Brasil.

O Projeto de Requalificação, executado de forma paralela ao Registro evidencia como o âmbito material e imaterial deveriam ser pensados de forma única e integral em seu espaço, respaldando quaisquer intervenções em seu espaço físico. O “Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial” do IPHAN possui atualmente os seguintes bens registrados: Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, Feira de Caruaru, Tava (Lugar de Referência para o Povo Guarani) e a Feira de Campina Grande.

As feiras são espaços marcados pela tradição, pelos hábitos, modos de fazer, costumes, culturas. Na publicação “Patrimônio cultural do Brasil: pareceres de registro dos bens culturais imateriais”, do IPHAN, estes espaços, das feiras e dos mercados populares, são concebidos como:

espaços que concentram atividades e práticas diversas relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo. São também lugares onde se desenvolvem formas de sociabilidade e convivência e se constituem relações de trabalho, de competição e, eventualmente, de apoio mútuo e solidariedade. As feiras e os mercados, por tudo isso, são verdadeiros complexos de bens culturais que congregam diversos ofícios e modos de fazer; que abrigam ou suscitam organizações espaciais, soluções construtivas e de design frequentemente originais e para onde convergem saberes e formas de expressão as mais variadas. Por isso, as feiras e os mercados têm muito a dizer e a informar sobre a vida, os hábitos, a alma e a cultura de um povo. Não é por outra razão que muitos viajantes afirmam que uma das melhores maneiras de conhecer uma cidade ou um país é frequentar suas feiras e seus mercados (IPHAN, 2019, p. 100).

No caso da Feira de São Joaquim, é explícito o valor que o espaço tem para a comunidade local de feirantes e consumidores e que também têm sido adquiridos por entre os turistas como um ponto de encontro com a cultura soteropolitana e baiana, indo ao encontro da citação acima, visto que a FSJ é um suporte fundamental para a continuidade das práticas culturais e atividades que ocorrem em sua dinâmica. Não há impedimentos, no âmbito do Iphan, que os Lugares protegidos pela legislação do patrimônio imaterial - o Registro - também não possam ser protegidos pelos instrumentos hábeis do patrimônio material, o Tombamento.

Isto pode ocorrer quando os “valores específicos sejam atribuídos a seus aspectos físicos ou quando esse suporte edificado ou territorial é essencial para a continuidade dos usos e práticas que abrigam” (IPHAN, 2019, p. 105). No caso da

Feira de São Joaquim, torna-se difícil imaginar a continuidade das manifestações culturais inerentes à Feira em meio a estruturas físicas precárias que não contribuem para a continuidade a longo prazo dos modos de fazer ligados à dinâmica de São Joaquim. Portanto, a continuidade dos lugares registrados enquanto bens culturais imateriais dependem então, fundamentalmente, dos indivíduos, os “agentes históricos”, que mantêm viva as tradições e da apropriação do local que estes realizam, das relações sociais que ali estabelecem.

Como exemplo de Registro próximo ao caso da FSJ podemos citar a Feira de Caruaru que, no ano de 2006, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, inscrito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro dos Lugares. Por outro lado, a Feira de São Joaquim aguarda ainda hoje seu processo de instrução para Registro, iniciado em 2005. Tendo em vista a sua importância como elemento cultural da cidade de Salvador e sua relevância econômica, seu funcionamento resiste no espaço apresentando, atualmente, instalações precárias e insalubres para os feirantes e consumidores. Daí podemos refletir se somente o Registro seria o suficiente para sanar as problemáticas que envolvem a Feira de São Joaquim em seus aspectos simbólicos e físicos.

A cidade de Salvador na gestão de ACM Neto (União Brasil) - e em continuidade do mandato, Bruno Reis, atual prefeito da capital da Bahia - tem sido marcada pelas discussões acerca das possíveis concessões e privatizações de parques públicos advindos de programas de outras instâncias administrativas, além de propostas de reformas e mudanças urbanísticas que incidem nos casos do Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté e do Parque São Bartolomeu.

A Lagoa do Abaeté, localizada no bairro de Itapuã, historicamente esteve relacionada às religiões de matriz africana em Salvador, contando com a presença de diversos terreiros de Candomblé em sua proximidade. Local cercado por histórias, causos e lendas, o povo de santo utiliza-se do local em momentos de ritos, cantos e celebrações. Entretanto, em Projeto de Lei protocolado em 2021 na Câmara dos Vereadores, o Projeto de Lei Nº 411/2021, advindo da bancada evangélica da cidade, propunha alterar o nome das dunas do Abaeté para “Monte Santo Deus Proverá”, fazendo referência às religiões neopentecostais.

A partir da visibilidade do caso, o Projeto de Lei foi retirado de circulação, mas trouxe à tona a discussão em torno do descrédito e discriminação que as expressões

relacionadas à cultura afro-brasileira são expostas. A região da Orla de Itapuã e do Abaeté passa por reformas, o que já gerou protestos e manifestações da população e das religiões contra as propostas de urbanização da área, denunciando que a requalificação não pode ser somente estética ou, ainda, gerar exclusão de grupos e gentrificação.

O que ocorre no Parque São Bartolomeu, neste caso, é a proposta de concessão do parque à iniciativa privada. A ação da privatização resulta do programa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), órgão federal financiador do projeto. O Programa de Estruturação de Concessões de Parques Naturais tem como intuito planejar e dar suporte à desestatização de serviços de visitação a esses locais nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins. Em Salvador, outro parque está na lista de parques selecionados, o parque Zoobotânico.

O Parque de São Bartolomeu, que até então está sob a responsabilidade da CONDER e do INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia), tem cachoeiras e pedras consideradas sagradas, relacionadas aos Orixás das religiões de matriz africana. Localizado no bairro do Pirajá, o espaço sempre abrigou encontros e rituais das religiões afro-brasileiras, tendo seu uso associado aos elementos sagrados que ali são encontrados por ser constituído por flora, fauna, águas e pedreiras de significado sagrado, como as pedras dos Orixás Obaluaê, Tempo e Xangô, e as cachoeiras associadas a Oxum, Nanã e Oxumaré.

Os exemplos mencionados acima servem para elucidar o cenário complexo em que a salvaguarda da Feira de São Joaquim encontra-se, tendo os últimos anos sido marcado pela relação entre Estado e Cultural cerceada por cortes institucionais e pela construção do discurso do Estado anticultural (Brant e Varella, 2020), em que, atualmente, o MinC volta a se reorganizar.

Por se tratar de um espaço de significados atribuídos à cultura popular, sobretudo as tradições de matriz africana, é preciso explicitar as dificuldades e os entraves para pensar uma noção de patrimônio cultural integrada a fim de embasar as políticas públicas na atual conjuntura política.

Como pode ser constatado a partir da redução de investimentos públicos e até mesmo a partir da extinção do Ministério da Cultura entre os anos de 2019 a Janeiro de 2023, a área da Cultura tem sido cada vez mais alvo de ataques, perseguições, boicotes e censuras. O sucateamento dos Projetos Culturais em

âmbito nacional dos últimos anos, acompanhado do sucateamento em pesquisas científicas, agravaram o quadro de crise na cultura. Nesse sentido, podemos pensar a partir da perspectiva de Rubim (2021), do pandemônio como estratégia política, em que a produção do caos ocorre não apenas pelo puro caos, mas a partir da produção do caos enquanto estratégia política. Estratégia política esta que demonstrou-se capaz de propiciar o desmonte de diversos programas e ações voltadas para o âmbito da cultura no país.

O cenário também reflete as problemáticas das diversas violências cotidianas. Nos últimos anos os casos de intolerância religiosa e perseguição aos templos e indivíduos oriundos de religiões de matriz africana cresceram no Brasil. No ano de 2021, foram registradas 571 denúncias de violação à liberdade de crença religiosa, mais do que o dobro das denúncias que foram registradas no ano anterior: 243 denúncias em 2020. Estes dados são da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). As estatísticas e o detalhamento sobre esse tipo de violência ainda são insuficientes, pois embora os dados englobam ataques a quaisquer crenças, na maior parte a violência é cometida contra religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda.

Ainda não se pode mensurar os impactos da nova Etapa do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, visto que as obras ainda não foram iniciadas e o Galpão de Água de Meninos, construído para receber feirantes provisoriamente ao longo das reformas, não foi inaugurado. Porém, podemos pensar como a atual conjuntura se relaciona com a política pública em processo de execução.

Nas matérias jornalísticas²⁵ encontradas a respeito da nova etapa da Requalificação, a preocupação parece voltar-se para a esfera turística, ou seja, em proporcionar reformas a fim de atrair um novo público à feira. Este fato não deve ser encarado como um fator negativo, visto que os princípios das políticas de patrimônio cultural favorecem a relação entre cultura e desenvolvimento econômico local, a fim de promover ações estratégicas que possam favorecer economicamente os atores e

²⁵Governo do Estado abre licitação para requalificação da Feira de São Joaquim. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 23 de Novembro de 2023. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/194869/governo-do-estado-abre-licitacao-para-requalificacao-da-feira-de-sao-joaquim->. Acesso em 23 jan. 2024.

agentes sociais locais. Entretanto, o turismo não deve ser o único fator a ser considerado na construção de estratégias e reformas no que diz respeito à FSJ.

Em 1989, as Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da UNESCO serviram de instrumento legal cujo conteúdo forneceu elementos para uma maior ampliação da preservação do patrimônio no âmbito global. No ano de 2005 a UNESCO propôs a adoção das normativas da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Nesta conferência, a UNESCO reitera a relação entre cultura e desenvolvimento, visando criar mecanismos para a cooperação no âmbito internacional. Um dos pontos de maior destaque é o compromisso de que os países tenham autonomia para elaborar suas Políticas Culturais, capazes de proteger e promover a diversidade cultural de seus povos, em que haja benefícios para todas as partes envolvidas nestas políticas e incentivos.

Em suas visitas técnicas ao Brasil o inspetor da UNESCO, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, Michel Parent, nos anos de 1966 e 1967, elaborou importante documento norteador para as ações no âmbito do patrimônio cultural brasileiro. Em nome do “Turismo Cultural” da UNESCO, Parent produziu o relatório Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. Suas indagações e ponderações podem servir de reflexões para os dias atuais.

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um álibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível. Mas o turismo não pode tudo. Deixar o patrimônio unicamente aos critérios da rentabilidade turística imediata seria fazer escolhas contestáveis, agravar determinados desequilíbrios, confrontar “efeitos de fachada” com o aumento da degradação interna (PARENT Parent, 2008, p. 46).

Como já atestava Parent na década de 1960, o turismo pode, a partir da cultura, construir fontes para o desenvolvimento nacional. Entretanto, o turismo não pode tudo e, reservar o patrimônio cultural aos critérios da rentabilidade turística é um agravante para desequilíbrios preexistentes. A atual subordinação da Cultura ao Ministério do Turismo, ao que parece ser, não configura um quadro favorável ao Patrimônio Cultural. Os desafios atuais a serem percorridos são inúmeros, sobretudo para pensar um patrimônio cultural integral em suas noções, políticas, recursos e

instrumentos de salvaguarda. A inserção do turismo na dinâmica da FSJ pode impulsionar o desenvolvimento local, mas não deve ser o único princípio norteador das ações no bojo da Feira, um bem cultural da cidade de Salvador e um patrimônio imaterial em processo de Registro. É preciso, portanto, valorizar a Feira em sua complexidade sociocultural, os modos de fazer, sua história e sua memória enquanto local de manifestação da cultura popular baiana e afro-brasileira.

Reforçando, através de políticas públicas eficazes, sua esfera cultural, requalificando sua estrutura a fim de manter suas tradições, a feira pode vir a se tornar um dos pontos turísticos da Cidade Baixa, proporcionando desenvolvimento econômico local. Somente a partir da sua valorização simbólica e material isto será possível.

3.3. O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim

Ao tratar sobre um espaço de amplos sentidos culturais, o Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim pode ser pensado como uma política pública interdimensional, isto é, que tem abrangência econômica, social, política e cultural. A Requalificação abrange, sobretudo, os temas do planejamento urbano, da promoção do turismo e das políticas culturais do patrimônio cultural.

Indicada ao Registro enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro no Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial por preservar tradições em seu espaço (sobretudo ligadas às manifestações afro-brasileiras), a maior feira livre do estado da Bahia tornou-se uma questão pública a ser resolvida no âmbito do Estado nos anos 2000.

Em 2005, o Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador solicitou ao Iphan o Registro da FSJ enquanto Patrimônio Imaterial brasileiro (Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial). O pedido de número 01502.000028/2004-91 (como é possível consultar no site²⁶ do Iphan) continua, até o momento de desenvolvimento deste trabalho, em análise.

Paralelamente, o Projeto de Requalificação do espaço físico da feira, que teve suas obras da 1ª etapa iniciadas em 2012, atualmente aguarda a execução das novas reformas correspondentes à 2ª etapa referente às reformas em seu espaço físico.

²⁶INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portal Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>. Acesso em: 22 jul. 2024.

A carência de estratégias para manter preservado seu circuito de bem cultural implicou na tomada de decisões para a construção estratégica de sua salvaguarda, culminando, dentre as possibilidades, na construção do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim e, conseqüentemente, na execução das obras da primeira etapa, executada entre os anos de 2012 e 2015.

A desqualificação pública da Feira de São Joaquim, muitas vezes narrada²⁷ como “suja”, “perigosa” e “desorganizada”, e seu evidente estado de insalubridade no início dos anos 2000, somou-se às problemáticas que envolviam a saúde e as condições de trabalho dos feirantes. Naquele contexto, a situação de São Joaquim levou à intervenção do Ministério Público da Bahia, no ano de 2009, solicitando uma reestruturação da Feira de São Joaquim²⁸, para além de outros projetos²⁹ arquitetados pelos agentes públicos a fim de sanar os problemas sanitários e manter a feira enquanto referencial cultural da memória e da história da cidade de Salvador.

Como podemos observar em reportagens de Jornais da época, o aparente estado de insalubridade e falta de condições dignas de trabalho aos feirantes levava as afirmações públicas de que a Feira de São Joaquim estava se deteriorando:

[...] brotam problemas por todos os lados da maior feira livre do estado, onde comerciantes sobrevivem com dificuldade e consumidores são expostos aos riscos da falta de higiene, segurança e todo tipo de carência de um lugar que parece ter sido esquecido. A última intervenção realizada na área de infraestrutura da feira data do ano de 1996. (Cerqueira, Roberta. *Faltam higiene e segurança na Feira de São Joaquim. Leia Mais Bahia*. Bahia, Set. 2009).

²⁷Márcio Nicory Costa Souza publicou, no ano de 2015, interessante trabalho sobre as noções de “sujo” e “limpo” no ambiente das feiras, intitulado “Pensando em ordem/caos na feira-livre: notas sobre o higiênico, o “limpo/sujo” e o improvisado”, em que cita o caso da Feira de São Joaquim. A partir das manchetes do Jornal A Tarde (referindo-se ao títulos de matérias do jornal entre os anos de 1968 a 2005), podemos observar os seguintes enunciados: “Uma feira à espera de limpeza”; “Feira mais popular da capital perde clientes: lama, sujeira e falta de infraestrutura afastam clientes da tradicional São Joaquim”; “Feiras sem higiene”; “Ação do CCZ não acaba ratos em São Joaquim”; “Sujeira afasta consumidores da feira de São Joaquim”; “São Joaquim, a maior feira-livre do país, vive no lixo”; “Feira-livre: tropical mistura de frutas, lixo, gente e lama”; “Feira de São Joaquim está ameaçando a saúde do povo”; “Lama, lixo e confusão já a dominar Feira de São Joaquim” (Souza, 2015, p. 102-102).

²⁸A situação descrita pelo Ministério Público da Bahia, de “completo abandono” em que se encontraria a maior feira livre da Bahia, a Feira de São Joaquim, somada à “omissão dos órgãos públicos” diante do problema, expondo ao risco, a saúde e a segurança os consumidores e feirantes, fez com que o Ministério Público (BA), através de uma ação civil pública, solicitasse a reestruturação da Feira, no ano de 2009. Matéria disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/25337>. Acesso em 23 de Jul. 2024.

²⁹Para além da Requalificação, podemos mencionar a articulação em torno do esforço em oficializar o reconhecimento da FSJ enquanto Patrimônio Cultural Imaterial a partir do IPHAN. Ainda, as propostas de reformas que culminaram na elaboração do Projeto de Requalificação.

Embora a notícia vá ao encontro da opinião de que o principal problema da feira era o da falta de higiene, com base na notícia do jornal *Leia Mais Bahia*, podemos perceber que os meios de comunicação à época notificaram a necessidade de reformas, gerando um clima político favorável aos projetos que pensassem sobre interferências na estrutura da Feira, fazendo com que o tema entrasse na agenda política. Entretanto, as problemáticas iam além da higiene do local e de saúde pública: a feira, essencial para a cultura baiana, deteriorada a cada ano, colocava em risco de perda um dos patrimônios imateriais de imensa relevância para a cultura afro-brasileira.

Em publicação no portal do Ministério Público da Bahia, no momento em que o órgão da justiça solicitou intervenções no local, são mencionados a suposta negligência governamental em relação ao espaço, visto que:

A situação de completo abandono em que se encontra a maior feira livre de Salvador, a Feira de São Joaquim, na Cidade Baixa, e a omissão dos órgãos públicos diante da precariedade em que ela se encontra, colocando em constante risco a saúde e segurança dos consumidores e feirantes, motivaram o Ministério Público baiano a requerer, através de uma ação civil pública, com pedido de liminar, a imediata interdição da feira e a transferência dos feirantes pela Prefeitura Municipal de Salvador, para ambiente dotado de instalações físicas e sanitárias adequadas, até que a reestruturação da Feira de São Joaquim seja efetivada. A providência, de acordo com a promotora de Justiça Joseane Suzart, autora da ação, tem cunho emergencial e deve ser adotada até que medidas consistentes de adequação da Feira possam ser tomadas, sem prejuízo do meio de sustento dos feirantes. (D'eça, A. MP requer reestruturação da Feira de São Joaquim. **Ministério Público da Bahia**. Notícias: Consumidor. Bahia, Ago. de 2009).

Segundo o MP da Bahia, embora considerada ponto turístico e patrimônio cultural de Salvador, a Feira de São Joaquim vinha funcionando em “condições precárias”, faltando-lhe o ordenamento e instalações adequadas. Conforme Capella (2018, p. 21), “uma situação que se deteriora ao longo do tempo é percebida com maior gravidade do que outra que se mantém estável, ou sobre a qual se tem a percepção de declínio lento”. A situação da FSJ no início dos anos 2000, de aparente deterioração, pode ter influenciado na tomada de decisões a respeito de seu espaço. Isto porque “um evento que envolve parcelas crescentes da população, principalmente quando somado à percepção de uma situação injusta ou ameaçadora, também é mais facilmente entendido como um problema” (Capella, 2018, p. 21).

Surgia, portanto, naquele contexto dos anos 2000, o cenário de construção política do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim. As dificuldades de equacionar em um mesmo plano de ação de Política Pública as condicionantes do planejamento urbano estratégico e dos Direitos Culturais e à memória da Feira levaram à construção de um cenário complexo que culminou em seu Projeto de Requalificação, cujas discussões e execuções das etapas se penduram até os dias atuais em que este trabalho tem sido desenvolvido.

A requalificação foi dividida em três etapas. A primeira etapa concluída incluiu pavimentação, drenagem, novas instalações elétricas e hidráulicas e iluminação, reconstrução dos boxes dos segmentos de pescados, animais vivos e produtos religiosos e recuperação dos restaurantes com vista para o mar.

O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim parte de uma proposta interdimensional, em que pode ser observada a atuação de três órgãos diferentes na elaboração da proposta política e na execução das reformas: a Setur (Secretaria de Turismo da Bahia), o Ipac (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) e a Conder (Companhia do Desenvolvimento Urbano), esta última responsável pelas obras.

Após discussões envolvendo diálogos entre feirantes e agentes públicos, interesses de grupos setoriais, a questão patrimonial e a necessidade de intervenção no ambiente de São Joaquim, a partir do Decreto nº 11.878, publicado em 09 de dezembro de 2009 pelo Governo do Estado da Bahia, foi oficialmente criado o Grupo Executivo com a finalidade de implantar a reurbanização e a requalificação da Feira de São Joaquim, distribuindo as competências e providências aos órgãos envolvidos. Constando:

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e considerando a importância para o Estado da Bahia, notadamente para o Município de Salvador, da reurbanização e requalificação de um patrimônio cultural eminentemente popular; considerando a complexidade do empreendimento, a necessidade de articulação e do desempenho de ações conjugadas entre os órgãos e entidades do Estado da Bahia. (Bahia, 2009).

No entanto, para pensar os processos pelos quais os projetos políticos são elaborados e aprovados é preciso compreender as noções do campo das Políticas Públicas. Sem estas, não é possível compreender o Projeto de Requalificação enquanto uma política pública ou, ao menos, entender os trâmites que envolvem sua

entrada na agenda governamental do estado da Bahia e do Governo Federal através do Ministério da Cultura, suas articulações e capilaridades no âmbito do Estado.

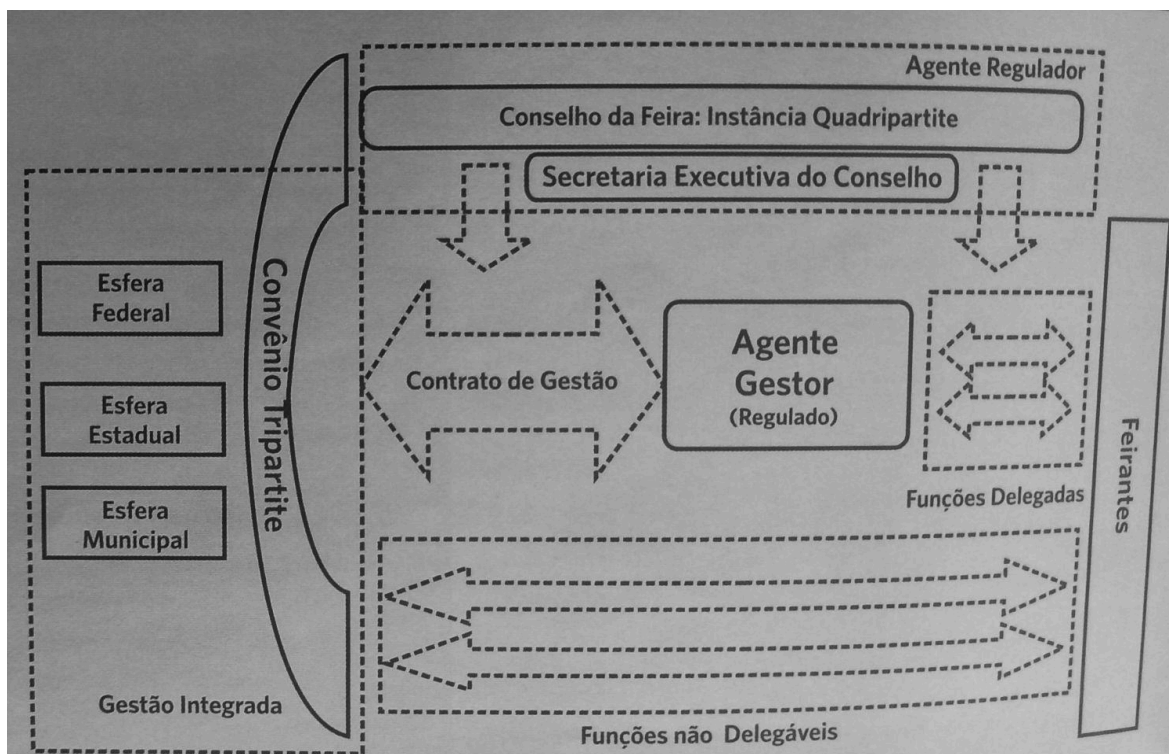
Como mencionado nos tópicos anteriores dedicados à exploração do campo de estudo das políticas públicas, pode-se elencar que o processo decisório de formulação de políticas envolve diversos fatores internos ou externos ao próprio governo, questões como prioridade, agenda política, clima político e clima público, atores envolvidos e coalizões.

Como destaca Secchi, “política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos, como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos, taxas, decisões judiciais, entre outros” (2020, p. 19) Dessa forma, pode-se inferir que as políticas públicas também podem ser pensadas para além da macropolítica nos níveis da governança (governo federal, estadual e municipal), uma vez que as ramificações (programas, parcerias e projetos) que envolvem a resolução dos problemas identificados também correspondem às políticas públicas.

O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, por exemplo, trata-se de um modelo de Gestão Integrada a partir de convênio *tripartite* entre a esfera federal, esfera estadual e a esfera municipal. O convênio estabelecido em termos de parceria corresponde ao acordo realizado entre União e entidades governamentais dos demais entes da Federação, no caso, secretarias estaduais da Bahia e municipais, usualmente adotados para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum, neste caso, a Requalificação da Feira de São Joaquim. Uma das formas de se concretizar políticas públicas no âmbito dos três poderes é a partir de convênios e parcerias, que são utilizados como instrumentos para atingir o fim desejado.

Podemos observar o seguinte fluxograma publicado no documento Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim que exemplifica as parcerias realizadas entre os atores:

Figura 3: Fluxograma - Projeto de Requalificação: Modelo de gestão.



Fonte: Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (BRASIL, 2010, p. 20).

O projeto arquitetônico e urbanístico de requalificação, pretendia uma interferência estratégica no ambiente da Feira a fim de sanar seus problemas físicos. A Companhia Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), atribuída à execução das reformas da FSJ, passou a ter a competência de dialogar com a composição também de representantes do Turismo e do Patrimônio Cultural na gestão das obras de requalificação.

Conforme as atribuições do Art. 4º do Decreto nº 11.878 de 09 de dezembro de 2009 , declara-se que “fica a CONDER autorizada a licitar e contratar as obras, serviços e bens necessários, assim como realizar projetos e demais atos para implantação da reurbanização e requalificação da Feira de São Joaquim”. (Bahia, 2009). Ainda, no parágrafo:

§ 2º - Fica instituída, no âmbito da CONDER, Comissão Especial de Licitação para implantação das ações necessárias às obras de reurbanização e requalificação da Feira de São Joaquim, que terá a seguinte composição:

- I - 01 (um) Presidente, nomeado pela Companhia Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER;
- II - 02 (dois) representantes da Secretaria de Turismo - SETUR;
- III - 03 (três) representantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER;

IV - 01 (um) representante do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC.
(Bahia, 2009).

Entretanto, a execução do Projeto de Requalificação, que teve como agente executor de obras a CONDER, parece não ter suprido as metas específicas ao campo da cultura, pouco delimitadas no Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim. Essa constatação tem sido observada ao longo do levantamento bibliográfico e documental deste trabalho, em que se observa que o aspecto cultural foi pouco contemplado pela proposta de Requalificação.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto de Requalificação, o documento³⁰ do Projeto de Requalificação aponta para tentativas de ouvir os feirantes e entender suas demandas na formulação da política pública. Isto envolveu o SINDIFEIRA - Sindicato dos Comerciantes Varejistas, Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador e a ASPFAS - Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes de Salvador. Buscou-se ainda realizar, a partir de diferentes atores, grupos temáticos para dialogar a respeito do Projeto.

Esse processo, conforme o documento orientador, buscou “afirmar um processo participativo e democrático que garanta a informação e proporcione à sociedade estabelecer compromissos com a Feira de São Joaquim, legitimando o Projeto de Requalificação em sua 1ª etapa” (Brasil, 2010, p. 14). Acerca do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, em 2008 foi assinado o Termo de Acordo e Compromisso entre o Ministério da Cultura e o Governo do Estado da Bahia, sendo estabelecido o Convênio entre a SECULT-BA e o Governo Federal, através do MinC. Nesta etapa, foram disponibilizados recursos para a elaboração do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim - 1ª etapa, tendo o IPAC-BA como o órgão responsável pela supervisão do processo e pela gestão dos recursos.

Retomando o tema em torno das Políticas Públicas que envolvem a cultura e os locais do patrimônio cultural, deve-se afirmar que a questão perpassa a relação entre Estado e sociedade civil na produção de políticas públicas. A participação social no planejamento e na gestão das políticas públicas que englobam a área do patrimônio cultural (como é o caso do Projeto de Requalificação da FSJ), assim

³⁰Brasil. Ministério da Cultura. Ministério do Turismo. Governo do Estado da Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC. **Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim**. Referencial de memória, cultura e resistência. Salvador: [s.n.], 2010.

como nas condições de apropriação e apreensão do universo simbólico produzido no bojo dos grupos sociais.

A Constituição Federal de 1988 assegura as práticas participativas no âmbito das Políticas Públicas. A CF 1988 assegura a “participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Art. 204), instituindo, no âmbito das políticas públicas, a participação social como princípio fundamental na gestão e no controle das ações do governo. A participação social na elaboração e no acompanhamento de respostas aos problemas públicos é uma garantia constitucional no Brasil. Este princípio de gestão democrática torna-se importante elemento de gestão pública a fim de fazer com que as propostas e programas de governos sejam construídos em diálogo permanente com a sociedade civil.

Daí a importância indispensável da ação do Estado, primordial para registrar, zelar e propiciar a continuidade dos bens de natureza material e imaterial em consonância com a transmissão dos valores e saberes pela sociedade e pelos grupos envolvidos no processo de patrimonialização.

No caso específico da análise do Projeto de Requalificação Parcial da Feira de São Joaquim, podemos observar que a ação do Estado no ambiente da feira envolve diversos setores no planejamento do plano de ações a serem definidas para a intervenção: Governo Federal, a partir do extinto Ministério da Cultura e Ministério do Turismo, bem como instâncias estaduais, como o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), municipais e da população organizada. O planejamento das ações que seriam realizadas envolveu, para além das intenções de promoção de melhorias na gestão da feira, o projeto de requalificação arquitetônica e urbanística’.

Entretanto, embora as etapas da requalificação estivessem previstas nos planos elaborados, a reforma ocorreu parcialmente no ambiente da feira, prolongando-se por mais tempo do que o previsto, ocasionando dualidades no ambiente de São Joaquim entre a parte contemplada e a parte não contemplada da Feira. Nesse sentido, o aprimoramento das estratégias de planejamento e execução das políticas públicas podem ser observadas em função da constante necessidade de elaboração e execução dos projetos.

3.4. Elaboração do Projeto de Requalificação

O documento “Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim: referencial de memória, cultura e resistência”, cartilha produzida pelo Ministério da Cultura, juntamente ao Ministério do Turismo, Governo do Estado da Bahia e secretarias de Cultura e Turismo, somado ao IPAC, apresentou perspectivas sobre a Feira e o processo de reformas. O documento é resultado de textos retirados dos relatórios produzidos no processo de trabalho do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, sob a coordenação do IPAC, no período de agosto de 2009 a março de 2010 (Brasil, 2010, p. 05).

Conforme consta no documento, apesar de a Feira ser reconhecida popularmente como um espaço de trocas culturais coletivas e de importância local, regional e nacional, transmitidas de geração a geração, naquele contexto da primeira década dos anos 2000, carência de urgentes intervenções e requalificação para manter sua função de abastecimento e manter-se enquanto fenômeno cultural (Brasil, 2010, p. 07).

Dessa forma, em Julho de 2007, iniciou-se uma parceria entre o MinC e a Fundação Palmares promoveram uma oficina de trabalho em Salvador (BA) cujo objetivo era discutir propostas para uma intervenção ampla no interior da FSJ, tendo “como meta principal sua preservação e valorização enquanto fenômeno cultural” (Brasil, 2020, p. 07). Nessa oficina, participaram diversos representantes dos entes federativos (Governo Federal, estadual e municipal), Câmara de Vereadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), Banco Inter-Americano, para além de representantes da sociedade civil (sindicatos, associações e entidades negras).

No mês de janeiro de 2008 foi assinado, então, o Termo de Acordo e Compromisso entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Governo do Estado da Bahia. No mês de julho do mesmo ano foi estabelecido o convênio entre a SECULT-BA e o Governo Federal, por meio do MinC, disponibilizando recursos para a elaboração do Projeto de Requalificação da FSJ, em sua 1º Etapa, e, ficando sob responsabilidade do IPAC-BA a supervisão do processo e gestão dos recursos (Bahia, 2010, p. 07).

Dentre os objetivos contidos no documento, o Projeto de Requalificação visava, de modo geral:

[...] preservar e desenvolver a sustentabilidade da Feira de São Joaquim, delimitando parâmetros, definindo ações estratégicas e diretrizes para a manutenção das dinâmicas características da Feira, priorizando o processo democrático com ampla participação dos envolvidos (Brasil, 2010, p. 09).

Ainda, conforme consta no documento, a Requalificação da FSJ teve como foco as questões de “preservação e sustentabilidade”, contempladas em seus seis objetivos específicos. Sobre eles, podemos destacar: a) implementar um modelo de gestão para a FSJ capaz de contemplar as dimensões administrativas, fiscais, comerciais, urbanísticas, culturais e patrimoniais, estas, elaboradas em “processo participativo resultante de consulta aos feirantes” (Brasil, 2010, p. 09); b) melhorar as condições de trabalho dos feirantes, bem como as relações sociais entre feirantes e consumidores, promovendo “sua adaptação frente à nova realidade” (Brasil, 2010, p. 09); c) difundir os saberes sobre a FSJ a partir de ações que objetivem o “fortalecimento da autoestima dos feirantes” (Brasil, 2010, p. 09); d) promover ações de cultura a fim de divulgar as tradições culturais, saberes e modos de fazer, objetivando a “preservação da Feira como patrimônio cultural do país” (Brasil, 2010, p.09); e) estruturar o Projeto de Requalificação Arquitetônica e Urbanística, visando “maior qualidade ao ambiente da FSJ e mais agilidade ao seu funcionamento”, mantendo, ao mesmo tempo “características arquitetônicas próprias de sua ocupação fragmentada” (Brasil, 2010, p. 09); f) estruturar o projeto urbanístico visando um maior diálogo entre o espaço da FSJ e o seu entorno e a “macroestrutura da cidade” (Brasil, 2010, p. 09).

Sobre a estrutura do processo de trabalho, o documento reitera a preocupação, no momento da elaboração do Projeto de Requalificação, com a preservação da esfera cultural e simbólica da Feira, embasada no “respeito aos saberes, fazeres, trocas e vivências ali estabelecidas” (Brasil, 2010, p. 13). Assim, para além da aliança entre as três instâncias governamentais, União (propriedade da terra, ou seja, do espaço ocupado pela Feira, e o registro da mesma enquanto Bem Imaterial) estado (intervenções para a manutenção do espaço e dinâmica cultural) e município (execução), o Projeto também contou com a “legitimação da sociedade civil e dos feirantes” (Brasil, 2010, p. 13) que foram, conforme o documento, consultados e avaliaram e aprovaram as decisões ao longo de todo o processo.

Ao longo do processo, foram firmadas diversas articulações institucionais, envolvendo diversos órgãos, tais como MinC, IPHAN, Ministério do Turismo,

CONDER, SECULT-BA, SETUR-BA, SINDIFEIRA, ASPFAS, entre outros. Essas articulações teve como intuito “afirmar um processo participativo e democrático” capaz de garantir, conforme o documento, informações e o envolvimento da sociedade com a FSJ, “legitimando o Projeto de Requalificação em sua 1ª Etapa” (Brasil, 2010, p. 14).

Nessa etapa de elaboração foram realizadas reuniões e divisões dos entes em Grupos Temáticos (GTs), a fim de facilitar o comprometimento dos órgãos de acordo com suas competências específicas. Por exemplo, na Oficina Marco Zero, foram criados quatro GTs: Gestão, Físico, Sócio Cultural e Sustentabilidade Ambiental. O processo, conforme o documento, “reavaliado pela comunidade a cada passo” (Brasil, 2010, p. 14).

No que diz respeito à gestão, o projeto de “Desenvolvimento Sustentável para a Feira de São Joaquim” dependeria, na prática, conforme o documento de uma aliança estratégica eficaz, “com ações nos planos físico-ambiental e sociocultural com desdobramento no modelo de gestão” (Brasil, 2010, p. 17).

O documento estabeleceu o tópico “Estratégia econômica em três movimentos”, tendo como base as relações econômicas que ocorrem no bojo da FSJ em que se articulam “três movimentos de dinamismo mercantil” que precisam ser potencializados (entre feirantes, fornecedores e clientes), tanto em sua sustentabilidade econômica como nas relações que estabelece com o entorno, em perspectivas ambientais e sociais.

Como uma proposta de “diferenciação atrativa”, o documento menciona as potencialidades do comércio que ocorre na FSJ, bem como o artesanato e as práticas tradicionais dos ritos afro brasileiros, e a associação da Feira à eventos culturais da Bahia e os produtos religiosos (como é possível observar em datas como a Festa de Iemanjá em fevereiro e nas proximidades de Cosme e Damião em setembro). O objetivo, portanto, seria potencializar esse comércio, atrelando-o a uma oportunidade de vivência, que vai muito além de um espaço de visita e contemplação (Brasil, 2010, p. 17).

Ainda, o texto ainda traz tópicos específicos para pensar a flexibilidade dos pequenos negócios da Feira, a tradição atacadista e os novos desafios do mercado e da gestão. Destaca-se também a preocupação com infraestrutura de transporte e infraestrutura de energia elétrica e saneamento básico no ambiente da FSJ. No documento, a preocupação com o patrimônio cultural em São Joaquim é evidente,

refletindo sobre a possibilidade de produzir um “inventário” e “repositório” da memória e da identidade cultural brasileira a partir dos bens culturais da FSJ, como é mencionado:

Bens culturais esses que a consagram como repositório da memória e, portanto, da identidade cultural brasileira. O bem cultural de natureza imaterial pode e deve ser ‘tocado’ pelas pessoas que o elegem, no sentido de ser vivenciado, experimentado e experienciado por todos os sentidos humanos. As produções culturais são passíveis de serem apropriadas pelo agrupamento social que as reconhece e legitima como identitário da sua cultura. A consciência da diversidade do patrimônio cultural brasileiro e de que muitas de suas expressões são de natureza imaterial, já estava presente nos estudos de Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo na década de 1920, cuja fundamentação teórica foi basilar para a criação de um instrumento legal que formalizasse o reconhecimento e a adequada preservação desses valores (Brasil, 2010, p. 21-22).

No documento analisado ainda há a proposta de exposição artística voltada aos feirantes e frequentadores, sob conceito de “museu de rua” a fim de “despertar o olhar [...] para a valorização, preservação e dinamização do saber popular” (Brasil, 2010, p. 22). Entretanto, vale ressaltar que ao longo desta pesquisa de dissertação não foram encontrados dados sobre a realização da exposição. Dessa forma, não é possível afirmar se essa proposta foi, de fato, efetivada.

Ainda, a proposta de intervenção foi pensada de maneira dual entre o chamado “espaço extramuros”, que corresponde à relação da FSJ ao Recôncavo baiano, a confluência da Feira entre as inúmeras linhas de ônibus que passam por São Joaquim, o fluxo de taxis, vans, veículos e pedestres que transitam pela Avenida Oscar Pontes ou o próprio Ferry Boat e que acabam interagindo com o espaço. Portanto, sob essa perspectiva, tornava-se interessante pensar estruturas reformadas para a calçada, estacionamento, melhorias para os pontos de ônibus e trânsito de pedestres.

Já o “espaço intramuros” corresponde às melhorias possíveis ao espaço da feira em si. Isto envolve desde o saneamento básico e problemas de ordem de infraestrutura e reorganização às melhores condições de trabalho dos feirantes, o maior dinamismo pretendido ao comércio e a atração de turistas e frequentadores. Previa, ainda, diversos pontos de higienização, rede de sanitários públicos, acessibilidade irrestrita e adaptação do local a todos os tipos de usuários, como banheiros adaptados, rampas e outras reformas de acordo com as normas de acessibilidade (Brasil, 2010, p. 29).

De modo geral, o documento, para além de registrar as etapas para a elaboração do plano de reformas do Projeto de Requalificação da Feira, ressalta por várias vezes a urgente necessidade do reconhecimento da FSJ enquanto patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN.

3.5. Etapas do Projeto de Requalificação

A Requalificação da Feira de São Joaquim, coordenada pela CONDER, em sua primeira etapa de reformas, visava modernizar e reorganizar a tradicional feira de Salvador, preservando sua importância cultural e comercial. O projeto incluía a construção de novas estruturas, melhorias na infraestrutura e saneamento, e criação de áreas de convivência. Também estavam previstas ações para regularização e capacitação dos comerciantes. A iniciativa buscava proporcionar melhores condições de trabalho e atrair mais visitantes, fortalecendo a economia local, conforme é apresentado no site da Conder³¹.

A fim de compreender melhor as etapas das obras de interferência na FSJ, pode-se recorrer ao documento “Apresentação do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim”. Os dados apresentados no documento, disponível no site da CONDER, são do ano de 2010, quando foi realizado o levantamento prévio para dar início ao plano de reformas do Projeto de Requalificação.

O documento inicia-se mostrando a importância da Feira enquanto um local cultural e para a memória da cidade de Salvador. Logo após, mostra a relação da Feira de São Joaquim com a cidade de Salvador, elucidando, principalmente, sua ligação com os terreiros de candomblé e as rotas de circulação de ônibus.

Após a apresentação socioeconômica da feira, são apresentados dados relevantes sobre o cenário de São Joaquim à época, anteriores às reformas. Conforme o documento, a FSJ contava com 2.215 unidades de estabelecimentos, sendo 1.339 unidades de boxes e 875 unidades de bancas (não fixas) (Bahia, 2010, p.15). Sobre as categorias de atividades destacadas no documento, pode-se visualizar:

³¹Requalificação da Feira de São Joaquim. **CONDER Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia**. Governo do Estado da Bahia. Projetos. Salvador, 21 de ago. de 2028. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/index.php/biblioteca/requalificacao-da-feira-de-sao-joaquim>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

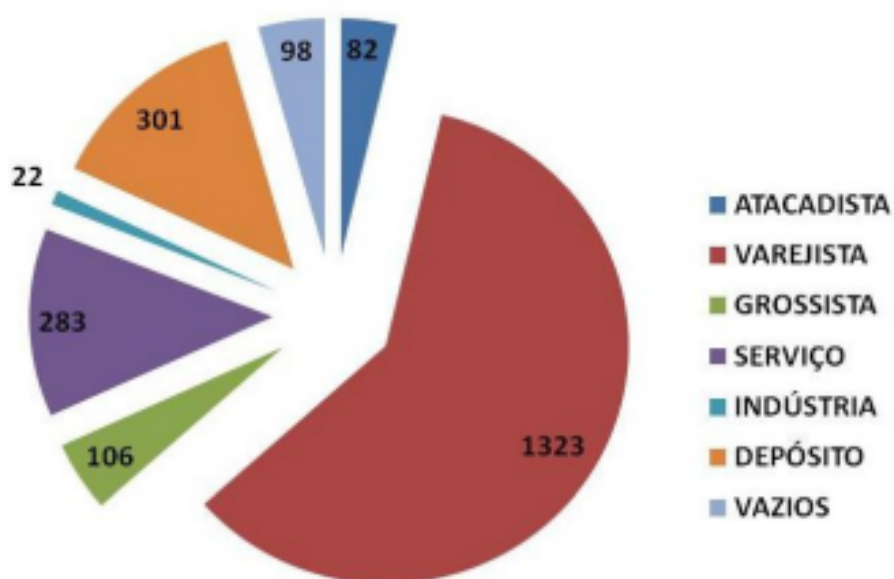
Quadro 1: Categorias de Atividades da Feira de São Joaquim (2010).

CATEGORIA	UNIDADES
Atacadista	82
Varejista/Retalho	1.323
Serviço	283
Indústria	22
Depósito	301
Grossista	106
Vazios	98
TOTAL	2.215

Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Ainda, a visualização das categorias de atividades da FSJ pode ser feita através do gráfico a seguir:

Gráfico 1: Gráfico síntese Categoria de Atividades.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

No levantamento realizado pelos agentes coordenados pela CONDER, no que diz respeito às atividades predominantes, os dados de 2010 divulgados no documento demonstram que, mesmo de forma indireta, o comércio da FSJ é, em grande parte, movido pela religiosidade afro-brasileira. Por exemplo, nas visitas realizadas à Feira ao longo da realização desta dissertação, foi possível observar que os mais variados boxes fornecem produtos variados para as ritualísticas presentes nos terreiros de Candomblé e Umbanda.

Exemplos como: animais vivos, hortaliças e ervas, artesanato e vestimentas estão direta ou indiretamente ligadas ao fluxo comercial de abastecimento das religiões afro-brasileiras. A feira abrange uma ampla gama de atividades comerciais, categorizadas da seguinte forma. Observa-se em números no Quadro 2:

Quadro 2: Atividades Predominantes na Feira de São Joaquim.

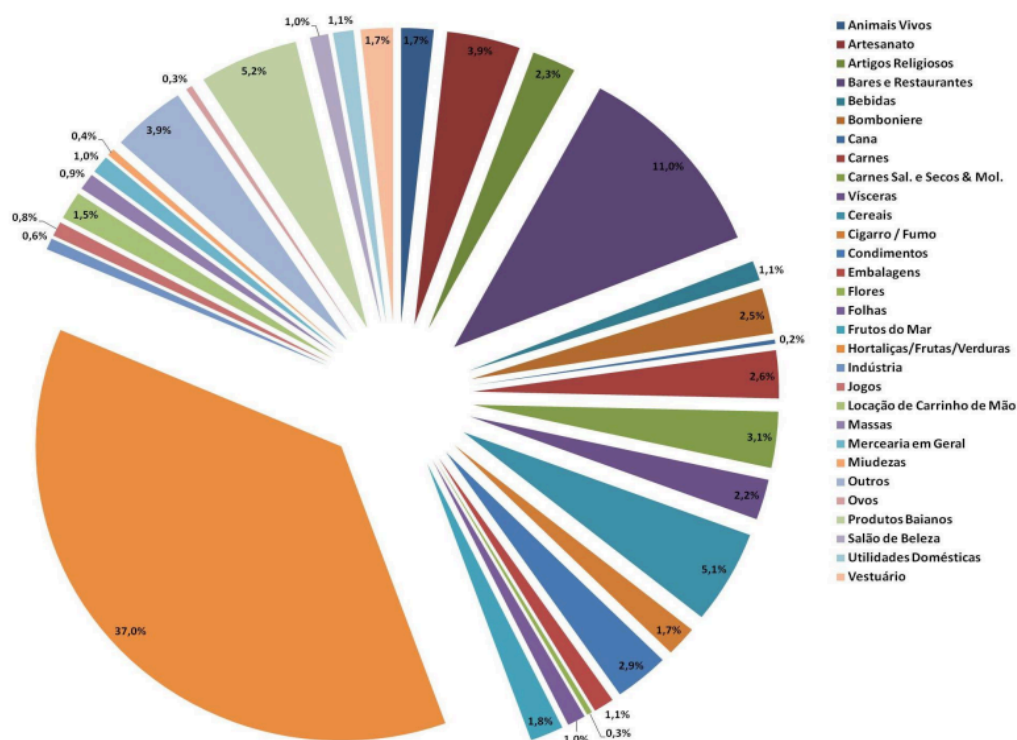
ATIVIDADES PREDOMINANTES	BOXES QTDE	BANCAS QTDE	TOTAL QTDE
Animais Vivos	017	013	030
Artesanato	035	033	068
Artigos Religiosos	034	007	041
Bebidas	019	000	019
Bombiniere	044	000	044
Cana	000	004	004
Carnes	025	021	046
Carnes Sal/Secos Molh.	020	034	054
Vísceras	000	039	039
Cereais	063	027	090
Cigarro/Fumo	004	025	029
Condimentos	015	036	051
Embalagens	007	012	019
Flores	005	000	005
Folhas	007	010	017
Frutos do mar	028	003	031

Hortaliças/Frutas/Verduras	218	431	649
Massas	000	005	005
Mercearia em Geral	015	002	017
Miudezas	000	007	007
Outros	029	018	047
Ovos	006	000	006
Produtos Baianos	060	032	052
Utilidades Domésticas	006	013	019
Vestuário	007	023	030

Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

A observação das atividades da FSJ pode ser feita através do gráfico 2:

Gráfico 2: Categoria de Atividade da Feira de São Joaquim.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

O projeto de requalificação incluiu a expansão da área da feira e a melhoria das instalações físicas. A área total ocupada pela feira passaria a ser de 44.802,26 m², com uma área construída de 28.650,28 m², distribuída entre o térreo e o primeiro pavimento. A nova feira prevista no documento visava 1.349 boxes, com 923 construídos novos e 426 reformados, além de um aumento significativo na área de boxes a demolir.

No que diz respeito aos dados referentes à área da FSJ no levantamento prévio realizado pela CONDER, o documento declara sobre a área ocupada: a) área da Feira atual (antes da Requalificação): 38.495,26m²; b) Área cedida pela CODEBA: 5.000,00m²; c) Área cedida pela TWB/SEINFRA³²: 382,52m². A meta da área da nova feira (após a requalificação) era de 44.802,26m².

I. Área construída:

- Área cadastrada em 2010: 25.064,08m²
 - 1º Pavimento: 6.800,96m²
 - Térreo: 18.263,12m²
 - Meta: Área da nova feira (Requalificada): 28.650,28m²
 - 1º Pavimento: 9.493,22m²
 - Térreo: 19.157,51m²

II. Área de boxes a demolir:

- A demolir: 10.995,56m²
- Boxes:
 - N.º de boxes cadastrados 1.339 und.
 - N.º de boxes a demolir 898 und.
 - N.º de boxes a reformar 426 und.
 - N.º de boxes a construir 923 und.
 - N.º total de boxes da nova feira 1.349 und.

A disposição dos boxes da FSJ, bem como os principais setores visados pela Requalificação (Setor de hortifrutí, galpão de carnes e vísceras e galpão de frutos do mar e animais vivos) podem ser observados na ilustração a seguir:

³²Concessionária TWB que estava sob a administração do sistema ferry boat do Terminal Marítimo de São Joaquim, ao lado da FSJ, poder concedido por meio da Secretaria da Infraestrutura (Seinfra).

Figura 4: Atividades da Feira de São Joaquim.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

A proposta era de estender as melhorias da Requalificação de modo que toda a FSJ fosse beneficiada pelas coberturas, como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5: Cobertura - Projeto de Intervenção da FSJ.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 6: Cobertura dos corredores principais - Projeto de Intervenção da FSJ.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

As obras da Primeira Etapa da Requalificação não conseguiram contemplar todas as fases de reformas da proposta. Dessa forma, a Primeira Etapa da Requalificação foi executada entre os anos de 2012 e 2015, tendo entregue cerca de oito mil metros quadrados requalificados, conforme as informações disponibilizadas pela Conder, correspondentes a cerca de 30% da área total.

As obras da Primeira Etapa, para além da reforma da área da enseada, contemplou também o cais para embarcações de turismo e de carga, além do espaço com restaurantes, boxes e bancas para comércio de frutos do mar, artesanato e artigos religiosos.

Algumas melhorias visíveis podem ser observadas na Figura 7 quando comparadas às fotografias anteriores à requalificação e ao ambiente após a realização da primeira etapa das obras, conforme foi atestado nas visitas ao campo de pesquisa.

Figura 7: Frente da Feira anterior à Requalificação.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 8: Maquete virtual - Frente da Feira proposta na Requalificação.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 9: Corredor principal da entrada da FSJ.



Fonte: Heloisa Falquete. Janeiro de 2021.

Figura 10: Visão do corredor central.



Fonte: Heloisa Falquete. Janeiro de 2021.

Nas Figuras 9 e 10 é possível observar a cobertura do corredor central da FSJ, bem como a presença de iluminação e maior organização do espaço. No

entanto, a cobertura não abrange a universalidade do espaço da feira, já que as obras da Primeira Etapa não contemplaram todo o espaço. É possível observar:

Figura 11: Corredores não contemplados pela Primeira Etapa da Requalificação.



Fonte: Heloisa Falquete. Janeiro de 2021.

Na Figura 11, ao observar as imagens é possível perceber a dualidade existente entre a parte requalificada, a “nova feira”, minoritária e beneficiada pelas reformas, e a parte não requalificada, a “feira antiga”, espaço majoritário e não contemplado pelas obras. É possível levantar algumas possibilidades a respeito dessa dualidade: a) a parte requalificada aparenta ser mais atraente aos frequentadores e, sobretudo, aos turistas; b) enquanto a parte minoritária dispõe de cobertura, iluminação e outros fatores de infraestrutura, a parte majoritária fica à margem das melhorias e em risco de acidentes envolvendo a disposição na qual está distribuída.

Figura 12: Fundo da feira: maquete virtual de estudo e situação antes da Requalificação.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 13: Fundo da feira após a Requalificação.



Fonte: Feira de São Joaquim. Calçada. Salvador Bahia. Foto de Amanda Oliveira. Salvador da Bahia. Prefeitura Municipal de Salvador. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/experiencias/feira-de-sao-joaquim-2/>. Acesso em: 23 de Jul. 2024.

Ao longo das visitas ao trabalho de campo foi possível observar que um dos espaços que visualmente mais se transformou a partir das reformas foi o

fundo da feira. O atual cenário é marcado pela presença de bares e restaurantes e um píer com vista para a Baía de Todos os Santos. Ao que parece, constitui a parte mais “atrativa” para os turistas e visitantes.

Um setor que merece destaque pela mudança percebida é a entrega do projeto de intervenção do galpão de frutos do mar. Como pode ser percebido na imagem a seguir, o setor contava com pouca infraestrutura, sem acesso à água encanada e iluminação adequada. Atualmente o espaço, após as reformas, conta com torneiras, água encanada e demais instalações que modificaram o ambiente de pescados.

Figura 14: Frutos do Mar na FJS antes da Requalificação.



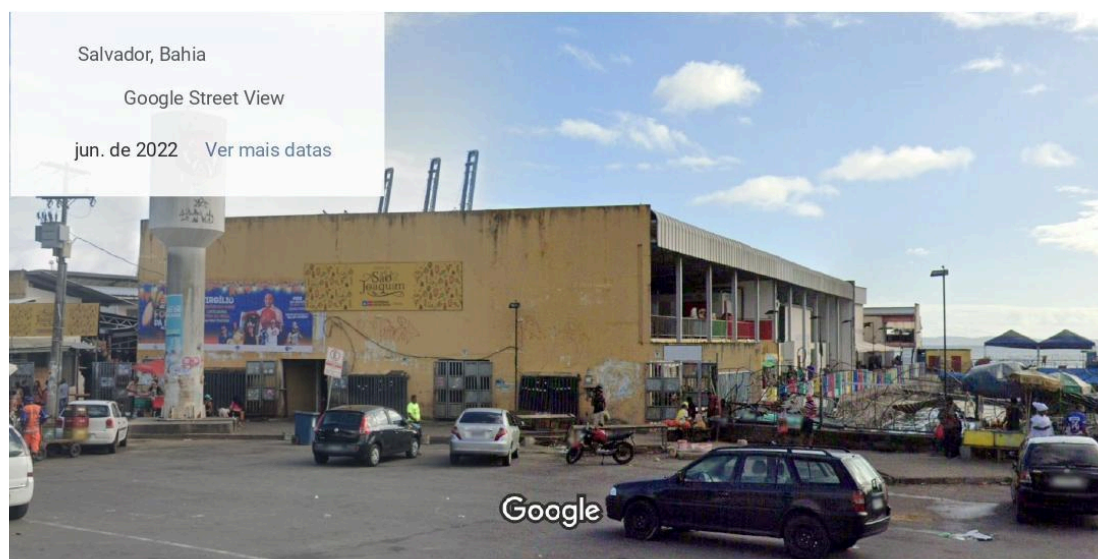
Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 15: Projeto de Intervenção - Setor de Frutos do Mar da FJS.



Fonte: Cadastro CDM/CONDER - BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim. 2018.

Figura 16: Galpão de frutos do mar após a Requalificação.



Captura da imagem: jun. de 2022 © 2024 Google

Fonte: Google Maps. Captura da imagem em Jun. de 2022.

Como é possível observar a partir da imagem de satélite, a fachada do setor de frutos do mar aproxima-se bastante da proposta de intervenção apresentada no documento da CONDER.

A requalificação, conforme os documentos analisados, visava proporcionar um ambiente mais organizado e seguro tanto para os comerciantes quanto para os

consumidores. As metas de melhorias incluem melhores condições sanitárias, acessibilidade aprimorada, e espaços mais adequados para o armazenamento e comercialização de produtos. Isso visa não apenas a modernização da infraestrutura, mas também a valorização cultural e histórica da feira, fortalecendo a economia local e incentivando o turismo.

No que diz respeito ao impacto econômico, a modernização da feira tem um impacto significativo na economia local, proporcionando melhores condições para os comerciantes e atraindo mais visitantes. Como já mencionado, a feira é um importante polo de comercialização de produtos regionais, e sua requalificação tem o potencial de aumentar as oportunidades de negócio, melhorar a renda dos feirantes e dinamizar a economia da região, desde que operada visando a preservação da feira enquanto um patrimônio cultural, respeitando suas dinâmicas históricas, sociais e modos de manifestações culturais.

Vale ressaltar que, analisando os documentos, é possível perceber que o cronograma de execução das reformas parece ter sido pensado de modo a reduzir os impactos sobre o comércio dos feirantes. Dessa forma, o projeto foi dividido em várias fases para minimizar o impacto nas atividades dos comerciantes durante as obras. As etapas incluíram a demolição de estruturas antigas, a construção de novas áreas e a reforma das existentes. A organização das etapas permitiu a continuidade das atividades da feira, garantindo que os comerciantes pudessem operar com o mínimo de interrupções.

Conforme o documento da Conder, a requalificação da Feira de São Joaquim é apresentada como um exemplo de tentativa de intervenção urbana que alia “modernização” e preservação cultural. As melhorias estruturais e organizacionais visam garantir a sustentabilidade e a relevância da feira, beneficiando tanto os comerciantes quanto a população local.

3.6. Cenário atual da Feira de São Joaquim

Vale destacar, como já mencionado anteriormente, que as discussões sobre a necessidade de empregar reformas no ambiente da FSJ iniciaram-se na primeira década dos anos 2000. Isso significa que, na prática, a FSJ aguarda há pelo menos mais de uma década pela finalização da reforma. A realização da Primeira Etapa trouxe melhorias visíveis para o ambiente da feira e para a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias. Entretanto, a área entregue não corresponde à principal

meta estipulada nos documentos norteadores analisados por essa pesquisa, que almejavam a reforma global da Feira de São Joaquim e a melhora em sua infraestrutura.

Há nove anos as últimas obras foram entregues e, somente no ano de 2024, foram autorizados os recursos para dar continuidade às reformas e iniciar a Segunda Etapa da Requalificação da Feira.

Matéria publicada³³ recentemente a fim de discutir a demora no início da nova fase de reformas chama atenção ao mencionar a feira como uma “memória de incômodo”, levando em consideração seu histórico de resistência desde o seu surgimento, na década de 1930, e o enfrentamento de dois incêndios supostamente acidentais que ainda hoje levantam discussões entre os feirantes mais antigos. A matéria relembra:

Apesar da bagunça organizada ser uma das características da feira, consumidores e parte dos feirantes cobram requalificação para garantir segurança e infraestrutura. A espera já passa dos 12 anos. Em 2011, um projeto de revitalização coordenado pela Secretaria de Turismo da Bahia (Setur) foi apresentado e dividido em três partes. A primeira foi concluída em 2016, com dois anos de atraso. Foram feitos serviços de pavimentação, drenagem, instalações elétricas e hidráulicas e reconstrução dos boxes, mas em apenas 30% da feira. O restante continua sofrendo com descaso do poder público. (Metro1, 2023).

Ao entrevistar o presidente do Sindfeira, Nilton Ávila, conhecido como o “Gago”, podemos pensar nas melhorias advindas das reformas e vislumbrar o futuro da FSJ requalificada e valorizada. Isto porque a requalificação é um passo importante, mas não único na valorização do espaço, já que os feirantes cobram pela valorização da FSJ como bem cultural. Através de matéria podemos perceber que:

Entre os feirantes, não existe unanimidade sobre as obras. Presidente do Sindfeira (Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador), Nilton Ávila - o Gago da Feira - reconhece isso. Mas ele também não tem dúvidas de que, como está, os dias da feira estão contados. Segundo Gago, os 30% já requalificados têm mostrado resultado. Se antes os turistas iam só visitar, hoje já param para consumir. E é isso que os comerciantes precisam. “Não queremos elitizar, nosso público é da Cidade Baixa e o povo do Axé. Mas atrair turistas também é uma necessidade, porque éramos o centro de abastecimento da cidade, mas já existem outros pela cidade”, avalia. Mas a requalificação não é a única solução. Os feirantes cobram capacitação e valorização do espaço como local cultural. E apesar do pessimismo com relação ao futuro, eles sabem que feira é local de resistência. Seja de uma

³³Bamberg, Mariana. Esquecida na calçada: Símbolo cultural de Salvador, Feira de São Joaquim espera há 12 anos conclusão de requalificação. **Metro1**. Salvador, 10 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/139683,esquecida-na-calçada-simbolo-cultural-de-salvador-feira-de-sao-joaquim-espera-ha-12-anos-conclusao-de-requalificacao>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

identidade, de tradições e até resistência à indiferença do poder público. (Metro1, 2023).

Somente no ano de 2023 o poder público parece voltar-se novamente para a Feira. Após publicação no Diário Oficial do Estado (DOE)³⁴, foi aberta a licitação em 4 de dezembro de 2023 para empresas interessadas em atuar nas obras da segunda etapa da requalificação da Feira de São Joaquim.

A Segunda Etapa, assim como a primeira, também será realizada por meio da Secretaria de Turismo (Setur-BA), tendo como execução responsável a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder-BA). As intervenções representam um investimento de mais de R\$40 milhões, com recursos dos governos estadual e federal.

No dia 17 de Março de 2024, o então governador Jerônimo Rodrigues autorizou o início da segunda etapa das obras de requalificação, assinando a ordem de serviço cuja previsão das reformas é de cerca de dois anos. Conforme apresentado pela Conder³⁵, a nova etapa visa:

O projeto de requalificação inclui a construção de um galpão de carnes e vísceras, 16 blocos de comércios variados, estacionamento e uma via perimetral, com calçamento, na borda da Baía de Todos-os-Santos. A previsão é de que, nesta segunda etapa, os serviços durem 20 meses. Serão entregues 407 boxes, 116 bancas e 53 pallets totalmente renovados. Ao todo, serão mais de nove mil metros quadrados de área requalificada, iniciando da parte já reformada, seguindo em direção ao ferry-boat. O investimento ultrapassa R\$ 41,2 milhões. Os mais variados produtos, como ervas, frutas e verduras, além itens religiosos, roupas, artesanatos e objetos de decoração, continuarão a ser vendidos, porém em outra estrutura. (CONDER, 2024).

Para evitar a interrupção das atividades da feira durante as obras, foi construído o Galpão Água de Meninos para abrigar temporariamente os permissionários. A preparação deste galpão, que receberá os feirantes provisoriamente, contou com um investimento de R\$4 milhões. Esse valor também

³⁴Governo do Estado abre licitação para a segunda etapa da requalificação da Feira de São Joaquim. **Secretaria de Turismo do Estado da Bahia**. Governo do Estado da Bahia. Salvador, 23 de nov. de 2023. Disponível em:

<http://www.setur.ba.gov.br/2023/11/2599/Governo-do-Estado-abre-licitacao-para-a-segunda-etapa-da-requalificacao-da-Feira-de-Sao-Joaquim-.html>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

³⁵Segunda etapa da requalificação da Feira de São Joaquim é autorizada pelo Governo do Estado. **CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia**. Governo do Estado da Bahia. Equipamentos e Qualificação Urbanística. Salvador, 17 de março de 2024. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/noticias/2024-04-17/segunda-etapa-da-requalificacao-da-feira-de-sao-joaquim-e-autorizada-pelo#:~:text=O%20projeto%20de%20requalifica%C3%A7%C3%A3o%20inclui,os%20servi%C3%A7os%20durem%2020%20meses>. Acesso em 10 de jun. de 2024.

foi utilizado para ampliar a via de acesso ao ferry-boat, adicionando duas faixas extras e ajudando a organizar a fila de carros no terminal.

Em visitas de campo realizadas em 2022 já era possível observar a estrutura sendo finalizada para alojar os feirantes temporariamente, como pode ser observado:

Figura 17: Galpão Água de Meninos - Vista lateral.



Fonte: Heloisa Falquete, Julho de 2022.

A foto acima, realizada em uma das visitas ao campo, em Julho de 2022, refere-se ao Galpão Água de Meninos, espaço provisório que abrigará os feirantes deslocados por conta da Segunda Etapa da Requalificação.

Figura 18: Galpão Água de Meninos - Vista da fachada.



Fonte: Heloisa, Falquete, Julho de 2022.

Dessa forma, ao longo dos próximos meses de 2024 e 2025 a FSJ passará novamente por reformas em seu ambiente, visando melhorias em sua infraestrutura. No entanto, no que diz respeito à solicitação de reconhecimento espaço enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro junto ao IPHAN, o pedido de registro ainda continua na lista de Bens Imateriais em Processo de Instrução para Registro, sem novas atualizações a respeito do possível reconhecimento a nível federal. Sabe, portanto, que as reformas são imprescindíveis para a manutenção do espaço da feira, porém, o reconhecimento (registro) é uma das formas de pensar a continuidade sociocultural e das manifestações culturais intrínsecas à dinâmica de São Joaquim.

Em relação às propostas indicadas no documento “Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim: referencial de memória, cultura e resistência” no que diz respeito à promoção de atividades que divulguem e promovam a esfera cultural da Feira, pouco se observou, ao longo da pesquisa, a prática de tais metas a partir do incentivo em âmbito institucional. A Feira passará por uma nova etapa de reformas,

entretanto, os objetivos ambiciosos - e necessários para a manutenção da Feira - como a acessibilidade, a sustentabilidade e a infraestrutura ainda são minoritárias no ambiente de São Joaquim.

4. A RESISTÊNCIA DA FEIRA: ENTRE O FOGO, A ÁGUA, O COMERCIAL E O CULTURAL.

A grande cidade está ali, na feira-livre. A fisionomia mais verdadeira. Todos os detalhes. Os gestos. As movimentações. Todo esse bárbaro, desordenado e vivo dinamismo. E no meio dos homens se empurrando [...] das raças que vieram de longe e se fundiram, o calor forte, o calor do Brasil, batendo no chão e despedaçando a felicidade das coisas (Costa apud Mascarenhas, 1991, p.19).

Partindo do princípio de que as reflexões sobre cultura são inerentes aos estudos do campo social, capazes de fornecer reflexões satisfatórias sobre as mais diversas expressões da vida, considerando a ideia de que “o homem é essencialmente um ser de cultura” (Cuch, 2011, p. 09) a Feira de São Joaquim, nas suas expressões simbólicas e materiais, insere-se enquanto cenário de investigação desta pesquisa, que visa analisar seu Projeto de Requalificação, bem como os seus limites deste para salvaguardar a esfera cultural da Feira de São Joaquim. A apresentação do campo de pesquisa, bem como o histórico e as implicações da Requalificação enquanto política pública serão apresentados ao longo deste capítulo.

4.1 Cultura, história e memória: A Feira do povo

Como já argumentado até aqui, esta pesquisa aborda a importância histórica e simbólica da Feira de São Joaquim, destacando a necessidade de políticas públicas para salvaguardar a estrutura e os significados que dão sentido ao o patrimônio cultural que representa a Feira. Analisando os limites do Projeto de Requalificação, em manter a dinâmica sociocultural do bem, especialmente considerando sua indicação como patrimônio imaterial brasileiro, é preciso estabelecer uma relação de manutenção da memória da feira. Desta forma, alguns apontamentos são realizados no que diz respeito ao entendimento da FSJ como a “feira do povo”.

A dinâmica de São Joaquim integra parte de um fenômeno de longa data, da manifestação de dinâmicas do passado colonial, dos fluxos e refluxos portuários e da diáspora africana em solo brasileiro. A presença de elementos do passado colonial, sobrepostos e ressignificados em sua constituição atual na condição metropolitana, continuam resguardando componentes da memória da cidade de

Salvador e da cultura afro-brasileira. A Feira de São Joaquim, localizada na beirada de uma cidade comercial, assim como tantas outras feiras e mercados estabelecidos na borda soteropolitana, teciam, enquanto posto comercial, estreitas relações com o Recôncavo baiano (Souza, 2010, p. 15).

Podemos pensar que desde a antiguidade, os mercados públicos e as feiras livres estão presentes nos centros urbanos, visto que se trata de “manifestações culturais complexas que são características de cada cidade e onde cada povo apresenta e exhibe sua produção, sua arte, sua cultura, sua cara” (Bonamichi, 2013, p. 15). Desta forma, podemos dizer que as populares feiras livres “possibilitam acesso democrático a um território onde parte da cultura popular se funde e se mostra como em uma vitrine” (idem).

O fenômeno das feiras livres representam, para além das trocas comerciais, espaços importantes de sociabilidade: “são atividades de base econômica, mas que muito transcendem a esfera comercial; são espaços de mobilidades comerciais e sociais onde se erguem redes de sociabilidades” (Morais; Araújo, 2006, p. 247). Fruto dos processos de urbanização, no entanto baseadas nos aspectos colonial, Mascarenhas (2008), atesta que:

O processo de territorialização destas modalidades populares de comércio se consumou através das muitas décadas de uma urbanização acelerada, porém baseada em muitos aspectos no modelo colonial. A manutenção de um traçado aparentemente irregular, próprio da colonização lusitana, repleto de ruas estreitas e dotado de poucos espaços amplos, resultou na configuração de uma trama congestionada e ruidosa de pontos de comercialização varejista. (Mascarenhas, 2008, p. 07).

Tendo o fenômeno aparecido ainda no período colonial, é preciso destacar que os ideais de civilidade e modernização, sobretudo do século XX, conflitavam com a permanência das feiras africanas e outras práticas de comercialização nas ruas das cidades. Mascarenhas (2008) destaca este conflito a partir do Projeto de Pereira Passos, no Rio de Janeiro (RJ), entretanto, podemos observar processo semelhante na cidade de Salvador e os projetos de modernização de sua cidade, visto que, num processo de expansão, o modelo carioca foi adotado também por outras cidades brasileiras, entre as quais, Salvador (Nascimento, 2000, p. 34).

No lugar de comércios tidos como desordenados, procurando, portanto, banir tais usos, desterritorializando formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias. Tais reformas priorizavam a construção de mercados cobertos, com certo

grau de disciplina e passível de controle (Mascarenhas, 2008, p. 11). Entretanto, as feiras persistem ao passar do tempo, como é o caso da Feira de São Joaquim, como importantes espaços de sociabilidade e trocas culturais. Podemos pensar que as feiras-livres correspondem a:

[...] territórios propícios para a manifestação de tipos informais de sociabilidade. Trata-se de mercados inteiramente abertos e atraentes, convidativos, coloridos em aroma e paladar e atraem pessoas pertencentes às mais diversas classes econômicas e sociais. A possibilidade de 17 pechinchar, discutir o preço com o freguês; a feira é como um espaço de resistência cultural frente ao avanço das relações impessoais que são impostas à cidade. “Os interesses do capital condicionam a vida moderna, através do chamado urbanismo progressista, onde a racionalidade estética se sobrepõe à tradição cultural [...]” (Mascarenhas, 1991, p. 20).

Dessa forma, podemos afirmar que a formação das feiras-livres em Salvador relacionam-se com o passado colonial e pós-colonial em que a função do porto constituiu-se primordial para sustentar a economia e as relações comerciais. A entrada da população escravizada africana, advinda do tráfico dos navios negreiros, as manufaturas do mercado internacional ou mercadorias de outras regiões do Brasil, para além da intensa entrada de produtos advindas da produção rural do Recôncavo baiano, possibilitaram o aparecimento de atividades econômicas ligadas ao comércio varejista, como as feiras-livres, vendedores ambulantes e camelôs. Conforme Mattoso, “[...] devemos ainda acrescentar o número infinito dos feirantes e vendedores ambulantes de toda espécie que levavam aos bairros residenciais e até a porta das casas dos fregueses, as iguarias comestíveis e os bens mais duráveis” (p. 252).

A cidade de Salvador não chegou a possuir uma produção rural capaz de abastecer seu mercado consumidor. Dessa forma, o abastecimento dependia essencialmente das feiras e dos mercados locais (Mattoso, 1979, p. 260). Salvador se constitui a partir da grande importância exercida pelas feiras, pelos mercados populares e pelo porto de maneira geral. Daí a possibilidade de afirmar que as feiras livres apresentam riquezas e pluralidades, bem como conhecimentos e culturas acumuladas que sobrevivem frente às mudanças do tempo e do espaço da cidade, bem como as transformações políticas, econômicas e sociais. Para Mattoso (1979), “vender era, de longe, o ofício mais praticado na Salvador do século XIX” (p. 490). Na imagem abaixo, podemos observar a fluxo de saveiros e trabalhadores nos antigos portos e mercados portuários na cidade de Salvador:

Figura 19: Fluxo de saveiros e trabalhadores na região portuária.



Fonte: VERGER, Pierre. Retratos da Bahia (1990, p. 170).

A região da “Cidade Baixa” historicamente protagonizou o embarque e o desembarque dos navios, da produção agrícola do Recôncavo e os fluxos e refluxos da população africana escravizada. Espaços como o Cais da Cidade Baixa, a Rampa do Cais ou a Rampa do Mercado, constituíram o aparecimento de uma “paisagem própria” de trocas comerciais (Santos, 2008, p.75) e do surgimento, aos arredores da atividade portuária, das feiras livres e do comércio ambulante varejista.

A predominância da população negra em tais espaços – transformando-os também em espaços simbólicos de trocas – revela as características da história da cidade de Salvador em função do processo de diáspora africana (Verger, 1987, p. 513). As expressões da cultura popular nos locais ocupados pelas camadas populares, como é o caso da capoeira e sua relevância para a dinâmica da cidade de Salvador, que já podia ser observada nas diversas fotografias realizadas por Pierre Verger (1990) na década de 1940. A prática da capoeira - que envolve

corporeidade, luta, dança, oralidade e musicalidade - é considerada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em sessão realizada no ano de 2014.

A capoeira expressa a resistência africana e negra no Brasil durante a escravidão e seu reconhecimento como patrimônio reforça o valor desta herança cultural afro-brasileira para a formação do povo brasileiro. Em Salvador, o “Forte da Capoeira”, localizado no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, às proximidades do Pelourinho, é exemplo de projetos de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos patrimônios de natureza imaterial. O espaço abriga escolas de capoeiras, para além de eventos temáticos e a sabedoria popular advinda dos mestres. O processo de reestruturação é mencionado por Oliveira Neto (2019), apontando que o Registro da Capoeira foi acompanhado pelo processo de reestruturação do Forte para abrigar eventos e escolas de capoeira.

A capoeira brasileira, filha de pais africanos, que surge no contexto da escravidão³⁶, pode ser observada nos espaços ocupados pelas camadas populares. O espaço das feiras e dos mercados portuários também historicamente abrigaram as mais diversas manifestações afro-brasileiras na cidade de Salvador, como o samba de roda, a própria capoeira, os preparativos para as festas populares do extenso calendário de festividades de Salvador, etc., como ser observado nos registros fotográficos de Pierre Verger (1990).

Na Figura 20, o cenário portuário pode ser visualizado enquanto palco das manifestações culturais, para além das trocas mercantis:

³⁶Conforme mencionado por Granada (2020), a capoeira pode ser compreendida para além de uma forma de resistência surgida e praticada no contexto quilombola enquanto arma contra a opressão colonial. Tendo seu surgimento no contexto do Brasil escravocrata, também é possível compreender a prática da capoeira como uma prática urbana, de uma identidade grupal e um recurso de afirmação e defesa pela vida no contexto da escravidão (p. 09). Podemos dizer que “durante todo o século XIX, a questão da escravidão permaneceu primordial e suscitou posições diferentes por parte das elites da nova nação, na qual os negros eram amplamente mais numerosos do que os brancos” (Granada, 2020, p. 09-10).

Figura 20: Capoeiristas no Cais da Cidade Baixa.



Fonte: VERGER, Pierre. *Retratos da Bahia* (1990, p. 94).

Outro exemplo de como o extenso calendário de festas populares da cidade de Salvador aquece o comércio na Feira de São Joaquim pode ser observado no mês de Setembro em que se comemora o dia de São Cosme e Damião, sincretizado³⁷ a Ibeji, que são divindades gêmeas da cultura iorubá, presentes no Candomblé. O prato típico para a festividade do dia 27 e que se estende por todo o mês de Setembro e Outubro, em que se comemora o Dia das Crianças, é o Caruru³⁸,

³⁷O 'sincretismo', ou seja, a mistura de crenças e culturas que acompanha as festas religiosas na Bahia, constitui-se objeto de estudiosos no assunto, abordando o tema a partir de diversos conceitos, "desde mistura, dualidade, justaposição, associações e equivalência de divindades (Nina Rodrigues) e sincretismo (Artur Ramos), para analisar as heranças africana e portuguesa na cultura e religião no Brasil" (Couto, 2015, p. 129). O catolicismo popular, como podemos pensar a data de São Cosme e Damião e o sincretismo aos Ibejis, "está fortemente marcado por sentimentos, atitudes e valores que procedem de matriz africana" (Serra, p. 242, 2015).

³⁸As celebrações de Cosme e Damião teriam começado ainda no período colonial. A partir do sincretismo religioso, que fez com que os santos católicos fossem cultuados também entre o povo de santo, a data tornou-se uma referência aos orixás Ibejis, também conhecidos como "erês" no Candomblé e na Umbanda, embora haja diferenças no culto, são representados como "orixás crianças". Apesar do mesmo nome, é preciso destacar que há diferenças entre o caruru aos Ibejis do candomblé e o caruru consumido na culinária baiana. Conforme explica Angélica Moreira, ekedi do Ilê Axé Opó Afonjá (Salvador - BA), "o caruru aos Ibejis reúne as comidas de todos os orixás, por isso, além do caruru, precisa ter vatapá, arroz branco, feijão preto, inhame, milho branco, acarajé, abará,

preparado a partir do quiabo e outros elementos da Comida de Santo. As festas movimentam a dinâmica de São Joaquim. A procura por quiabo e outros ingredientes fazem da Feira o local apropriado para os preparativos religiosos³⁹.

Figura 21: Cesto de quiabo na Feira de São Joaquim.



Fonte: Heloisa Falquete. Janeiro de 2021.

A atual composição da Feira de São Joaquim começou a se desenhar ainda na década de 1930. Enquanto uma feira móvel, funcionava nas proximidades do

cana, xinxim de galinha, banana frita e farofa de dendê. Como são erês, ou seja, crianças, tem que ter pipoca, rapadura e balas, de preferência de mel". A entrevista e as informações a respeito da oferenda podem ser encontrados em: A TRADIÇÃO do caruru: conheça a história do prato oferecido aos orixás. Jornal Correio, Salvador, Bahia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-tradicao-do-caruru-conheca-a-historia-do-prato-oferecido-aos-orixas/>. Acesso em: 23 Set. 2022.

³⁹Como podemos ver em: PROCURA por ingredientes para fazer tradicional caruru em Salvador aumenta no mês de São Cosme e Damião. G1. TV Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/09/10/procura-por-ingredientes-para-fazer-tradicional-caruru-em-salvador-aumenta-no-mes-de-sao-cosme-e-damiao.ghtml>. Acesso em: 23 Set. de 2022.

Ainda: Caruru já aquece vendas nas feiras. Tribuna da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/l19991/caruru-ja-aquece-vendas-nas-feiras>. Acesso em: 23 Set. de 2022.

Armazém das 7 Docas, no Comércio, ficando então conhecida como “Feira do Sete”. A partir das propostas do projeto de modernização do Porto de Salvador, os feirantes tiveram que deixar o local, passando a ocupar outra região, a poucos metros de distância. Nascia, ali, a Feira de Água de Meninos (Bahia, 2009, p. 85). Há, ainda, relatos de jornais da época sobre um incêndio repentino que teria, portanto, acelerado a mudança da Feira do Sete para a região de Água de Meninos.

Nesse sentido, podemos dizer que a atual composição da Feira de São Joaquim é a cristalização das heranças simbólicas e materiais dos espaços de trocas e convivências portuárias. Ainda, podemos conceber a FSJ enquanto a resistência popular advinda de suas feiras antecessoras: a Feira do Sete, acometida por um incêndio repentino na década de 1930, que deu origem à Feira de Água de Meninos, também destruída por outro incêndio considerado sem explicação pelas autoridades públicas da época.

Na cidade baixa, ao longo do período colonial desenvolveram-se atividades intimamente ligadas ao porto. Mattoso (1978) constatou que “Salvador de qualquer modo permanece, ao longo do século XIX, mercado, feira, porto, lugar de trocas para populações vindas de todos os horizontes. [É um mercado] com dimensões de toda uma região [...]”. A paisagem de fascínio dos mercados portuários, entretanto, sempre foi marcada concomitantemente com o estigma relacionado à população negra, feirante e trabalhadora.

O papel desempenhado pelos mercados portuários e feiras livres pode ser pensado a partir da Feira de Água de Meninos que, nas décadas de 1940 a 1960, correspondia a um dos principais polos de abastecimento da cidade de Salvador, recebendo mercadorias como cestaria, cerâmica, gêneros alimentícios, farinha, hortaliças, verduras, animais etc. advindas de cidades próximas, sobretudo do Recôncavo e do interior baiano, como:

E de tudo ali se encontra, gêneros de todas as necessidades são mercadejados, a maioria trazida nos bojos de barcos a vela – os grandes e exóticos saveiros que fazem o comércio da Baía de Todos os Santos, ligando a capital às cidades, vilas e arraiais do Recôncavo, pontilhando o horizonte azul com seus panos enfunados, levantando em cada enseada, bosques de mastros nus. Encalhados na areia de Água de Meninos, pintados de cores cruas e vivas, tem nomes de ingênua poesia, numa mostra pura do sentimentalismo dos homens do mar. [grifos nossos] (Maia, 1951, p. 8).

Sobre seu protagonismo na cidade de Salvador, podemos pensar:

[...] umas das principais feiras nos anos 40 era a de Água de Meninos, assim chamada porque a água da baía, onde estava situada, era tão rasa que as crianças podiam banhar-se e brincar à vontade, sem perigo. A feira era particularmente animada aos sábados, quando as pessoas vinham se abastecer para a semana seguinte. Aí se vendia de tudo: louça de barro, cerâmica em geral, farinha de mandioca, todos os legumes e temperos desejáveis (Verger, 1990, p. 37).

Ainda, conforme Milton Santos, podemos dizer que:

A feira de Água de Meninos é a mais importante da cidade; espécie de feira grossista, é um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas. A da “Rampa do Mercado” exerce funções comparáveis, se bem que em escala reduzida. Essa função grossista explica-se pela proximidade do porto, onde encostam os saveiros carregados de produtos do Recôncavo [grifos nossos] (Santos, 1959, p. 84).

Paralelamente à venda dos variados produtos, o espaço da Feira tornou-se também local indissociável aos intercâmbios simbólicos da cultura afro-brasileira. O ambiente foi retratado nas artes plásticas de Héctor Caryl, nos registros fotográficos de Pierre Verger e em obras literárias como *Bahia de Todos os Santos* de Jorge Amado. Ainda, a Feira Água de Meninos compôs o cenário do filme *A Grande Feira* do ano de 1961. A feira do Cinema Novo⁴⁰, menos de três anos após estreiar na produção cinematográfica, foi tomada pelo incêndio que destruiu a estrutura física de Água de Meninos e, ressignificada sua existência, deu origem à Feira de São Joaquim.

Embora com nomes diferentes e em localização próxima, a Feira continuou constituída de povo, de trabalhadores, de axé⁴¹ e de religiosidade. Sendo assim, conforme Gazar (2019), “com 45 anos de existência, a Feira São Joaquim foi e continua sendo ativa no processo de construção identitária do povo da Bahia que

⁴⁰O Cinema Novo, movimento cinematográfico brasileiro, se tornou proeminente nas décadas de 1960 e 1970. O conteúdo das produções destaca-se pela crítica à desigualdade social no Brasil a partir da estética nacional. O filme “A Grande Feira”, lançado em 1961 e dirigido por Roberto Pires, retrata em seu enredo de ficção a vivência na Feira de Água de Meninos mediante tentativas do poder público de expulsar os feirantes da área. Coincidentemente, o filme retratou um incêndio criminoso capaz de expulsar a população feirante da área. Anos após a produção, a Feira de Água de Meninos seguiu, na realidade, o mesmo destino do cinema.

⁴¹A palavra axé é usualmente usada no contexto das religiões afro-brasileiras. Segundo os adeptos das religiões afro-brasileiras, a palavra axé é utilizada para designar vida; a força que manifesta em todo ser vivente ou coisa existente na natureza. Pode ser compreendida enquanto a energia e a força sagrada advinda dos Orixás, podendo estar relacionada também a força mística que sustenta os terreiros do candomblé. Ainda, podemos pensar o axé como “a força mágica sagrada, veiculada nas forças vivas da natureza. É o poder volitivo (vontade) do Orixá manifesto na energia nos reinos mineral, vegetal, animal, em locais e nos vários elementos simbólicos. É um poder, um princípio que permite realizar, fazer crescer e desenvolver todos os seres e coisas”. (Rivas Neto, 2020, p. 177).

passa especificamente pela sua matriz africana”, para além do aspecto comercial intrínseco às feiras, São Joaquim “com suas folhas, animais vivos, agdás, açaçás e grãos, a feira alimenta cerca de 1200 terreiros na cidade de Salvador, sendo um local chave para a perpetuação da cultura negra do estado” (Gazar, 2019, p. 06).

Na ilustração a seguir do artista plástico Héctor Carybé, podemos observar o caráter informal da feira, o improviso das barracas, o comércio dos gêneros alimentícios e a convivência por entre consumidores e feirantes:

Figura 22: Pintura “A Feira”.



Fonte: CARYBÉ, Héctor. Disponível em:

<https://www.espacoarte.com.br/obras/5159-carybe-hector-julio-paride-bernabo>. Acesso em 23 de Jul. 2024.

Se por um lado o ambiente da feira-livre constituía fonte de inspiração para artistas e pesquisadores, por outro, constantemente foi vítima do estigma e do racismo que acomete a população afrodescendente, bem como as discriminações sobre seus hábitos e costumes que historicamente predominaram na dinâmica da Feira São Joaquim e de feiras suas antecessoras. As políticas de urbanização - muitas vezes políticas com caráter higienista - de Salvador, sobretudo as reformas urbanas da Cidade Baixa realizadas no século XX, constantemente conflitaram com a ocupação da maior feira livre da cidade, favorecendo a marginalidade muitas

vezes atribuída à mesma. A título de exemplo, o geógrafo Milton Santos (2008, p. 198), em sua tese de doutorado de 1958, já alertava a respeito de que “Salvador é uma criação da economia especulativa”.

Não obstante, podemos elencar o caso do incêndio repentino que destruiu a Feira do Sete, cuja capa do “Jornal A Tarde” estampou em sua manchete o enunciado “o fogo purificador”, seguido de outros termos que exprimem o pensamento discriminatório sobre a população feirante, majoritariamente negra, bem como a necessidade de haver intervenções do poder público a fim de “higienizar”, “limpar” e “organizar” a região (Paim, 2005, p. 25).

Fato é que, mesmo após a incidência de dois incêndios de causas consideradas inconclusas, capazes de destruir as estruturas da Feira do Sete na década de 1930 e a Feira de Água de Meninos, em Setembro de 1964, a expressão da feira livre persistiu no tempo e espaço. Da resistência dos feirantes frente aos incêndios e tentativas de expulsão, emerge a Feira de São Joaquim: o nome da feira faz referência à Igreja e ao Clérigo dos Órfãos de São Joaquim, localizados em frente à enseada na qual a Feira se reorganizou e continuou realizando o abastecimento de alimentos da cidade, da mesma forma em que continuou abastecendo a cultura, às manifestações ligadas ao Candomblé, às manifestações musicais e a oferta de artesanato, sobretudo da cerâmica e da cestaria (Brasil, 2010, p. 11-12).

Vale ressaltar que, após o incêndio sobre a Feira de Água de Meninos e os consequentes danos e perdas materiais, tais como bancas, barracas e mercadorias, os feirantes em suas iniciativas decidiram realizar a ocupação da Enseada de São Joaquim, local esta propriedade da União. A ocupação foi realizada pelo movimento dos feirantes e não por uma realocação realizada pelo poder público. Sobre o incêndio, ainda é possível tentar reconstituir a memória do acontecido, em que as testemunhas afirmaram que o incêndio teria sido intencional:

No sábado, 5 de setembro de 1964, às 16h como sempre, a Feira de Água de Meninos estava com uma multidão fazendo compras[...] Naquele momento, tinha aumentado e até notava-se como se estivesse havendo um desprendimento de fumaça que, às vezes aparecia e sumia. Repentinamente, surgiu uma língua de fogo, chamuscando alguns dos presentes e logo atingiu barracas de feirantes e imediatamente dois bujões de gás explodiram. Todos já corriam gritando e alarmando: os tanques de gasolina vão explodir! Pânico total nas imediações, todos fugindo, e os ladrões da Coréia arrecadavam todo o dinheiro que tinha ficado nos caixas [...] Na quarta-feira, 9 de setembro, às 18h50m, as estações de rádio

anunciaram que um novo incêndio havia irrompido, as outras barracas foram destruídas, mas dessa vez testemunhas afirmaram que tinha sido proposital (Lima, 2006, apud Leal, 2000, p.231).

Como já mencionado, a Feira enquanto local de saberes, trocas e práticas culturais continua resguardando componentes da história e da memória da cidade de Salvador, bem como os elementos da cultura da população negra afro-brasileira que sempre ocupou os mais diversos postos nos portos, nas feiras livres e no comércio ambulante no pré e no pós-abolição.

No que diz respeito ao aspecto místico e religioso que a Feira de São Joaquim é capaz de englobar, podemos mencionar a produção do documentário “Encruzilhada”⁴², produzido no âmbito da Universidade Federal da Bahia e da Faculdade de Comunicação (FACOM), que visa ilustrar a relação existente entre a Feira de São Joaquim e o Candomblé na cidade de Salvador, atestando a relevância da Feira para a manutenção da cultura negra na Bahia. É inegável a importância da Feira de São Joaquim para a história da Bahia e da cidade de Salvador do ponto de vista da sua africanidade.

Contudo, os projetos de modernização e as medidas urbanísticas de caráter higienista e discriminatório historicamente conflitaram com a ocupação da feira livre e seus intercâmbios culturais ligados à capoeira, ao samba de roda, ao Candomblé e aos saberes populares. Ainda, as tentativas de reorganização dos espaços urbanos de Salvador, sobretudo no século XX, estenderam-se às festividades religiosas, às expressões culturais, às feiras, aos hábitos e crenças, ampliando o “projeto modernizador” à questão de raça e classe.

Conforme Edilece Couto (2015, p. 129), o século XX foi marcado por tentativas de “modificar e controlar o uso do espaço urbano, promover a moralização dos costumes e a desafricanização das ruas” soteropolitanas, visto que o projeto modernizador assumiu caráter social, cultural e religioso a partir da premissa de que para atingir a “civildade” era preciso reorganizar Salvador e seus espaços.

Entretanto, a Feira de São Joaquim pode ser vista como a resistência do que o projeto modernizador não conseguiu controlar: feirantes, consumidores, Babalorixás e lalorixás unidos por um espaço simbólico e por suas interações e trocas que perpassam o tempo e o espaço.

⁴²ENCRUZILHADA: Uma Memória da Feira de São Joaquim. Gazar, Carina; Freitas, Renata. Faculdade de Comunicação FACOM. UFBA Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1yWiHtvP5XE>. Acesso em: 23 de Jul. 2024.

A Feira de São Joaquim de hoje corresponde e se mantém enquanto referencial cultural mesmo diante das novas dinâmicas e padrões de consumo da modernidade radicalizada. Embora atualmente sua ligação estreita e direta com o Recôncavo não seja expressiva por meio das vias fluviais, São Joaquim conserva seu papel de abastecimento de caráter informal. Paralelamente, enquanto local de abastecimento de ervas, folhas, animais vivos e demais produtos ritualísticos, a FSJ abastece os diversos terreiros de Candomblé existentes na cidade que é marcada pela presença do povo de Santo⁴³.

Como já mencionado, a dinâmica de São Joaquim, para além dos mais variados gêneros de produtos comercializados, destaca-se pela ligação com as religiões de matriz africana. Salvador é a capital brasileira com maior contingente negro entre a população, em que mais de 70% dos habitantes se autodeclararam pretos e pardos segundo dados do IBGE⁴⁴, característica esta que se traduz na organização geográfica, cultural e social da cidade.

As heranças afro-brasileiras têm ligação direta com as religiões de matriz africana, marcadas por diferentes Nações – como Angola, Ketu, Jeje, Ixexá, etc. –, diferenças ritualísticas e no vocabulário. Estudo⁴⁵ realizado pelas Secretarias Municipais de Salvador, em parceria com a Universidade Federal da Bahia UFBA realizou o mapeamento e registro dos terreiros que compuseram o Programa de Valorização do Patrimônio Afro-Brasileiro, ponto de partida para ações do poder público no sentido de reconhecimento e valorização de tais espaços, como a regularização fundiária.

A cidade de Salvador conta com mais de mil terreiros registrados, destes, seis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN enquanto patrimônios culturais. A dinâmica dos terreiros de Candomblé, apesar de marcados por especificidades e diferentes fundamentos, interligam-se à São

⁴³Referência utilizada para designar os adeptos do Candomblé, religião afro-brasileira advinda dos cultos tradicionais em solo Africano a partir da crença nos Orixás. O Candomblé foi objeto de estudo de diversos intelectuais no século XX que visavam compreender a constituição da fé africana em solo brasileiro. Dentre os estudos relevantes acerca do tema, podemos citar a publicação da obra *Religiões Africanas no Brasil* (1960), de Roger Bastide. Conforme o autor, com o fim da escravidão, o Candomblé se tornou o refúgio e o apoio, uma forma possível de integração, para a população outrora escravizada.

⁴⁴Conforme o censo do IBGE com dados publicados em 2018, 8 em cada 10 moradores de Salvador são negros, ou seja, se autodeclaravam pretos ou pardos segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A população autodeclarada negra (pretos e pardos) soma 82,1% da população total da cidade.

⁴⁵Estudo disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>. Acesso em 24 de Jul. 2024.

Joaquim ao passo que a feira oferece os mais variados produtos ritualísticos. Essa ligação estreita faz com que São Joaquim seja também espaço de sociabilidade afro-diaspórica, de trocas simbólicas e local rodeado de memórias.

Como é demonstrado no documento “Apresentação do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” (Figura 23), a relação entre a Feira e os terreiros de Candomblé da cidade de Salvador pode ser observada na imagem a seguir. Em vermelho, estão localizados os terreiros de Candomblé - com dados advindos do mapeamento realizado pela UFBA - e, em laranja, a Feira de São Joaquim.

Figura 23: A Feira de São Joaquim e a cidade de Salvador.



Fonte: Documento “Apresentação do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim” (Bahia, 2018, p. 07).

O intuito do mapeamento é o de apresentar a relação entre a Feira e os terreiros de Candomblé a partir da grande movimentação das linhas de ônibus que passam por São Joaquim em seu ponto de ônibus localizado no calçamento da feira-livre. A intensa circulação de mais de cem linhas que circulam por entre o ponto de ônibus possibilita a comunicação da FSJ com a cidade de Salvador e, sobretudo, com seus terreiros de Candomblé.

Assim, podemos pensar sobre a memória e a história de São Joaquim:

Conceituada como o mais tradicional ponto de comércio para a população, a Feira de São Joaquim, dada sua importância, é um marco de referência na preservação da cultura e do consumo alimentar que se mantém vivo, apesar da diminuição da sua relação direta com o Recôncavo, e responsável pelo seu abastecimento. Um abastecimento que, por seu caráter informal, absorve toda uma cidade informal e, com ela, as práticas afro-religiosas: é o maior fornecedor para os 1200 terreiros de Candomblé. Hoje, a Feira de São Joaquim, enquanto referência cultural para a cidade de Salvador, passa por um processo de reconhecimento nacional no momento em que é indicada para ser registrada e inscrita no Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial do IPHAN (Brasil, 2010, p. 12).

A ocupação da região da enseada chamada de Água de Meninos, onde encontra-se a Feira de São Joaquim e, anteriormente, a Feira de Água de Meninos, remonta ainda o século XVI, momento em que a área foi cedida à padres jesuítas - na forma de propriedade rural - e se transformou na primeira propriedade da ordem jesuítica da América Portuguesa, em que funcionou a Casa de Instrução de órfãos, como atesta Ferreira Júnior e Bittar (1999) e Leite (1956). Na mesma área, também foi estabelecida a Casa Pia de Órfãos São José, que viria a ser, posteriormente, a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, cujo funcionamento remonta ao ano de 1799, até 1910.

Mais recente do que a instituição, a Feira de Água de Meninos se consolida a partir do abastecimento advindo das diversas embarcações do Recôncavo baiano mediante os fluxos fluviais que desaguam na Baía de Todos os Santos. Como já mencionado, incendiada nos anos de 1960 em um acidente sem explicações, emerge as indagações acerca das condições em que o incidente ocorreu, visto que a feira era "considerada um ambiente potencialmente explosivo e um foco de articulação política popular" (Duran; Rambelli, p. 223, 2019).

A Feira de São Joaquim, apesar de não conservar o traço da chegada dos produtos por vias fluviais, moldada à nova realidade, continua mantendo os laços da memória do povo soteropolitano. Local de troca, conserva em si o traço atual do trabalho informal. Na capital do estado da Bahia, cerca de 40% da população trabalha da informalidade - sobretudo do turismo - segundo os dados do IBGE. Atualizada suas funções à realidade da modernidade radicalizada, a Feira, ainda, conserva-se enquanto palco das manifestações culturais.

Exemplo disto é o "Samba da Feira", realizado enquanto fruto da ocupação popular do píer da FSJ.

Com a interrupção por meses durante a crise pandêmica de COVID-19 na qual ainda nos encontramos, a atividade do samba já retornou ao seu funcionamento usual. Aos domingos, os feirantes e demais soteropolitanos se encontram na feira não para trabalhar, mas para confraternização no ambiente. Concentrados no píer da ala da “nova feira” desde 2017, a atividade do samba era comum nas áreas portuárias e se tornou um reduto de São Joaquim. Com início aproximado ao meio-dia, a feira reivindica as “raízes do nosso povo”, frase este slogan das propagandas do evento semanal. Esporadicamente também são realizados festivais de gastronomia da Feira de São Joaquim juntamente ao samba no píer ocupado.

Figura 24: Píer da Feira de São Joaquim.



Fonte: Heloisa Falquete. Julho de 2022.

Antes do samba iniciar, o local é preparado⁴⁶ para a festa, recebendo a lavagem com folhas, ervas e alfazema a fim de purificar o local e fazer com que os Orixás, conforme o rito, tomem conta da festa. O sagrado e o profano se encontram ali na confraternização da cultura popular, no samba de roda e no lazer dos domingos de feira.

⁴⁶Feira de São Joaquim vira principal reduto de samba de Salvador aos domingos. **Correio** - Salvador. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/feira-de-sao-joaquim-vira-principal-reduto-de-samba-de-salvador-aos-domingos/>. Acesso em 16 de Ago 2022.

No sentido de reconhecer a importância das relações sociais, econômicas e culturais que envolvem a Feira de São Joaquim, emergem suas estratégias de salvaguarda: o processo de inscrição de Registro como patrimônio imaterial brasileiro, iniciado em 2005 e em atual situação de instrução pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, paralelamente, o Projeto de Requalificação, em que sua 1ª Etapa foi executada entre 2012 e 2015, a partir da parceria entre o Governo Federal e secretarias do Governo do Estado da Bahia, tendo enquanto órgãos responsáveis a Setur e a Conder e como agente responsável de supervisão e orientação das obras o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia). O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender os benefícios e os limites do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim para a preservação e manutenção das dinâmicas culturais do local, limitando seus impasses enquanto estratégia de salvaguarda.

A primeira etapa da Requalificação propunha em seus objetivos realizar reformas nas estruturas físicas de São Joaquim a fim de trazer melhorias na qualidade do trabalho dos feirantes, na infraestrutura – cujas metas visavam a instalação de infraestrutura em redes de esgoto sanitário, distribuição de água, gás encanado, drenagem pluvial, rede de energia elétrica e instalação do sistema de prevenção e combate a incêndio, para além da pavimentação, da cobertura e melhoria na circulação dos fluxos – e no circuito econômico e comercial, conforme os dados oferecidos pelos relatórios da Conder-Ba. Ao decorrer das reformas, parte dos feirantes teve de ser deslocada para o pavilhão provisório e a estratégia da requalificação, que inicialmente buscava realizar melhorias em toda a extensão da Feira, enfrentou diversos desafios ao decorrer de sua execução.

A ferramenta da requalificação apresenta, conforme Sotratti (2015) “propostas alicerçadas na recuperação e na valorização das origens e das verdadeiras representações sociais, humanizando e controlando o sistema de exclusão das cidades contemporâneas”, agregando novos significados aos locais cujas identidades são produzidas sócio e culturalmente. A requalificação em função do patrimônio deve considerar o peso simbólico do bem cultural em questão, previamente à definição das ações de intervenção no espaço. A história, a memória, a estética arquitetônica, os saberes e os modos de interação e a funcionalidade econômica devem ser respeitados nos planos de requalificação.

Preliminarmente, o Projeto de Requalificação parcial parece ter gerado duas realidades distintas no ambiente de São Joaquim: a parte minoritária, contemplada pela requalificação, vista como “higiênica”, “limpa”, “iluminada”, “arejada”, contando com a presença de energia elétrica, rede de esgoto e proteção contra incêndios. E a parte não contemplada, ambiente majoritário, à margem da infraestrutura. Tendo sido marcada por imprevistos e atrasos, a requalificação – essencial para a manutenção do espaço material – parece revelar também os seus limites para a salvaguarda do patrimônio de São Joaquim, uma vez que foi realizada de forma paralela ao processo de Registro de São Joaquim enquanto patrimônio cultural.

As formulações e ações desenvolvidas pelo Estado visando promover intervenções na sociedade civil por meio da cultura correspondem à complexidade da junção de dois amplos conceitos, o de Cultura e o de Política. Conforme Teixeira Coelho (1997), as iniciativas dos agentes, por meio das políticas culturais, é o de “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (p. 292), sendo a forma mediadora entre o que é produzido e vivido pela sociedade civil e o Estado. Dessa forma, espera-se enfatizar a importância da preocupação com a manutenção das tradições enquanto direito das demandas culturais e dever do Estado em promover a continuidade de espaços simbólicos a partir dos dispositivos legais de salvaguarda, requalificação, registro e patrimonialização.

4.2 A feira e seus significados afro-diaspóricos

Os nossos pés se revigoram quando pisam neste chão
Canto a magia, danço
A Bahia prosada e versada no dendê
Bahia, eu sou África do lado de cá
Canto, harmonia, fé, alegria
Senhor do Bonfim e Babá Oxalá
(Aleluia, 2017).

Para pensar sobre os significados afro-diaspóricos da Feira de São Joaquim, este tópico pode se valer inicialmente da canção de Mateus Aleluia como sensibilização. Ao compor a canção citada acima, Mateus Aleluia vai ao encontro da constatação já realizada por diversos autores que se dedicaram a compreensão da singularidade da Bahia em função da presença intensa da cultura africana,

constatando a estreita inter-relação entre os aspectos culturais da África e do Brasil, como é visto em Nina Rodrigues (2010), Pierre Verger (1987), Roger Bastide, (1961), dentre outros.

Línguas, culturas e crenças: o conceito de diáspora africana procura cobrir a experiência dos descendentes africanos fora da África, de forma globalizada, buscando aproximar as experiências que os afrodescendentes desenvolveram nas inúmeras áreas em que foram alocados, identificando as variadas semelhanças religiosas, culturais, estéticas, corporais que foram preservadas e reproduzidas, como o batuque, a dança, as celebrações religiosas, etc.

A ideia de diáspora visa propor uma visão globalizada desta experiência, capaz de analisar a reconfiguração da estrutura simbólica da África nos diversos territórios (como Brasil, Cuba, sul dos Estados Unidos, Caribe que, embora possuam diferenças nas manifestações, mantém semelhanças em suas estruturas) que receberam o contingente africano escravizado, preservando as 'estruturas básicas' da "experiência africana fora do continente" (Tavares, 2016). Ainda, segundo Júlio César Tavares, podemos entender a diáspora africana como:

A dimensão global de uma comunidade imaginada e configurada por sujeitos concretos cujo lugar, tempo e memória enraízam-se em pensamentos e performances orais encarnados em práticas corporais. Tais práticas corporais autorreferenciam os sujeitos por intermédio de um tipo de diálogo ou mediação poética com a crítica, a resistência e a aculturação. E, dessa maneira, as mencionadas práticas corporais enlaçadas nas lembranças e territorializadas em circunstâncias dialógicas, em consonância com os efeitos sociopolíticos das violências vividas, de algum modo, tornam-se entregues a um regime representacional de identidade, resistência e fortalecimento da presença dos sujeitos destas práticas no mundo em que vivem. E, desse modo, a diáspora africana emerge como um conceito ambíguo ao nos remeter a uma multiplicidade de experiências ao mesmo tempo em que aos inúmeros fragmentos populacionais (Tavares, 2010, p. 80).

Os estudos que visam trabalhar sob a perspectiva das experiências africanas contribuem, paralelamente, à crescente globalização dos sentidos vivenciados pelos povos afro diaspóricos e para a elaboração do mapa geográfico-cultural da América Latina (Tavares, 2010, p. 83-84). Conforme Relatório⁴⁷ realizado pela CEPAL, aproximadamente 134 milhões de pessoas são autodeclaradas afrodescendentes (pretos e pardos) e representam 21% da população total, estando localizadas,

⁴⁷Pesquisa realizada e publicada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), "Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão. Síntese", Documentos de Projetos (LC/TS.2021/26), Santiago, 2021.

majoritariamente, no Brasil, mesmo embora enfrentemos, ainda hoje, inúmeras adversidades na questão censitária relacionados com a identificação étnico-racial. Após séculos de exclusão, preconceito e apagamento, concomitantemente, essas populações estão entre os piores índices socioeconômicos.

A ideia de diáspora africana busca experimentar uma visão que entrelace as diferenças nos diferentes territórios, ligados por estruturas básicas semelhantes de expressões culturais. No Brasil, dentre as outras expressões afro-brasileiras, foi através da experiência religiosa que as diferenças étnicas, linguísticas e culturais dos povos de África se unificou, como ocorreu na celebração do Candomblé.

Para os africanos arrancados de suas terras, a celebração do território a partir da experiência religiosa possibilitou a recriação da imagem do “território perdido” que é concretizado no espaço do Terreiro, uma vez que se aproximava do espaço de origem (solo africano) em terras distantes. O Terreiro tem papel de resgatar e recuperar o território perdido, representado através do círculo, da oralidade e dos cânticos que reaparece para além da experiência religiosa, também presente nos espaços lúdicos, como na capoeira, no samba de roda, no jongo, no tambor de crioula, etc.

A reconstrução da sociabilidade africana no Brasil a partir do terreiro, anteriormente atestada por Bastide (1961) e recentemente por Tavares (2016), se faz presente na dinâmica da Feira de São Joaquim. As várias lojas de artigos religiosos e ervas ritualísticas tornam São Joaquim um *locus* de ligação entre os terreiros de Salvador, tornando-a um local de abastecimento *do corpo e da alma* do soteropolitano. Na imagem a seguir, podemos observar uma cestaria, colares de conta de Orixás e ervas e folhas ritualísticas:

Figura 25: Colares de contas e ervas de uso ritualístico.



Fonte: Heloisa Falquete. Janeiro de 2021.

Ainda, é interessante mencionar a exposição ocorrida em 2006, intitulada “Lá e Cá”, exposta no próprio ambiente da FSJ. Tendo como base a similaridade entre o Mercado de São Paulo, localizado em Luanda (Angola) e a Feira de São Joaquim (Bahia - Brasil), a produtora cultural Maianda desenvolveu o projeto a partir da exposição de fotografias realizadas pelo fotógrafo e produtor cultural, Sérgio Guerra. Contando com 438 fotos, a percepção de feirantes, gêneros alimentícios e tradições culturais separadas pelo Atlântico foram contempladas a partir das semelhanças entre a feira brasileira e o mercado africano.

A Feira de São Joaquim representa parte importante da memória da cidade e abastecimento da religiosidade africana, para além de prover o sustento diretamente de centenas de feirantes e, indiretamente, de tantos outros trabalhadores formais e informais. O ambiente da Feira também pode ser pensado

enquanto a expressão das complexidades sociais, econômicas e culturais, de resistência, defesa e adaptação no tempo-espaço, visto que a Feira não constitui objeto isolado do restante da sociedade, pois está inserida nas novas dinâmicas complexas do tecido social e das forças expulsivas modernas.

A dimensão do sagrado e do simbólico correspondente aos significados atribuídos à Feira de São Joaquim podem ser atestados através de outras pesquisas que foram capazes de identificar uma ligação estreita entre a região portuária de Água de Meninos e a dimensão religiosa dos cultos de matriz africana.

Entre os anos de 2009 e 2010, como parte dos procedimentos de licenciamento ambiental relacionados ao processo de expansão e alteração das estruturas portuárias edificadas na região de Água de Meninos, foi realizado um levantamento arqueológico subaquático na região do Porto Organizado de Salvador, executado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia e destinado a CODEBA⁴⁸.

As atividades desenvolvidas buscavam levantar informações subaquáticas do espaço submerso e das adjacentes à instalação portuária. No que se refere ao zoneamento destinado ao terminal dos contêineres e a região de Água de Meninos, o mapeamento identificou diferentes materiais associados às práticas históricas perpetuadas por grupos que se utilizam desse espaço e deixaram suas marcas a longo prazo no local. Sobre o mapeamento, foi identificado um assentamento do Orixá Exu.

Sobre o achado, podemos constatar:

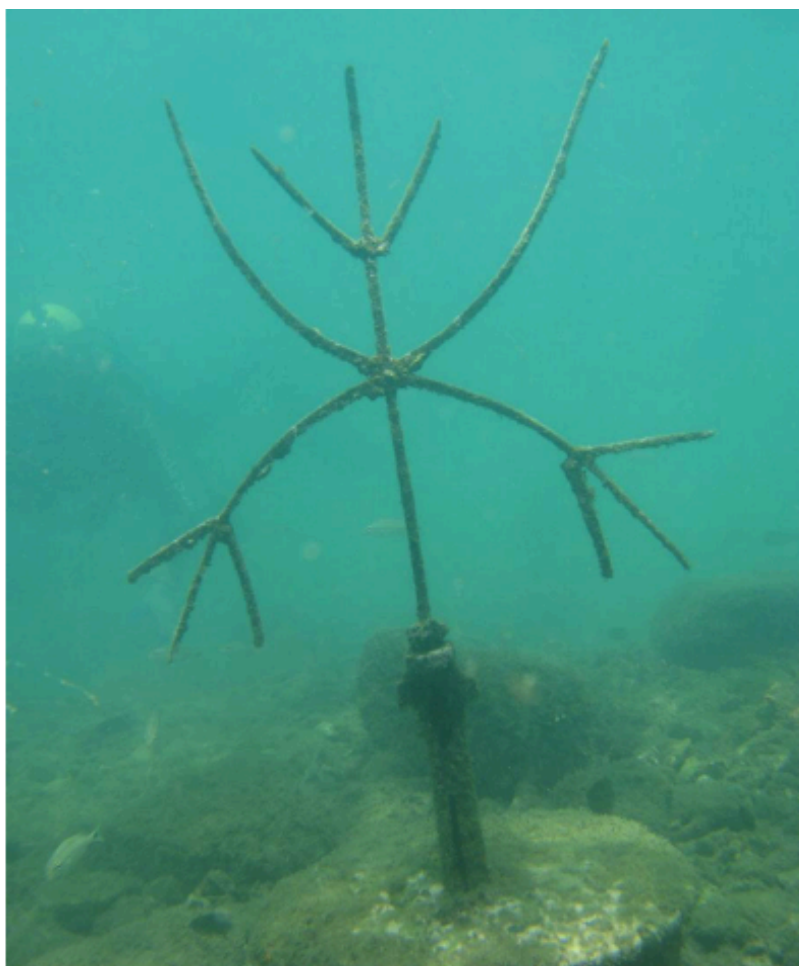
[...] um elemento *sui generis* veio a reforçar a ideia de uma significação e uso popular também não controlado, desse espaço, a saber: um depósito ritual formado por um assentamento de Exú. O achado, feito durante o projeto de licenciamento ambiental, que deu origem a um trabalho de mestrado em arqueologia desenvolvido pela pesquisadora Luciana Novaes (2013) na Universidade Federal de Sergipe, permitiu o reconhecimento da enseada de Água de Meninos enquanto uma paisagem sagrada. (Duran; Rambelli, p. 222, 2019).

A função ritualística do assentamento dentro do Candomblé e das práticas rituais afro-brasileiras corresponde ao ato de “assentar” o axé, força vital da religiosidade, visa tornar o chão do terreiro um território sagrado, sacraliza-lo e

⁴⁸A Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) corresponde à autoridade portuária que tem como finalidade administrar e explorar os portos de Salvador, Ilhéus e Aratu. Com sede localizada em Salvador, é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República.

torná-lo um solo vivo, uma extensão direta de comunicação. O assentamento, como aponta Verger (1981, p. 23), é um “receptáculo de energia sagrada”. Assentar o “axé” é sinônimo de sacralizar o chão. No caso de Água de Meninos, podemos observar:

Figura 26: Assentamento de Exu em Água de Meninos.



Fonte: Água de Meninos: *Insights* de uma Arqueologia Subaquática da Sociedade Contemporânea. (Duran; Rambelli, 2019).

No estudo publicado por Luciana de Castro Nunes Novaes (2013), dedicado ao estudo do assentamento de Exu da enseada de Água de Meninos, a pesquisadora concebe o espaço como um “locus sagrado”, não apenas para a população de Salvador ou para os feirantes e trabalhadores do porto, mas também para todo o contexto afro-diaspórico. Isto porque o espaço de Água de Meninos - hoje São Joaquim - insere-se na reinvenção das tradições africanas em solo brasileiro e de suas religiosidades.

O totem submerso, como é defendido por Novaes (2013), representa algo além de uma simples oferenda jogada ao mar, trata-se de um objetivo que foi intencionalmente colocado no espaço subaquático, muito provavelmente a partir de mergulho livre, também apresentando indícios de ações de manutenção realizadas periodicamente. O totem de ferro, com altura de 70 cm, como atestam Novaes (2013), Duran e Rambelli (2019), precisa ser compreendido para além de sua simples materialidade: é preciso considerar o objetivo a partir do seu poder ritual e sagrado, com função que ultrapassa o universo observável da realidade visível.

Segundo Novaes:

[...] a submersão da cultura material dedicada a Exu, permite o acesso, o deslocamento e a circularidade entre o terrestre e o aquático, potencializando de forma sagrada as redes de relações que são construídas nessa particular paisagem. O uso dos mares e oceanos ganham novos sentidos a partir das relações religiosas e rituais construídas por agentes históricos entre o assentamento de Exu e a Enseada de Água de Meninos [...] A porta tangível, onde tudo entra e tudo sai das Feiras de Salvador é a própria Baía de Todos os Santos, a partir da submersão do assentamento de Exu no mar, teve sua existência associada ritualmente a uma porta intangível, reverenciada e cultuada como uma divindade, Exu, conferindo assim, o deslize inevitável entre o visível e o invisível, a morte e a vida, a terra e o mar (Novaes, 2013, p. 101-102).

As relações socioespaciais que foram e continuam sendo construídas expressam características simbólicas e religiosas dos agentes históricos que circularam e circulam por entre a região de Água de Meninos e a Feira de São Joaquim. O assentamento de Exu está posicionado na “porta” de entrada e saída de mercadorias na Baía de Todos os Santos, que são a partir das feiras expostas e comercializadas. A “porta” da enseada em que está o assentamento é capaz de demonstrar o caráter ritualístico em torno das Feiras, para além do seu caráter formal de circulação de mercadorias.

Considerado o Orixá responsável pela abertura dos caminhos, na obra de Reginaldo Prandi, Mitologia dos Orixás, cujo autor reúne centenas de histórias dos deuses africanos, podemos destacar o itan “Exu ganha o poder sobre as encruzilhadas” para compreender o sentido do depósito subaquático do receptáculo. Nesta história em questão, Exú é compensado por desempenhar o papel de recolher os ebós (presentes) que eram enviados à Oxalá. Exu teria feito, então, morada sobre as encruzilhadas, tendo seu poder sobre elas decidido por Oxalá. Exu, portanto,

estaria nas encruzilhadas, nos portões, nas entradas cumprindo seu papel de sentinela.

A presença do assentamento de Exu na área submersa do ambiente portuário da Feira pode ser visto como um dos elementos de relevância para legitimar a apropriação do espaço da Enseada de Água de Meninos, vinculada à Feira de São Joaquim e, no passado, à Feira de Água de Meninos. O totem constitui objeto que reivindica e exacerba o “controle popular desse espaço, não com base nas autoridades laicas estatais, mas através de forças espirituais muito mais poderosas e legítimas, segundo o ponto de vista da população” (Duran; Rambelli, p. 236, 2019).

Quando pensamos nos sentidos afro-diaspóricos da Feira de São Joaquim precisamos remeter ao processo de migração forçada dos povos de África para as Américas. O tráfico atlântico de escravizados teria retirado aproximadamente 12 milhões de africanos em que, desses, 11 milhões foram trazidos para as Américas, sendo 40% desse número para o Brasil (cerca de 5 milhões), conforme Laurentino Gomes (2019, p. 19). Neste processo, inúmeros reinos foram destruídos em função do escravismo e do tráfico transatlântico.

Entretanto, podemos ainda pensar que o tráfico para o Brasil tenha sido maior, pensando no número de africanos que saíram do Continente Africano que perdeu ao longo de sua história milhões de pessoas nesse processo: perdeu-se também ‘cérebros’, intelectuais, que serviram como base para a ciência e outras atividades em outros cantos. A África perdeu, sobretudo, sua população jovem economicamente produtiva.

A escravidão é uma tragédia de proporções gigantescas, de impactos de longo prazo, tendo afetado profundamente a cultura política que deu origem ao Brasil e que, conforme Laurentino Gomes (2019), “nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor para a construção da nossa identidade”. (Gomes, p. 34). Desta forma, podemos afirmar que a “diáspora negra africana fez surgir uma cultura de relações interterritoriais desses dois continentes que se conectaram através de relações desiguais de processos de domínio e resistência” (Brasil, 2021, p. 256).

Segundo Brasil (2021), ao longo deste processo, os milhões de africanos que foram trazidos para o Brasil e seus descendentes não resumem suas produções apenas a um processo exclusivo de desenvolvimento econômico, uma vez que igualmente produziram riquezas culturais e desenvolveram formas de resistência que permanecem até os dias atuais. A título de exemplo, temos as diversas

manifestações afrobrasileiras que se exacerbam na arte e na religiosidade, como os rituais de Candomblé, com danças, ritos e cânticos em línguas e dialetos africanos, demonstrando também o pluralismo étnico-linguístico das diversas nações que embarcaram no Brasil.

Antes de tornar a Feira de São Joaquim um “cartão postal” da Cidade Baixa de Salvador, ou, ainda, pensar em projetos urbanísticos e de requalificação de seu espaço material, é preciso lembrar que, para a população feirante e seus consumidores, a Feira também possui caráter sagrado. Equacionar melhorias em sua estrutura física e o valor simbólico intrínseco a Feira é o grande desafio identificado ao buscar analisar as propostas de intervenção em seu espaço. Daí a importância de pesquisas no âmbito das Políticas Públicas que visem adentrar, sobretudo, os significados e símbolos de espaços culturais.

4.3. Produto: Lista de recomendações para futuros projetos de requalificação de bens em processo de registro como patrimônio cultural imaterial.

A presente Lista, elaborada enquanto Produto do Mestrado Profissional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, tem como objetivo fornecer subsídios para futuros projetos de requalificação de bens em processo de registro como patrimônio cultural imaterial ou reconhecidos como tal pela comunidade na qual está inserida.

Partindo das percepções e análises realizadas no estudo do caso do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (Salvador - BA), abordado nesta dissertação, esta Lista encontra-se dividida em dez tópicos considerados essenciais em projetos de intervenções: a) Entendimento do bem imaterial; b) Conceito de registro; c) Envolvimento dos agentes sociais e da comunidade; d) Mobilização de órgãos governamentais e instituições; e) Plano de reformas participativo; f) Ações educativas; g) Ações de valorização dos sujeitos; h) Associação entre cultura, economia e turismo; i) Sustentabilidade e j) Relação entre passado, presente e futuro.

Entendimento do bem imaterial

Como ponto de partida torna-se necessário iniciar a exploração da categoria "bem imaterial", percebendo suas nuances e características essenciais. O patrimônio cultural imaterial, diferentemente do patrimônio material, constitui-se por um universo

de expressões, saberes e práticas culturais que permeiam a identidade de um povo. Conforme as diretrizes do IPHAN, podemos conceber que os bens imateriais se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; nas celebrações; nas formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares do patrimônio (como ocorre em mercados, feiras e santuários) que abrigam as manifestações culturais coletivas.

De modo geral, os bens imateriais constituem “bens vivos”, isto é, bens que estão em constante transformação. Os bens de natureza imaterial podem se manifestar de diversas formas, registrados em diferentes categorias conforme o IPHAN, já que cada um dos Livros do Registro reúne categorias diferentes do patrimônio imaterial brasileiro. Sobre as categorias:

- Livro de Registro dos Saberes: essa categoria é composta por conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, pelas técnicas e tecnologias tradicionais e conhecimentos ancestrais que são transmitidos de geração em geração, através da oralidade, como o artesanato, a culinária e a medicina popular. Como exemplo, o IPHAN tem inscrito neste Livro as paneleiras de Goiabeiras (Espírito Santo) e o modo de fazer artesanal de queijo de Minas (Minas Gerais).
- Livro de Registro das Formas de Expressão: nesta categoria estão as manifestações artísticas, literárias, musicais e cênicas que traduzem a alma da comunidade, como rituais, festas populares, lendas, cantigas e artesanato. Como exemplo, o IPHAN reconhece, nesta categoria, o Frevo (Pernambuco) e a Arte Kusiwa (Amapá).
- Livro de Registro das Celebrações: livro composto por eventos festivos que marcam o calendário cultural da comunidade, fortalecendo laços sociais e transmitindo valores, como festas religiosas, romarias e carnavais. Como exemplo, temos o Círio de Nazaré (Pará) e a Festa do Senhor do Bonfim (Bahia).
- Livro de Registro dos Lugares: categoria destinada à inscrição de espaços culturais, bem como os mercados, as feiras, as praças e os santuários, onde se reproduzem práticas culturais coletivas. Como exemplo, há a inscrição, junto ao IPHAN, da Feira de Caruaru (Paraíba) e a Cachoeira de Iauaretê (local considerado sagrado pelos povos originários dos rios Uaupés e Papuri na Amazônia).

A categoria de Lugares do patrimônio imaterial (tendo o Livro de Registro dos Lugares como referência) constitui um conceito de interesse a ser explorado quando pensamos em Projetos de intervenções (revitalização ou requalificação) de bens culturais imateriais. Partindo as diretrizes do IPHAN, embora o Decreto nº3.55 determine que no Livro dos Lugares serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que são reproduzidas práticas culturais, o conceito é muito amplo e abrangente, sobretudo se pensarmos as realidades regionais e locais de cada povo, abrangendo elementos urbanos, rurais e naturais.

Observa-se que, no caso dos lugares (físicos) em que há as manifestações culturais (imateriais), opera-se a valorização dos referenciais tangíveis e intangíveis. Dessa forma, expressa-se a dimensão abrangente que a categoria permite pensar os bens culturais, sejam eles inscritos pelo IPHAN ou reconhecidos nas esferas estaduais e municipais.

Conceito de Registro

No ano de 2003, a UNESCO promulgou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, evento considerado um marco histórico para as diretrizes do patrimônio cultural em âmbito global. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003, ressaltou o reconhecimento internacional da importância da cultura. Essa Convenção estabeleceu princípios e diretrizes para a identificação, registro, promoção e salvaguarda dos culturais de natureza imaterial. Dentre as disposições gerais, podemos destacar:

Artigo 1: Finalidades da Convenção A presente Convenção tem as seguintes finalidades: a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco; d) a cooperação e a assistência internacionais (UNESCO, 2003).

Dentre as características fundamentais dos bens imateriais, as diretrizes reconhecem que estes são marcados por dinamismo e transformação: os bens de natureza imaterial estão em constante mutação, adaptando-se às novas realidades

sem perder sua essência cultural. Outro ponto é a ancestralidade e transmissão, visto que os bens imateriais têm raízes históricas e são transmitidos entre gerações, preservando a memória coletiva e a identidade cultural.

Ainda, a Conferência suscitou a discussão sobre a diversidade e pluralidade desses bens, pois estes refletem a riqueza e a multiplicidade das culturas, fortalecendo o diálogo intercultural e a tolerância. Ainda, sobre a dimensão social, destaca que os bens de natureza imaterial fortalecem os laços sociais, a coesão comunitária e o senso de pertencimento.

A Conferência destacou o seu entendimento sobre a “salvaguarda”, compreendida como:

[...] medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003).

Pensando a salvaguarda dos bens culturais imateriais, a Conferência determinou que cada Estado Parte deveria “adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território” (UNESCO, 2003) e, ainda, “identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes (idem).

Como instrumento de salvaguarda, a Conferência estabelece os Inventários, capazes de assegurar a identificação dos bens, em que cada Estado Parte “estabelecerá um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente” (UNESCO, 2003).

Para a efetiva salvaguarda dos bens imateriais, a Conferência também determinou que cada Estado deveria adotar políticas públicas visando promover o patrimônio cultural, bem como criar órgãos e mecanismos competentes para a salvaguarda dos bens imateriais, fomentar estudos científicos e formações técnicas (bem como metodologias de pesquisa e instrumentos eficazes de salvaguarda), adotar medidas jurídicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para o fomento das instituições responsáveis, criar órgãos específicos para a documentação e, ainda, garantir o amplo acesso ao patrimônio imaterial.

No Brasil, o Registro é o instrumento legal do patrimônio cultural imaterial, voltado à sua preservação, ao seu reconhecimento e valorização. O Registro, quando inscrito junto ao IPHAN, eleva o bem cultural imaterial ao título de Patrimônio Cultural Brasileiro e recebe a inscrição em um dos quatro Livros de Registro.

O registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro confere reconhecimento oficial à importância desses bens, assegurando sua proteção e valorização. Esse processo, amparado pela Lei nº 12.303/2010 e regulamentado pelo Decreto nº 7.853/2012.

O processo de Registro prevê as seguintes etapas: a) Identificação (quando há o reconhecimento inicial do bem pela comunidade e pelos órgãos públicos competentes); b) Instrução do Processo (etapa na qual ocorre a elaboração de um dossiê com informações detalhadas sobre o bem, incluindo sua relevância cultural, formas de transmissão e medidas de salvaguarda); c) Avaliação (momento da análise do dossiê por um conselho especializado, que emite parecer favorável ou desfavorável ao registro); d) Registro (por fim, quando ocorre a publicação do bem no Livro de Tombo do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, conferindo-lhe proteção legal).

Doravante, também é interessante mencionar que os órgãos estaduais e municipais também adotam o Registro de bens imateriais nas diferentes instâncias. Por exemplo, o IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, dentre os bens registrados em âmbito estadual, está a manifestação das Folias de Reis e o Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha (saberes, ofício e expressões artísticas). Dessa forma, União, estados e municípios devem possuir instrumentos hábeis para a salvaguarda, amparo, pesquisa e documentação dos bens de natureza imaterial.

Ainda, o reconhecimento ou a efetivação do Registro não esgota o processo de manutenção do bem a longo prazo, sendo apenas o início do processo. Dessa forma é necessário dispor da elaboração de planos específicos para cada bem, com ações de pesquisa, documentação, educação, comunicação e requalificação. Dispondo, também, do apoio financeiro para iniciativas de salvaguarda, provenientes de diversas fontes, como o poder público, a iniciativa privada e a cooperação internacional.

Envolvimento dos agentes sociais e da comunidade

No processo de formulação de políticas públicas voltadas à intervenções em espaços culturais torna-se essencial o envolvimento dos agentes sociais e da comunidade. Ainda mencionando a Conferência de 2003 da UNESCO, uma das suas diretrizes diz respeito à participação das comunidades, grupos e indivíduos, sendo responsabilidade do Estado “assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá los ativamente à gestão do mesmo” (UNESCO, 2003).

A escuta dos indivíduos que compõem o espaço e são os transmissores dos conhecimentos, práticas e modos de fazer do local deve ocorrer ao longo de toda a formulação das propostas de intervenção, respeitando a esfera cultural e priorizando as dinâmicas próprias do bem imaterial. Rodas de conversa, formação e inserção dos indivíduos em Grupos de Trabalho temáticos, entrevistas e consultas são essenciais para começar a delimitar projetos de intervenção.

Outra forma de tornar a participação mais ampla é envolver grupos organizados envolvidos direta ou indiretamente ao bem cultural, como é o caso dos sindicatos, associações e coletivos.

Os sindicatos de trabalhadores, comerciantes, artesãos, feirantes, etc. que dialogam com o espaço da manifestação cultural precisam ser identificados, catalogados e envolvidos no processo de formulação da proposta de intervenção. Bem como às associações e os coletivos. Atentar-se aos recortes de gênero, sexualidade, raça e etnia são também relevantes, visto que a participação democrática implica na ampla representação dos interesses dos indivíduos que compõem e produzem o bem. Como exemplo, se o bem cultural em questão é composto por uma maioria de trabalhadoras mulheres, é imprescindível a participação de associações e coletivos femininos no processo de escuta. O mesmo ocorre quando há a interseccionalidade⁴⁹ entre diferentes marcadores sociais.

⁴⁹O termo interseccionalidade corresponde a um conceito sociológico cujo objetivo é a preocupação com as interações entre os marcadores sociais nas vidas das minorias. Dessa forma, através da interseccionalidade torna-se possível visualizar que dentro da sociedade existem vários sistemas de opressão – as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras-, que estão relacionadas entre si, demonstrando como, por exemplo, racismo, sexismo e as demais estruturas tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de forma relacionada. Para mais informações sobre o uso da abordagem interseccional em pesquisas científicas no Brasil, consultar: DA SILVA, Roseane Amorim; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020.

Mobilização de órgãos e agências governamentais

O envolvimento de diferentes órgãos governamentais também se torna relevante na elaboração de projetos de intervenções de bens imateriais. A partir de convênios e parcerias é possível envolver diferentes instâncias administrativas na mobilização de recursos, investimentos a médio e longo prazo, instrumentos de pesquisa e apoio técnico, tendo maior diversificação de competências e recursos.

Tal mobilização é interessante, visto que cada órgão possui especialização em diferentes áreas, como conservação, urbanismo, turismo, educação e desenvolvimento econômico. A colaboração permite a aplicação de conhecimentos especializados em cada etapa do projeto.

Outro ponto de relevância é a mobilização de recursos financeiros, já que a união de recursos de diferentes entidades possibilita um financiamento mais diversificado para a execução do projeto. O mesmo ocorre em relação à esfera do apoio técnico, pois órgãos especializados podem fornecer apoio técnico e científico.

Os convênios e parcerias também propiciam uma abordagem mais integrada e sustentável. Uma abordagem integrada assegura que os projetos considerem não apenas a preservação física dos bens, mas também seu entorno, a acessibilidade, e o impacto social e econômico pretendido. Somada a uma abordagem sustentável, é possível, assim, garantir que a requalificação contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Outro ponto a ser considerado é a possibilidade de conservação de longo prazo, visto que a colaboração entre órgãos de preservação cultural e de infraestrutura assegura que as intervenções sejam, por um lado, duradouras e, por outro, respeitem os valores históricos e culturais dos bens. Essa atuação conjunta contribui para a valorização e reconhecimento dos bens culturais como parte essencial da identidade e memória coletiva.

Por fim, a mobilização de diferentes órgãos e agências governamentais fortalece o próprio ciclo das políticas públicas. A colaboração entre diferentes níveis de governo (federal, estadual, municipal) fortalece as políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural, garantindo maior eficácia. Ainda, facilita a criação e aplicação de regulamentações e normas de preservação, bem como a fiscalização das intervenções realizadas.

Dessa forma, a colaboração entre diversos órgãos governamentais em projetos de requalificação de bens culturais assegura uma abordagem ampla e

multifacetada, essencial para a preservação, valorização e sustentabilidade dos bens culturais, beneficiando tanto as comunidades locais quanto a sociedade.

Plano de reformas participativo

A participação de órgãos voltados para o desenvolvimento social e comunitário garante que a requalificação atenda às necessidades e expectativas das comunidades locais. Ainda, o engajamento a partir da inclusão da comunidade no processo de decisão assegura que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao bem cultural.

Os agentes envolvidos no bem são os próprios produtores de sentido que é conferido ao patrimônio cultural. Dessa forma, são eles que possuem conhecimento sobre a história e a importância cultural do bem, contribuindo com informações valiosas que podem ser incorporadas no projeto. Daí a importância dos relatos orais, das rodas de escuta e entrevistas já mencionadas nos tópicos anteriores.

Um plano de intervenção de caráter participativo garante transparência nas decisões tomadas, reduzindo suspeitas de interesses externos e aumentando a confiança da comunidade no projeto. Ainda, confere legitimidade às ações e intervenções realizadas, tornando-as mais aceitáveis e respeitadas pela sociedade. A inclusão da comunidade desde o início do projeto ajuda a identificar e evitar potenciais resistências, evitando situações conflituosas que eventualmente margeiam os projetos de intervenção. Dessa forma, promove um ambiente de colaboração e consenso, onde as decisões devem ser tomadas de forma horizontal.

Ações educativas

O registro como patrimônio cultural imaterial não se esgota em um ato formal, bem como o cuidado e salvaguarda não terminam com a entrega do projeto de intervenções e a finalização das obras pretendidas.

É fundamental que se estabeleçam medidas efetivas de salvaguarda para garantir a preservação e a viabilidade desses bens a longo prazo. Dentre as medidas possíveis, as ações educativas têm se revelado um dos importantes meios de manutenção das dinâmicas culturais imateriais a longo prazo.

Dessa forma, programas educativos e de sensibilização desenvolvidos por órgãos culturais e educacionais fomentam o valor e a importância do patrimônio

cultural na sociedade. O conceito de “educação patrimonial”, bastante difundido pelo IPHAN, corresponde ao processo participativo que visa educar e conscientizar a população sobre a importância do patrimônio cultural, incentivando atitudes de preservação e valorização cultural. Envolver a comunidade em ações educativas (como mostras, exposições, trabalhos de extensão escolar, oficinas, etc.) contribui para a formação de cidadãos mais críticos e participativos, bem como fomenta o senso de pertencimento e responsabilidade da sociedade para com o bem cultural.

Ações de valorização dos sujeitos

Muitas vezes os mestres e mestras de cultura popular não possuem o devido reconhecimento de seu papel enquanto fazedores de cultura. Dessa forma, ações de valorização dos sujeitos que compõem e produzem o bem cultural são importantes para a preservação da memória coletiva, já que, ao valorizar os sujeitos, há o reconhecimento e o respeito à memória coletiva, às histórias e às tradições que dão significado ao bem cultural.

Ainda, ações de valorização são capazes de realizar o fortalecimento da identidade, promovendo o orgulho, aumentando a autoestima dos sujeitos e senso de pertencimento.

Associação entre cultura, economia e turismo

Outro ponto relevante para a preservação do bem cultural imaterial a longo prazo é a associação entre cultura, economia e turismo. O envolvimento de órgãos de turismo podem desenvolver estratégias para transformar os bens culturais em destinos turísticos, impulsionando a economia local e o intercâmbio cultural e de saberes entre frequentadores e atores.

Assim, os projetos de requalificação e promoção dos bens culturais podem gerar empregos e oportunidades de negócios nas comunidades envolvidas. Dessa forma, projetos que valorizam os sujeitos podem gerar oportunidades econômicas para a comunidade, como o desenvolvimento do turismo cultural e a criação de empregos locais.

Sustentabilidade

As ações sustentáveis garantem que os bens culturais sejam preservados e mantidos adequadamente ao longo do tempo, evitando a deterioração e perda de

valor cultural. Prezar pelo uso de materiais e técnicas de conservação sustentáveis ajuda a proteger o patrimônio cultural. Ademais, projetos sustentáveis minimizam o impacto ambiental das intervenções, promovendo o uso de recursos renováveis e a redução de resíduos. A conservação sustentável dos bens culturais contribui para a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, especialmente em áreas naturais e paisagens culturais.

A incorporação de ações de sustentabilidade em projetos de requalificação de bens culturais é fundamental para garantir a preservação responsável do patrimônio cultural. Dessa forma, esse pilar é capaz de promover a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e social, a educação e conscientização, a resiliência comunitária, a conexão intergeracional e a inovação. Esses aspectos asseguram que os bens culturais sejam valorizados e preservados de maneira abrangente, beneficiando tanto as gerações atuais quanto as futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação explorou a requalificação da Feira de São Joaquim como um estudo de caso representativo das complexas interações entre políticas públicas, planejamento urbano e patrimônio cultural. O processo de requalificação da Feira não apenas ilustra as dinâmicas intrínsecas às políticas públicas no Brasil, mas também revela a importância da multidisciplinaridade e da participação dos indivíduos - no caso, feirantes, consumidores, povo de Santo, turistas e todos os que compõem os significados da Feira de São Joaquim - na efetivação de tais políticas.

Na obra “Cultura como Recurso” de Heloísa Buarque de Hollanda (2012), a autora ressalta que “a cultura começa a se revelar como um instrumento eficaz de transformação social” (p. 23), defendendo a possibilidade de pensar a cultura como uma alternativa à civilização.

Pensar novas alternativas para o cenário das Políticas Culturais a partir de uma noção ampliada e antropológica de cultura é algo recente na trajetória política brasileira, visto que somente a partir dos anos 2000 no Brasil podemos perceber avanços significativos no que diz respeito às Políticas Culturais e, no caso específico que tange à Feira de São Joaquim, às Políticas Patrimoniais para Bens Imateriais. Tais avanços vão de encontro com as percepções e ações no âmbito do Estado que por muito tempo ficou restrito ao patrimônio edificado e as obras ligadas à cultura erudita, como composições, escritos, pinturas, esculturas etc. (Calabre, 2007, p. 96).

O campo multidisciplinar - que envolve o patrimônio cultural - é também arena de tensões e conflitos (Abreu et al., 2009, p. 10). Ao longo da trajetória das políticas patrimoniais, podemos perceber uma predominância do patrimônio material e monumental. Os instrumentos de salvaguarda do patrimônio imaterial correspondem a uma categoria recente de políticas que, por mais que seja marcada por inúmeros avanços nas últimas duas décadas, torna-se necessário pensar também seus desafios na atualidade. A multidisciplinaridade do campo pode ser concebida como um “espaço privilegiado de criação de conhecimentos que nos convoca a articular, transpor e gerar novos conceitos, teorias e métodos”, capaz de estabelecer “ponte entre diferentes formas de conhecimentos” (Abreu et al., 2009, p. 10).

A respeito da Feira de São Joaquim, como foi apresentado, o início dos anos 2000 foi marcado pelo início da construção do cenário político que embasou a construção de seu Projeto de Requalificação. Enquanto local de práticas culturais coletivas, transmitidas há gerações, necessitava, naquele contexto, de urgentes

intervenções e reformas em sua estrutura física para manter sua função de abastecimento (comercial), somada à "complexidade sócio-político-administrativa-comercial-gerencial que lhe é intrínseca" (Brasil, 2010, p. 07).

O processo de elaboração do Projeto de intervenções na Feira visava, a partir da participação popular e das diferentes instâncias administrativas (municipal, estadual e federal) a criação de uma proposta de requalificação que contemplasse a "preservação e valorização enquanto fenômeno cultural" (Brasil, 2010, p. 7) da FSJ. Em um momento de relevância para as políticas culturais no Brasil, as discussões em torno da Feira de São Joaquim estavam em consonância com o clima político do surgimento de novas ferramentas para salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial.

O pedido de Registro da Feira de São Joaquim como Patrimônio Imaterial brasileiro, protocolado no ano de 2005, valia-se dos novos instrumentos que estavam se consolidando à época no campo das políticas culturais. Entretanto, o pedido - que encontra-se em fase de instrução - ainda hoje não foi oficializado e aguarda novas aprovações do Iphan. Quase duas décadas depois, a Feira de São Joaquim parece sentir os efeitos da carência de instrumentos eficazes para salvaguardar seu patrimônio imaterial.

O ambiente da feira livre, como é o caso da FSJ, "resiste aos imperativos de uma ordem burocrática, padronizante e impessoal" (Mascarenhas, 1991, p. 23). Podendo ser pensada, ainda, como um "espaço participativo, onde o feirante, com a intensa dramatização que lhe é particular, lança mão de sua criatividade a cada instante" (idem). Desta forma, podem ser mencionadas algumas ponderações e questões a respeito do Projeto de Requalificação, a partir dos resultados prévios até então obtidos:

O estudo revelou que a requalificação da Feira de São Joaquim se enquadra como uma política pública, conforme delineado pelos critérios de intencionalidade pública e resposta a problemas identificados, assim como defendido por Secchi (2010). A intervenção governamental foi essencial para resolver questões de insalubridade, infraestrutura precária e risco cultural, demonstrando a relevância das ações estatais na melhoria das condições de vida e trabalho dos feirantes, bem como na preservação do patrimônio cultural.

A Feira de São Joaquim (FSJ) representa uma forma tradicional de consumo, distinta dos shoppings, mercados e aplicativos de delivery modernos. A requalificação parcial da feira gerou duas realidades distintas: uma parte menor, modernizada, que é "higiênica", "limpa", "iluminada", com infraestrutura melhorada (energia elétrica, esgoto, proteção contra incêndios), e uma parte maior, ainda à margem dessas melhorias. A primeira etapa da requalificação cobriu apenas 20% da área total da feira, revelando os desafios e limitações dessa iniciativa para preservar o patrimônio cultural de São Joaquim. A questão permanece e que pesquisas futuras poderão debruçar-se sobre se a segunda etapa da requalificação poderá resolver as contradições internas do ambiente da Feira.

O projeto de Requalificação não apresentou metas específicas para a criação de espaços de uso comum e democrático na Feira de São Joaquim. A implementação de áreas comuns poderia transformar o ambiente, proporcionando novos olhares para o ambiente, propiciando interações e possibilidades de entretenimento. Estas poderiam incluir um calendário festivo anual, festivais gastronômicos, exposições de artesanato e artefatos religiosos, além de eventos musicais e culturais em geral.

A ocupação popular do Píer de São Joaquim, onde semanalmente acontece o "Samba da Feira" é exemplo de como os feirantes e consumidores podem usufruir de momentos de lazer no âmbito da feira. A proposta da requalificação poderia, no entendimento desta pesquisa, ter privilegiado a construção de espaços que dialogassem com a história da Feira de São Joaquim, produzindo materiais e dinâmicas para que consumidores, feirantes e turistas pudessem ter acesso e conhecer a importância da feira em um trabalho de valorização de seu espaço.

Outro aspecto passível de crítica é o longo intervalo de tempo entre a Primeira Etapa da Requalificação e o início da Segunda Etapa da Requalificação, separadas por nove anos e uma pandemia de profundos impactos sociais. Dessa forma, houve uma descontinuidade entre as obras que suscitou a dicotomia presente na FSJ entre o espaço minoritário requalificado e, de outro lado, o espaço não requalificado majoritário.

Entretanto, diversos benefícios advindos da requalificação podem ser citados, tais como: melhoria na infraestrutura, já que a primeira etapa da requalificação, realizada entre 2012 e 2015, introduziu significativas melhorias na infraestrutura da feira, incluindo a instalação de redes de esgoto sanitário, distribuição de água, gás

encanado, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, sistema de prevenção e combate a incêndio, pavimentação e cobertura parcial. Essas melhorias visam proporcionar um ambiente mais seguro tanto para os comerciantes quanto para os consumidores e, sobretudo, para a manutenção do espaço físico da feira a longo prazo.

Outro aspecto é o da valorização cultural. A requalificação preserva e valoriza a cultura local, integrando atividades culturais como o “Samba da Feira” e festivais de gastronomia . Além disso, a requalificação, mesmo que realizada de forma paralela ao processo de instrução de registro, também dialoga com o fato de que a feira está em processo de ser reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN, destacando sua importância cultural e histórica para a cidade de Salvador .

A requalificação da feira tem um impacto significativo na economia local, proporcionando melhores condições para os comerciantes e atraindo mais visitantes. A feira é um importante polo de comercialização de produtos regionais, e sua requalificação aumenta as oportunidades de negócio, melhora a renda dos feirantes e dinamiza a economia da região.

A feira, com sua requalificação, continua sendo um espaço vital para o trabalho informal, que é uma realidade para cerca de 40% da população de Salvador, principalmente no setor de turismo. É na feira que milhares de pessoas diariamente fazem o seu “ganha pão” e retiram seu sustento. Nesses casos, a feira é, muitas vezes, tudo o que esses indivíduos possuem.

As melhorias na infraestrutura também abordaram questões de saúde e sustentabilidade, com a introdução de melhores condições sanitárias e acessibilidade aprimorada. Isso contribui para um ambiente mais saudável para comerciantes e consumidores.

Esses benefícios evidenciam que a ferramenta da requalificação em espaços culturais podem fortalecer suas dinâmicas culturais, econômicas e sociais, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo para a comunidade local, desde que operadas respeitando as dinâmicas socioculturais, os indivíduos, os “mestres” do saber, os modos de fazer e funcionamento. Os interesses turísticos e econômicos não devem se sobrepor aos interesses históricos e culturais.

De modo geral, a análise pretendida nesta dissertação destacou que as políticas públicas de cultura, especialmente no contexto brasileiro, requerem uma abordagem multidisciplinar. Essa abordagem é fundamental para entender as

inter-relações entre Estado, política e sociedade, conforme enfatizado por Celina Souza (2007) e Carlos Aurélio Pimenta Faria (2018). A política cultural no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, passou por um processo de institucionalização que permitiu a criação de programas e políticas mais inclusivas e abrangentes, refletindo uma visão antropológica de cultura que vai além das belas-artes e inclui diversas formas de expressão cultural.

O caso da Feira de São Joaquim ilustra como a política pública pode ser um agente transformador ao promover não apenas melhorias físicas e estruturais, mas também ao fortalecer a identidade cultural e a cidadania dos envolvidos. A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, com sua ênfase na democratização do acesso à cultura e na valorização da diversidade cultural brasileira, serviu como um marco importante para as políticas culturais no Brasil. Suas iniciativas evidenciam a necessidade de um Estado que não apenas promova cultura, mas também crie condições para seu florescimento em todas as camadas da sociedade.

Esta pesquisa demonstrou, inicialmente, a preocupação quanto à manutenção dos aspectos culturais da FSJ a longo prazo. A manutenção da Feira de São Joaquim a longo prazo, especialmente em seus aspectos culturais, envolve várias preocupações que foram destacadas nesta dissertação. Essas preocupações podem ser resumidas da seguinte maneira:

A Feira de São Joaquim desempenha um papel fundamental na preservação e continuidade das práticas culturais da cidade de Salvador, especialmente aquelas ligadas à cultura afro-brasileira. A feira é vista como um suporte essencial para as manifestações culturais e atividades que ocorrem em sua dinâmica. No entanto, a manutenção dessas práticas depende de melhorias na infraestrutura física da feira, que atualmente ainda se encontra majoritariamente precária.

A feira está em processo de ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN. Esse reconhecimento é visto como crucial para a proteção das tradições e práticas culturais associadas à feira. A formalização desse status ajudaria a garantir a preservação das características culturais da feira para as futuras gerações.

A continuidade das manifestações culturais depende também da qualidade das instalações físicas. A estrutura física atual não contribui para a sustentabilidade a longo prazo das atividades culturais. Há uma necessidade premente de melhorias

na infraestrutura para apoiar adequadamente as práticas culturais e comerciais da feira.

A preservação da feira como um espaço cultural vivo depende da participação ativa dos indivíduos que mantêm viva as tradições. A apropriação do local pelos feirantes e a continuidade das relações sociais são essenciais para a manutenção da feira como um espaço cultural significativo.

O projeto de requalificação da feira apresenta um desafio em equilibrar as necessidades de modernização e infraestrutura com a preservação das características culturais e históricas que tornam a feira única. Existe uma preocupação de que as reformas possam, inadvertidamente, alterar ou diluir os aspectos culturais que são intrínsecos à feira.

Essas preocupações destacam a complexidade envolvida na manutenção da Feira de São Joaquim como um espaço cultural vibrante e significativo, e sublinham a necessidade de políticas públicas que equilibrem o desenvolvimento físico do espaço com a preservação cultural e a memória da feira.

Conclui-se que a requalificação da Feira de São Joaquim exemplifica a relevância das políticas públicas culturais como ferramentas de desenvolvimento social e urbano. Este estudo reafirma a importância de políticas inclusivas, que valorizem a participação comunitária e a diversidade cultural, e que sejam sustentadas por uma abordagem multidisciplinar. As lições aprendidas deste caso podem servir de referência para futuras intervenções em contextos similares, promovendo um desenvolvimento urbano que respeite e valorize o patrimônio cultural e a dignidade humana.

Referências bibliográficas:

ABREU, Regina et. al. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) - 2. ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADORNO, Theodor. A Indústria Cultural. In: G. Cohn (Org.), **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1975.

ALELUIA, Mateus. Bahia coração Tambor. **Fogueira Doce**. MM RIGHTS, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Papirus Editora, 2007.

BAHIA. Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. **Apresentação da Requalificação da Feira de São Joaquim**. 2018. Disponível em: www.conder.ba.gov.br/biblioteca . Acesso em: 27 ago. 2021.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 11.878** de 09 de Dezembro de 2009 da Bahia. JusBrasil, 2009. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/820548/decreto-11878-09>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços Turísticos - Suset. **Turismo Étnico-Afro na Bahia**. / A Secretaria. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 239-259, 2018.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia** (rito nagô). Brasileira, 1961.

BELEI, R. A., Gimeniz-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N. & Matsumono, P. H. V. R. (2008). **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa**. Cadernos de Educação, 30.

BENS Imateriais em Processo de Instrução para Registro. **Portal IPHAN**. Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>. Acesso em 15 de Ago 2022.

BERDOULAY, V.; PAES, M. T. D. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. **Revista Cidades – Imagens da Cidade**, Presidente Prudente, v. 5, n. 7, p. 33-47, 2008.

BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônio e dádiva: as baianas de acarajé no Rio de Janeiro. **A alma**, 2013.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia de pesquisa bibliográfica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONAMICHI, N. C. Feiras livres um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro. 2013. 36f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Especialização)– **Política e Planejamento Urbano e Regional**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano das ideias. IN: RUBIM, Antônio Albino e BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRANT, João; VARELLA, Guilherme. Do Estado de cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (org.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 523-538.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério do Turismo. Governo do Estado da Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC. **Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim**. Referencial de memória, cultura e resistência. Salvador: [s.n.], 2010.

BRASIL. República Federativa do. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRAZIL, Mariana. A arte fotográfica de Pierre Verger: a decolonialidade na cultura afro-brasileira como território de resistência na Bahia. **Revista Apotheke**, v. 7, n. 1.

CALABRE, Lia et al. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, n. 13, 2007.

CALADO, Cristina. FERREIRA, Cristina. Metodologia da Investigação I. **DEFCUL**, 2004.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, p. 87-124, 2007.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. 2018.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.

CERQUEIRA, Roberta. Faltam higiene e segurança na Feira de São Joaquim. **Leia Mais Bahia**. Bahia, Set. 2009. Disponível em: <https://leiamaisba.com.br/2009/09/09/faltam-higiene-e-seguranca-na-feira-de-sao-joaquim>. Acesso em 08 de Ago. 2022.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro:

UFRJ, 2009. CRAPS, M. Social learning in river basin management. Report of work package, v. 2.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. CRAPS, M. Social learning in river basin management. Report of work package, v. 2.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012.

CORSINO, Célia Maria; LONDRES, C.; ARANTES NETO, A. A. **Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: IPHAN, 2000.

COUTO, Edilece Souza. Festas afro-católicas em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n. 18, p. 117-142, 2015.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. In: VILA NOVA, S. **Ciência & Trópico**, v. 28, n. 2, 13 jul. 2011.

DA SILVA, Polyana Batista; DE SOUZA, Paulo Vitor Souza; DE SOUZA FREIRE, Fátima. Observação como técnica de pesquisa qualitativa: panorama em periódicos contábeis brasileiros. In: **4th UnB Conference on Accounting and Governance & 1º Congresso UnB de Iniciação Científica-CCGUnB**. 2018.

DA SILVA, Roseane Amorim; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020.

DE SANTANA, Leonardo Silvério G. et al. Uma análise sobre o crescimento da cidade de Salvador (BA) e os reflexos na segregação socioespacial. **Conjuntura & Planejamento**, n. 198, p. 61-73, 2020.

DE TAVARES, Julio Cesar. Diáspora africana: a experiência negra de interculturalidade. **Cadernos Penesb: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas**, 2010.

DELLAGNELO et al. A servidão cultural uma análise crítica do discurso do Ministério da Cultura de 2003 a 2017. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 360-383, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/27105>. Acesso em: 24 ago. 2021

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: _____; _____ (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 3

DIAS, Reinaldo.; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e princípios**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR, 2004.

DURAN, Leandro Domingues; RAMBELLI, Gilson. ÁGUA DE MENINOS: INSIGHTS DE UMA ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. **Revista Habitus-Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 221-242, 2019.

DURAN, Leandro Domingues; RAMBELLI, Gilson. Água de Meninos: Insights de uma Arqueologia Subaquática da Sociedade Contemporânea. **Revista Habitus-Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 221-242, 2019.

DYE, Thomas R. Party and Policy in the States. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 4, p. 1097-1116, 1984.

FALQUETE, Heloísa. GILENO, Carlos Henrique. Estado, Cultura e Políticas Culturais: Patrimônio cultural imaterial na celebração do *Bembé do Mercado*. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Abi - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, p. 472- 482, 1999.

FLORES, J. **Análisis de datos cualitativos** – Aplicaciones a la investigación educativa. Barcelona: PPU, 1994.

GAZAR, Carine. **Encruzilhada: uma memória da Feira de São Joaquim**. Repositório Institucional da UFBA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Bahia, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, Gilberto. Discurso de posse como ministro da cultura. **Brasília, DF: MINC**, 2003. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia-e-RedesSociais%2FIntegra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-GilbertoGil%2F12%2F5623>. Acesso em: 23 de Julh. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Gestão. org**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Laurentino. **Uma história da escravidão no Brasil**: Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. I. Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura como recurso**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural do Brasil**: pareceres de registro dos bens culturais imateriais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)– Acervos e publicações (eletrônico). – Brasília : IPHAN, 2021.

KIRK, J. & MILLER M. L. Reliability and validity in qualitative research: qualitative research methods. **Newbury Park: Sage, 1**, 1986.

LE GOFF, Jacques et al. História e memória. 2003.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553. Coimbra: **Tipografia da Atlântida**. v. I., 1956. (Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo).

LIMA, Leonardo Branco. **Feira de São Joaquim**: territorialidade de uma reinvenção cotidiana. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

LOWI, Theodore. Políticas públicas, estudios de caso y teoría política. La hechura de las políticas, p. 89-118, 1992.

MACHADO, Alex Moreira. Carrancas de carvão: ressignificações das figuras de proas do Rio São Francisco. Dissertação. **Universidade Federal da Bahia UFBA**. Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34320>. Acesso em 23 de Jul. 2024.

MANZINI, Eduardo José. *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In. Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Sadao Omote (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea - DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p.72-87, 7 set. 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. Feiras Livres: Informalidade e espaços de sociabilidade. In: **Colóquio Internacional Comércio, Cultura e Políticas Públicas em tempos de globalização**, 2005, Rio de Janeiro. Anais do Colóquio Internacional Comércio, Cultura e Políticas Públicas em tempos de globalização, 2005. V.1.

MASCARENHAS, Gilmar. **O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989). 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MATUS, Carlos. Plano como aposta. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.5, n.4, p. 28-42, out. dez. 1991.

MEAD, Lawrence. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents** (Newsletter of the Public Policy Section, APSA), v. 68, n. 3, 1995.

MINISTÉRIO Público requer reestruturação da Feira de São Joaquim. **Ministério Público do Estado da Bahia**. Notícias - Consumidor. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/25337>. Acesso em 15 Ago. 2022.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. de. Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). In: **Caminhos de Geografia 23** (17) 244 - 249, fev/2006.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes – Requalificação urbana : alguns conceitos básicos. **Artitextos**. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5, p.117-129, 2007.

MOURA, M. L. S., Ferreira, M. C. & Paine, P. A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. EdUERJ, 1998.

NASCIMENTO, Carina Sampaio; DA SILVA, Denise Vieira. A modernização da cidade de Salvador: um olhar. In: **Ao pé da letra**, 2:29-34, 2000.

NOBRE, E. A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur, 2003. p. 1-11.

NOVAES, Luciana de C. N. A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia). **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013

NOVAES, Luciana de C. N. A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia). **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

OLIVEIRA NETO, Nelson Porto. **Capoeira: a roda e seus significados na vida dos mestres e mestras no Forte Santo Antônio Além do Carmo, Salvador-BA**. Trabalho

de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador-BA, 2019.

PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do sete a São Joaquim**: O cotidiano de “Mulheres de Saia” e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964–1973). Salvador, Bahia: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

PETERS, B. Guy. American public policy. Chatham, NJ: **Chatham House**, p. 11-28, 1986.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. Companhia das Letras, 2020.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Iphan, 2007.

REINACH, Sofia. Gestão transversal das políticas públicas no âmbito federal: uma leitura inicial. 2013. **Tese de Doutorado**.

RIVAS NETO, F. Introdução ao conceito de axé. **Estudos Afro-Brasileiros**, v. 1, n. 1, p. 166-170, 14 maio 2020. Disponível em: <http://www.estudosafrobrasileiros.com.br/index.php/eab/article/view/14>. Acesso em 23 de Jul. de 2024.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mmtct>. Acesso em 08 Ago. 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Pandemonium as a political-cultural strategy in contemporary Brazil. **Comun. medios** [online]. 2021, vol.30, n.44, pp.82-92. ISSN 0716-3991. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-1529.2022.61417>.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e sociedade do conhecimento no Brasil. RIPS. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas** 7.1, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553, n. 13, p. 101-113, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O centro da Cidade de Salvador. **Estudo de Geografia Urbana**. – 2. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Políticas Culturais em Revista**, v. 14, n. 1, p. 85-108, 2021.

SERRA, Ordep. *A Pura Festa*. In: TAVARES, Fátima, BASSI, Francesca (Orgs). **Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015 (verbete).

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. Pensando em ordem/caos na feira-livre: notas sobre o higiênico, o “limpo/sujo” e o improvisado. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 21, 2015.

TAVARES, Júlio César. Diáspora africana: uma experiência negra de interculturalidade. **Cadernos Penesb**: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas , p. 77, 2010.

TAVARES, Júlio César; MOTTA, Kássio. Apresentação do Dossiê Temático: Da Pragmática da Corporeidade Afrodiaspórica: gramáticas do movimento, ontologias e atravessamentos. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia** , n. 40, 2016.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. **Trópico**, v. 28, n. 2, 13 jul. 2011.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

THROSBY, D. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em 25 Jul. de 2024.

VARGAS, H. C., & CASTILHO, A. H. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados**, 3rd edição. Barueri, SP: Editora Manole, 2015.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, v. 12, p. 237-248, 2006.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do Tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX**. São Paulo: CORRUPPIO, 1987.

VERGER, Pierre. Retratos da Bahia, 1946 a 1952. Corrupio, 1990.

XAVIER, Marina Coelho et al. **A representação de organização no discurso da política nacional de cultura viva**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169486>. Acesso em: 15 dez. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.